

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 29 DE ABRIL E CONTINUADA NO DIA 6 DE MAIO DE 2003.** -----

----- **ACTA NÚMERO VINTE E OITO** -----

----- No dia 6 de Maio de 2003, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira Lemos, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Francisco José Fernandes Martins, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Valente, José Miguel Nunes Anacoreta Correia, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Nelson Pinto Antunes, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui

Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Susana Maria Nunes Silvestre, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Manuel Pimenta Prôa, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, José Dimas Bernardes Salsinha, Levi Marques dos Santos, Sérgio Rui Lopes Cintra, Rui Manuel Santos Matos Alves, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Eduardo Manuel Reis Vieira, João Gordo Martins, Ana Cristina Martinho Ferreira Costa, Flávio Freitas Rodrigues Fontes, Carlos Alberto Pereira da Costa, António Marques Barbacena e Manuel Filipe Correia Araújo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado Silva Preto, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, José Luís Teixeira Ferreira, Ricardo Posser de Andrade Chaves e João Manuel Sousa Santos Reis. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- João de Deus Gomes Pires (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Marques Barbacena. -----

----- Álvaro Barreto (PSD), por um dia, tendo sido pelo Deputado Municipal José Dimas Bernardes Salsinha. -----

----- João Pedro Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques dos Santos. -----

----- João Pessoa e Costa (PSD), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal Nelson Rodrigues Coelho.-----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Manuel Filipe Correia Araújo. -----

----- Martinho Baptista (PCP), por 5 dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Eduardo Manuel Reis Vieira. -----

----- Dias Baptista (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Cristina Ferreira Costa. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Flávio Freitas Rodrigues Fontes. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas a substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Nuno Roque (PSD), Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, por Carlos Alberto Pereira da Costa. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião informando que era a segunda da Sessão Ordinária iniciada no passado dia 29 de Abril. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente** começou por informar que os trabalhos se iniciariam com a posse dos sete eleitos para o Conselho Municipal de Segurança, ponto 10 da Ordem de Trabalhos, seguindo-se o ponto 2. -----

----- O ponto 3, referente à apreciação do Relatório da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, a pedido da Câmara e por ausência da Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt passaria para o final da Ordem de Trabalhos desta Sessão, que, eventualmente, continuaria na próxima terça feira, dia 13 de Maio. De qualquer modo, esse ponto seria discutido e votado nesta Sessão. -----

----- Em relação à proposta 541/2002, referente ao Conselho Participativo da Cidade de Lisboa, a Comissão Eventual reuniu ontem mas não chegara ainda ao final dos trabalhos, pelo que, provavelmente, essa proposta seria retirada desta convocatória e agendada de novo para a Sessão Ordinária de Junho. -----

----- **PONTO 10 – TOMADA DE POSSE DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA NOS TERMOS DO ARTº 18º DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.** -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário** procedeu à leitura do termo de posse que a seguir se transcreve: -----

----- “Nos termos do estipulado no artigo 9º da Lei 33/98, de 18 de Julho do artigo 18º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, vão tomar posse perante a Assembleia Municipal de Lisboa aos 6 dias do mês de Maio de 2003, conforme o ponto 10 do aditamento à Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária iniciada no passado dia 29 de Abril e, continuada na presente data, como membros do Conselho Municipal de Segurança, os cidadãos que a seguir se discriminam e assinam o presente termo de posse: -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Sr. António Modesto Fernandes Navarro -----

----- Os seguintes sete cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal de Lisboa: -----

----- Fernando Manuel Afonso de Almeida -----

----- Paulo Alexandre Silva Quaresma -----

----- António Alves Marques Júnior -----

----- Ana Bela Burt Magro Pires Marques -----

----- José Luís Sobreda Antunes -----

----- António Manuel Serra Torres Domingos -----

----- Miguel Matos Vale de Almeida -----

----- E eu, António Modesto Fernandes Navarro, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, confirmo a identidade e a posse dos membros dos Conselho Municipal de Segurança do Município de Lisboa acima indicados.” -----

**----- PONTO 2 – PROPOSTA 111/2003 – APROVAR A ADJUDICAÇÃO À PETROGAL – PETRÓLEOS DE PORTUGAL, DA CEDÊNCIA DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL SITA NA AV. HELEN KELLER PARA INSTALAÇÃO DE UM POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS, POR TROCA DE TRÊS GARAGENS PARA ESTACIONAMENTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----**

----- PROPOSTA 111/2003 -----

----- “Considerando que: -----

----- De acordo com o Aviso publicado sob o n.º 2/2003 no Boletim Municipal n.º 465, de 16 de Janeiro, foi aberto procedimento para obtenção de propostas para a cedência da ocupação de um lote municipal para instalação e exploração de um Posto de Abastecimento de Combustíveis Líquidos, pelo prazo de 15 anos, tendo como contrapartida a transmissão de direitos relativos a garagens com postos de abastecimentos combustíveis sitos no próprio edifício ou na via pública adjacente, que possam servir de estacionamento para moradores; -----

----- De acordo com a acta da abertura das propostas, que teve lugar em 19 de Fevereiro de 2003, se verificou a existência de uma única proposta, apresentada pelo candidato “Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.”, a qual reunia condições para ser admitida; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do art.º 64º, n.º 6, al. a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão Deliberativo, ao abrigo do disposto no art.º 53º, n.º 2, al. i) do mesmo Diploma: -----

----- Adjudicar a “Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.” o direito de ocupação sobre a parcela de terreno municipal sita na Av. Hellen Keller, destinada a Equipamento (Posto de Abastecimento de Combustíveis Líquidos), com a área de 2.807 m2, representada a orla cor vermelha na cópia da planta n.º 02/150/04 do Departamento de Património Imobiliário, para a instalação de um Posto de Abastecimento de Combustíveis Líquidos, pelo período de 15 anos, de acordo com o n.º 1,2 e 6 do Aviso publicado sob o n.º 2/2003 no Boletim Municipal n.º 465 de 16 de Janeiro. -----

----- Para efeitos de escritura atribui-se ao valor da cedência a importância de 716.385,00 € (Setecentos e dezasseis mil, trezentos e oitenta e cinco euros e zero cêntimos). -----

----- As contrapartidas pelo direito de ocupação, em dinheiro e em espécie, serão efectuadas, de acordo com os n.ºs 3, 4 e 5, alínea c) do n.º 7 e alíneas a) e b) do n.º 8 do referido Aviso, da seguinte forma: -----

----- Contrapartida em dinheiro: -----

----- O pagamento da importância de 445.000,00 € (quatrocentos e quarenta e cinco mil euros e zero cêntimos), no acto da escritura; -----

----- Contrapartidas em espécie: -----

----- Fracção autónoma, destinada a garagem, vaga e devoluta, a transmitir à Câmara em posse plena, identificada pela letra “A” correspondente ao R/Chão com arrecadação na cave, com entrada pelo n.º 730A/730B da Estrada de Benfica, do prédio em propriedade horizontal sito na Estrada de Benfica, n.º 730/730A/730B, com a área útil total de 385 m<sup>2</sup> (R/Chão = 305 m<sup>2</sup> ; Cave p/ arrecadação = 80 m<sup>2</sup>), identificada a orla cor amarela na cópia da planta n.º 03/021/02 do Departamento de Património Imobiliário, à qual foi atribuída, de acordo com a alínea c) do n.º 8 do referido Aviso, o valor para efeito de escritura de 359.500,00 € (trezentos e cinquenta e nove mil e quinhentos euros e zero cêntimos) -----

----- Cedência da posição contratual no direito de arrendamento da fracção autónoma, destinada a garagem, identificada pela letra “B” correspondente ao R/Chão, com entrada pelos n.º 32A e 32D do Largo de São Sebastião da Pedreira, do prédio em propriedade horizontal sito no Largo de São Sebastião da Pedreira, n.º 32 a 32D, com a área útil de 1035 m<sup>2</sup>, arrendada por contrato de duração efectiva pelo prazo de 15 anos, mediante a renda mensal de 3.242,00 € (três mil, duzentos e quarenta e dois euros e zero Cêntimos), à qual foi atribuída, de acordo com a alínea c) do n.º 8 do referido Aviso, o valor para efeito de escritura de 21.771,00 € (Vinte e um mil setecentos e setenta e um euros e zero cêntimos); -----

----- Cedência da posição contratual no direito de arrendamento da fracção autónoma, destinada a garagem, identificada pela letra “B” correspondente ao R/Chão, com entrada pelo n.º 81B e 81D da Rua de Santa Bárbara, do prédio em propriedade horizontal sito na Rua de Santa Bárbara, n.º 81 a 81D, tornejando para o Largo de Santa Bárbara, n.º 2/2A com a área útil total de 695 m<sup>2</sup> (R/chão = 585 m<sup>2</sup> ; Piso intermédio = 110 m<sup>2</sup>), arrendada por contrato de duração efectiva pelo prazo de 15 anos, mediante a renda mensal de 2.245,00 € (dois mil, duzentos e quarenta e cinco euros e zero Cêntimos) à qual foi atribuída, de acordo com a alínea c) do n.º 8 do referido Aviso, o valor negativo para efeito de escritura de - 109.886,00 € (cento e nove mil, oitocentos e oitenta e seis euros e zero cêntimos); -----

----- Condições de Acordo -----

----- As constantes dos n.ºs 9 a 16 do supra referido Aviso n.º 2/2003, de 16 de Janeiro. -----

----- (Processo Privativo n.º 182/DPI/2002)” -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que se viam obrigados a votar contra esta proposta por duas razões: uma razão de memória e uma razão de princípio. -----

----- A razão de memória porque há 10 ou 12 anos aparecera na Assembleia uma proposta em tudo semelhante. Tratava-se de concessão de uma bomba de gasolina no Areeiro, tendo como contrapartida a construção de um túnel para o prolongamento da Av. Estados Unidos da América à Av. Gago Coutinho, e por sugestão de membros da Assembleia Municipal de então essa proposta foi retirada e o processo depois seguido trouxera grandes benefícios para o Município. -----

----- Esse processo de permutas, se fizessem a história recente do Município, viam que sempre se tinha mostrado grosseiro e perverso. Começara quando o Eng.º Santos e Castro trocara um viaduto por um terreno e pela edificabilidade desse terreno; depois trocara-se um teatro por um terreno sito no cruzamento da Av. Estados Unidos da América com a Av. Gago Coutinho, acção que ainda hoje tinha consequências porque aí surgira um prédio embargado porque tinha um andar a mais, mas depois, por força de outros pareceres, o andar a mais desaparecera e o mostrengo lá estava. O edifício municipal do Campo Grande resultara também de uma permuta por um terreno na zona da Praça Duque de Saldanha, um mercado e uma edificabilidade, mas nessa troca foi esquecido se o ar condicionado vinha para a troca também, e isso dera grandes problemas, alguns dos quais vieram à Assembleia. Isto para já não falar do buraco que durante muito tempo esteve na Rua Teixeira de Pascoais, onde haveria uma permuta entre um parque de estacionamento e a construção da sede da Assembleia Municipal, mas o buraco ficara lá e a Assembleia Municipal estava agora no Fórum Lisboa ainda “definitivamente provisória” à espera dum edifício para a sua sede. -----

----- Recordou que na primeira ou segunda vez que interveio na Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara disse que esse processo das permutas iria terminar, o que dera uma certa alegria a pessoas que, como ele, sempre se opuseram a esse tipo de gestão, que, aliás, lhe fazia lembrar um pouco o Auto da Maria Parda, aquela simpática figura de Mestre Gil Vicente, que ia para a feira com um pote de leite que depois trocava por ovos, depois por pintos, depois por galinhas, depois por cordeiros, depois por uma vaca, e com a alegria deixara entornar o leite e ficou sem o leite e sem a vaca. -----

----- Por isso, e esta era a razão de princípio, ousava sugerir ao Executivo que voltasse a usar aquele sábio princípio da gestão municipal, que era quem comprava, comprava em concurso público, e quando se vendia, vendia-se em hasta pública, porque assim a gestão seria mais saudável e com menos problemas de percurso. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que o Grupo Municipal do PS também não era favorável a este tipo de permutas. No entanto, este processo vinha já do mandato anterior, houve realmente uma exigência para que se fizesse um concurso, e aquilo que gostava de saber da Câmara era a valorização da permuta em relação às garagens para estacionamento, que, segundo julgava, eram para residentes. -----

----- Portanto, se tudo estava ao mesmo tempo valorado, quanto valia a instalação do posto de abastecimento de combustíveis, por quantos anos iriam ter os moradores estacionamento, e quanto valia esse estacionamento. -----

----- Concluiu dizendo que depois das respostas da Câmara o PS decidiria como votar a proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Silva Dias, fazendo uso da sua memória, referira que há cerca de 10 anos tinha surgido um problema com alguma similitude em relação a este, o qual, na altura, como bem se recordava, levava à exasperação do então Presidente da

Câmara e actual Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, que perdera até algum sentido de comportamento e se zangara com alguém que estava na assistência, dirigindo-se mesmo de uma maneira bastante agressiva a essas pessoas. -----

----- Mas, independentemente de algumas questões que foram levantadas pela Deputada Municipal Ana Sara Brito, a que a Câmara deverá responder, o que então se passara não tinha nada a ver com o que se estava a passar agora, porque nessa altura tratava-se de um ajuste directo, ou seja uma troca por troca em relação à construção do túnel. Havia, e o PSD sabia, da parte de outras gasoleiras algumas propostas, que inclusive chegaram à Assembleia, com valores muito superiores à que estava em causa, e, portanto, tudo levava a crer que a Câmara ao fazer aquele contrato, que aliás tinha sido aprovado em Câmara com os votos contra do PSD, estava a ser prejudicada.

----- Portanto, isso levou a que Assembleia, por parte dos Deputados Municipais do PSD, tivesse feito grande esforço no sentido de que a situação não fosse assim mas antes fosse dada a possibilidade de abrir concurso a outras gasoleiras que quisessem concorrer. -----

----- Assim se fez, e na altura, se bem se lembrava, teria havido um lucro de na ordem de um milhão de contos, portanto houve uma franca melhoria com o processo que foi utilizado. -----

----- Mas esse processo não era idêntico ao que estava agora em discussão. Já foi dito que era um processo com algumas reminiscências do antecedente, mas realmente não eram iguais. Além disso, também havia o pormenor de que embora subsistissem permutas, que naturalmente a Câmara iria explicar qual era a valoração que lhes iria dar, houve uma que, julgava que a pedido da oposição na Câmara, foi retirada e foi considerada como valor. Daí acrescentar-se o valor “x” mais o valor “x” no acto da escritura. -----

----- A terminar, disse que a configuração era diferente, não podiam confundir uma coisa com a outra, embora pudesse ser sempre discutível se as permutas eram ou não uma forma eficaz para resolver alguns problemas. Mas, de qualquer forma, neste caso foi um concurso e todas tiveram oportunidade de concorrer, portanto aquela que a Câmara teve oportunidade de escolher foi a que julgou, de acordo com os princípios formulados no concurso, a melhor proposta. -----

----- **O Deputado Municipal José Possidónio (PCP)**, no uso da palavra, disse que sobre a proposta em debate tinha a referir que a hasta pública, à qual apenas concorrera a Petrogal, não passara de um ajuste directo mal disfarçado, uma vez que as condições de acesso ao concurso público eram um fato à medida de um único concorrente. E citou: “O pagamento do direito de ocupação deverá ser feito através de transmissão ao Município de direitos que tenham por objecto garagens com postos de abastecimentos de combustíveis sites no próprio edifício ou na via pública adjacente.”

----- Isso, obviamente, reduzia muito o universo. -----

----- Por outro lado, condicionou-se o universo de concorrentes reduzindo também as probabilidades de se conseguir um melhor valor económico pela ocupação da parcela de terreno municipal. -----

----- Disse, ainda, que esta proposta, que chegara a estar preparada em 2002 pelo então Vereador, Prof. Carmona Rodrigues, com o valor base de licitação de 2 milhões de euros, conseguia na presente versão um valor de 800.000 euros e a cedência da posição contratual em duas garagens para estacionamento, que no seu conjunto representavam 60 lugares de estacionamento, cujo valor era de cerca de 80.000 euros negativos. Ou seja, em contas redondas, o Município perdia com este negócio mais de um milhão de euros. -----

----- Chamou a atenção que não deveria ser levada em conta a avaliação da parcela de terreno feita pelo primeiro avaliador contratado pela Câmara, que servira de base à presente proposta, porque as premissas para o respectivo cálculo foram fornecidas por fax, pela Petrogal, ao avaliador. -----

----- Por isso, em nome da transparência de procedimentos e da salvaguarda dos interesses económicos do Município, deveria ser lançada uma hasta pública com um valor base de licitação ajustado, sem restrições que afunilassem o universo de concorrentes para que fosse encontrada a proposta mais interessante para o Município. -----

----- Mas se se considerasse de grande interesse a aquisição de posição contratual nas duas garagens em causa, para a criação de 60 lugares de estacionamento no centro da cidade, esse negócio deveria ser levado a cabo independentemente da venda em hasta pública do direito de ocupação de uma parcela de terreno municipal, junto da Av. Helen Keller. -----

----- Por tudo isso, o PCP iria votar contra a proposta, disse a terminar. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, perguntou à Câmara se queria usar da palavra para dar esclarecimentos, e tendo obtido como resposta que não disse que então se ia passar à votação da proposta. -----

----- Entretanto, o **Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, em interpelação à Mesa, disse que foram colocadas algumas questões pelos oradores anteriores que, no entender do PCP, mereciam alguns esclarecimentos por parte da Câmara. -----

----- Tratava-se de uma proposta que, efectivamente, não era mais que um ajuste directo para a cedência de um espaço de terreno para instalação de uma bomba de abastecimento de combustíveis, até porque já na reunião de Câmara houve algumas questões que foram colocadas e não foram esclarecidas pelo Sr. Presidente da Câmara, como parecia também ter havido alguns pedidos de esclarecimento pela Shell e pela Mobil que importava fossem esclarecidos. -----

----- Nesse sentido, se o Sr. Presidente da Câmara não pudesse dar os esclarecimentos pedidos, no entender do PCP a proposta deveria ser retirada por falta de condições para a sua votação. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, começou por pedir desculpa porque tinha sido induzido em erro, pois tendo chegado a meio das intervenções perguntara se as pessoas estavam esclarecidas e disseram-lhe que sim. Percebera agora que havia duas ou três questões por esclarecer, e que esclarecidas deveriam estar, segundo pensava, na sequência dos debates havidos na reunião de Câmara, mas com certeza que não em Assembleia Municipal. -----



----- Disse que ouvira agora falar em ajuste directo, neste caso não estavam perante um ajuste directo mas desejava dar duas ou três notas sobre essa matéria: -----

----- Primeira: o posto de combustíveis na área referida estava previsto no Plano Director Municipal, portanto prevista nos instrumentos de ordenação do território na cidade: -----

----- Segunda: o que a Galp propusera à Câmara Municipal de Lisboa foi uma transacção nos termos da qual a Galp cederia, e cede, à Câmara garagens que estavam para ser desactivadas e que poderiam, e podem, ser cedidas para outras finalidades. A Galp, face àquelas que eram as orientações do Executivo publicamente anunciadas, perguntara à Câmara se estaria interessada em ficar com essas garagens para estacionamento de residentes. Aliás, a Câmara assim estava a proceder com todos os espaços disponíveis que conseguia encontrar em Lisboa, e até já tinha recebido a colaboração de alguns Presidentes de Junta a quem pedira para contactarem a Câmara quando tivessem conhecimento de espaços disponíveis que pudessem ser aproveitados para efeitos de estacionamento de residentes. Garagens procuradas por todos os residentes em todos os bairros com estacionamentos mais congestionados em Lisboa, para essa finalidade, obviamente interessavam à Câmara porquanto se tratava de estacionamento já feito, sem necessidade de obra. Portanto, a Câmara acolhera com bom espírito a proposta apresentada pela Galp. -----

----- Continuando, disse que foi pedida uma primeira avaliação, que foi contestada em reunião de Câmara e que de facto também a si lhe parecera sem sentido nalguns aspectos. Depois foi pedida uma segunda avaliação que lhes pareceu já mais fundamentada, a proposta voltara então de nova a reunião de Câmara onde foi contestada a avaliação feita para uma das garagens envolvidas na transacção, a das Portas de Benfica, e, feitas as contas, dera razão aos Vereadores do PS pelo que foi retirada essa terceira garagem da proposta ficando apenas as outras duas, e em vez dessa garagem a Galp ficara obrigada a pagar em dinheiro a verba correspondente. ----

----- Esclareceu que estavam a fazer isto para várias zonas de Lisboa. Por exemplo, na Rua de Santo António à Estrela, uma zona martirizada por carências de estacionamento, estava uma garagem da Seat, que neste momento tinha um projecto na Câmara, nesta altura a Seat tinha previsto instalar um novo estabelecimento na Av. Infante D. Henrique, que, contudo, ainda não estava licenciado pelo Departamento de Urbanismo, mas a Câmara tinha já o acordo de princípio feito para ficar com essa garagem para fins de estacionamento nessa zona. A oposição referira na reunião do Executivo que não era transparente, quando sabiam todos que muitos postos de combustíveis em Lisboa, e em muitos concelhos do País, foram e continuavam a ser cedidos sem, nem pouco mais ou menos, todas essas cautelas. -----

----- Talvez existissem outras gasolinhas que pudessem oferecer condições idênticas, porque é que haviam de estar a privilegiar a Galp? Também era verdade! Porquê a Galp? Porquê a Repsol? Enfim, cada um gostaria mais da gasolina que metia! -----

----- Questionaram porquê não fazer uma hasta pública? Tudo bem, mas o que foi dito foi: “vamos dar nota pública”. E deram! Publicaram anúncios nos órgãos de comunicação social, enviaram às empresas em causa para saber se tinham ofertas

idênticas à da Galp. A oposição, em reunião de Câmara, argumentou que a Câmara pôs no anúncio “garagens de posto de combustíveis”, ao que responderam que se pusessem só “garagens” no texto do anúncio caía-lhes o Carmo e a Trindade, aparecia-lhes este mundo e o outro porque garagens era um conceito demasiadamente amplo. Aliás, não faltavam pessoas a querer instalar postos de combustíveis em Lisboa, mas que não eram empresas de combustíveis. Pedidos para isso tinha lá muitos e de gente muito conhecida! Só que a Câmara tratava apenas com as empresas porque eram eles que tinham alvará e licença para o efeito. -----

----- Apareceu apenas um pedido de esclarecimento da Shell, mais tarde também outro de uma outra empresa da área, e ele próprio disse ao Departamento de Apoio à Presidência que avisasse que se efectivamente estivessem interessados em apresentar propostas, levava à reunião de Câmara uma prorrogação do prazo. Escreveu-se-lhes a dizer isso e ambas as empresas responderam que não estavam interessadas em apresentar. -----

----- Portanto, não houve mais nenhuma oferta a não ser a da Galp, como, aliás, estava bom de ver porque nem a Repsol, chegada há uns anos ao mercado de Lisboa, e não só, e bem instalada como era sabido no mercado de Lisboa, o que não se podia dizer da Galp em Madrid. De resto notícias recentes confirmavam que a Galp concorrera a várias em Madrid e aparecera a Repsol a cobrir todas as ofertas, mesmo com ofertas que a pudessem prejudicar, enquanto que em Lisboa, como era sabido, a Repsol até alargara bastante bem a sua rede. Até a propósito de túneis! -----

----- Mas, neste caso, a Galp foi a única a apresentar proposta, e apresentara-a porque era a única que tinha garagens dessas em Lisboa. -----

----- Disse que a proposta foi retirada três ou quatro vezes da reunião de Câmara, podiam retirá-la novamente e prescindir dessas garagens para estacionamento de residentes, mas já lá ia quase um ano que esta questão podia estar resolvida e não estava. Podiam retirar, um dia destes fazer uma hasta pública, ganhar a Galp, a Repsol, a Shell ou quem quer que fosse, mas pessoalmente preferia que ficasse com o posto quem tivesse boas contrapartidas para oferecer, pois, como vinha dizendo desde o início do mandato, as permutas eram justificáveis principalmente se fossem para resolver o problema do estacionamento, que era um problema dramático na cidade. ----

----- Esta era a história do processo, uma história comprida com muitas objecções dos Vereadores da oposição, até que chegaram a uma posição que levou os Vereadores do PS a absterem-se por a maioria ter aceite as várias sugestões que apresentaram. -----

----- Disse, ainda, que ouviu falar em concurso público, mas com toda a franqueza gostava de saber quantos postos de abastecimento em Lisboa tinham sido atribuídos por concurso público, mesmo dos mais importante, porque, por exemplo, os da Repsol, na Segunda Circular, resultaram de uma permuta para a construção do túnel do Campo Pequeno. Era um procedimento que a autarquia tinha adoptado e que nunca tinha levado a nenhuma onda. Ainda por cima estavam a falar de uma empresa portuguesa, se bem que com capitais italianos, mas que até entraram no termo do Governo do PS e não no tempo do actual Governo. -----

----- Teria havido todas essas dúvidas com a entrada da Repsol, como entrara, no mercado das gasolinhas de Lisboa, perguntou a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal José Possidónio (PCP)**, novamente no uso da palavra, disse que o Grupo Municipal do PCP não era contra conseguirem-se esses 60 lugares de estacionamento no centro da cidade, já que isso beneficiava a cidade. O que o PCP defendia era que esse negócio não fosse feito sem a hasta pública, porque essas duas garagens, no seu conjunto, devido ao valor dos trespasses e ao valor das rendas mensais, por avaliadores independentes foi avaliado em 80.000 euros negativos. -----

----- Portanto, não fazia sentido que se tivesse feito uma hasta pública completamente condicionada por esse negócio, uma hasta pública que chegara a ter previsto um valor de licitação de 2 milhões de euros, mas que aparecia agora com um valor de 800.000 euros. -----

----- Ou seja, o que o PCP defendia era que se fizesse uma hasta pública com a maior abrangência possível, que pudessem concorrer muitas gasolinhas porque quantas mais concorressem melhor seria o preço conseguido, já que, no fundo, estavam a condicionar um negócio a outro que o vinha prejudicar muito. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que apenas reiterava aquilo que anteriormente disse, ou seja, se estava assente que os lugares de estacionamento nas garagens eram para residentes. E se o Sr. Presidente da Câmara confirmava, como confirmou, o que acabava de referir, para que ficasse registado em acta, o PS não era a favor de que fosse retirada a proposta e assumiria votação semelhante à que acontecera na reunião de Câmara, isto é, abster-se-ia para permitir que a proposta fosse aprovada. -----

----- Por outro lado, também desejava esclarecer que o posto de abastecimento da Segunda Circular foi feito por concurso público. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 111/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM, votos contra do PCP e do PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- O BE não tomou parte na votação por não se encontrar presente na Sala. -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 128/2003 – APROVAR A NOVA REDACÇÃO DO REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL PELA REALIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS URBANÍSTICAS (RTRIU), NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 128/2003 -----

----- “Considerando que: -----

----- Se torna necessário rever o Regulamento da Taxa Municipal pela Realização de Infra-estruturas Urbanísticas (RTRIU), publicado através do Edital n.º 122/95, de 5 de Dezembro, e do Edital n.º 23/92, de 28 de Fevereiro, em ordem à sua harmonização

com a recente produção legislativa em matéria urbanística e financeira, com destaque para a Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto (Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo), o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que a regulamenta e desenvolve, o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro (Regime jurídico da urbanização e da edificação) e a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto (Lei das Finanças Locais); -----

----- Embora a legislação da tributação do urbanismo tenha vindo a convergir com a filosofia subjacente ao RTRIU, podendo mesmo afirmar-se que, em termos gerais, são agora coincidentes, existem algumas incompatibilidades formais e materiais invalidantes, quer por omissão quer por desfazamentos de ordem técnica relativamente às exigências legais ora introduzidas; -----

----- Se torna também necessário rever a Planta de Delimitação das Zonas de Sobrecarga Urbana da Cidade, de modo a espelhar, com fidelidade, o percurso evolutivo da infra-estruturação municipal, acompanhando a previsão dos planos plurianuais de actividades, o que constitui actualmente uma exigência legal; -----

----- Há ainda que conciliar o RTRIU com as linhas de orientação urbanística do Município, centradas, designadamente, na reavaliação e promoção da requalificação e reabilitação urbanas, na valorização do património edificado e na revitalização e reconversão do tecido urbano funcionalmente obsoleto; -----

----- O RTRIU, por outro lado, deve assegurar o interface com o regime da compensação urbanística, cuja revisão está em curso e que, por força do Decreto-Lei n.º 555/99, deixou de confinar-se às operações de loteamento, passando também a aplicar-se a determinadas obras de edificação em áreas não abrangidas por operações de loteamento mas com idênticos impactes urbanísticos; -----

----- O RTRIU carece, pois, de alteração, sob pena de ineficácia, face às disposições conjugadas do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99 e do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que o alterou e entrou em vigor 120 dias após a data da sua publicação; -----

----- O Projecto de Alterações ao Regulamento da Taxa Municipal pela Realização de Infra-estruturas Urbanísticas, aprovado em Reunião de Câmara realizada em 30 de Outubro de 2002 (Deliberação n.º 539/CM/2002 - Proposta n.º 539/2002) e publicado no Suplemento ao Boletim Municipal n.º 460, de 12 de Dezembro de 2002, foi submetido à apreciação pública, pelo período de 30 dias úteis contados da respectiva publicitação, tendo sido pessoalmente convidadas a intervir no procedimento diversas entidades representativas dos interesses afectados; -----

----- Já decorreu o período da referida discussão pública e que, na sequência de um pedido de esclarecimentos subscrito pela Associação dos Urbanistas Portugueses, foi desenvolvida a Nota Justificativa na parte respeitante ao n.º 4 do artigo 4.º do Projecto de Alterações ao RTRIU, tendo igualmente sido atendidas algumas sugestões apresentadas pela AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas, como sejam a expressa referência à data da entrada em vigor das alterações introduzidas ao Regulamento no artigo 9.º e a substituição do vocábulo

“operação(ões)”, quando reportado a obras de edificação, por “obra(s)”, nos artigos 1º, 2º e 3º do Regulamento, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere -----

----- Ao abrigo da alínea a) do artigo 19º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, e dos números 2 a 5 do artigo 116º e ainda do artigo 117º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e no uso das competências conferidas pelas disposições conjugadas da alínea a) do número 6 do artigo 64º e das alíneas a) e e) do número 2 do artigo 53º, todas da Lei nu 169/99, de 18 de Setembro (Regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias e respectivas competências), e dos números 1 e 2 do artigo 3º do referido Decreto-Lei n.º 555/99, --

----- 1. Aprovar o teor do Ofício n.º 574/DAJAF/DEF/03, referente às alegações da AECOPS (Anexo I), bem como a nova redacção do Regulamento da Taxa Municipal pela Realização de Infra-estruturas Urbanísticas (Anexo II, que constitui parte integrante da presente Proposta); -----

----- 2. Submeter à Assembleia Municipal a sua aprovação e, subseqüentemente, -----

----- 3. Promover a publicação do Regulamento da Taxa Municipal pela Realização de Infra-estruturas Urbanísticas e respectiva Nota Justificativa, com as alterações ora introduzidas, na 2ª Série do Diário da República, nos termos do número 4 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 555/99.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que gostaria de sublinhar, numa breve intervenção, a importância da matéria ora trazida à Assembleia, cuja proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara. -----

----- E começava por sublinhar, nas alterações ao Regulamento, aquelas taxas que iam no sentido de se poder isentar de TRIU as operações de reabilitação em edifícios que tivessem pelo menos 30 anos, e que apresentassem problemas que levavam a essa necessidade de intervenção, nomeadamente segurança, higiene, salubridade e problemas de revestimentos, porquanto eram medidas que permitiriam aos proprietários desses edifícios, com idade média, aliviarem a carga quando procedessem a obras e cumprissem aquilo que estava previsto na lei que determinava as intervenções periódicas de conservação. -----

----- Mas, a esse propósito, desejava também dizer que a aprovação pela Assembleia Municipal, como esperava, desta proposta, permitiria que isso acontecesse numa altura em que foram transferidas para a responsabilidade do Fundo do Chiado as verbas correspondentes ao chamado fundo remanescente, cerca de 45 milhões de euros que esta semana entraram na conta desse mesmo Fundo, e que permitiriam dotar a cidade e os munícipes dos meios financeiros a que recorrer para fazer face às necessidades de reabilitação que a cidade enfrentava. -----

----- Seguidamente, disse que a possibilidade que era prevista de redução ou isenção de TRIU para determinadas instituições que prosseguiam fins de interesse público e de reconhecido altruísmo e solidariedade social, ou as operações de reabilitação que permitiam aos proprietários, privados ou não, verem reduzida ou normalmente serem isentados do pagamento da taxa da TRIU, era com certeza um esforço grande que a

Câmara fazia numa altura de profundas restrições orçamentais. No entanto, estavam perfeitamente convencidos que só assim poderiam ser coerentes entre os actos e as palavras, e dizer e demonstrar aos proprietários que estavam cientes de que, se era um esforço financeiro momentâneo em que a Câmara prescindia no curto prazo de determinadas receitas, tinham a certeza que economicamente, para além de outros vectores, a cidade ganhava bastante com esta medida que ora era tomada. -----

----- E, independentemente da decisão final sobre a constituição de um fundo de investimento mobiliário, que integrasse também os prédios municipais, matéria sobre a qual brevemente falaria à Assembleia, estavam a ultimar o processo que permitiria à Câmara desenvolver intervenções, neste mandato, em todos os prédios de sua propriedade. Era um esforço muito grande que faziam, mas pensavam que só assim dariam firme testemunho aos proprietários privados de que esse era um esforço desta geração, um esforço deste tempo. Notavam sinais vários de que os proprietários estavam a corresponder a essas linhas de força que a Câmara vinha procurando transmitir para todo o concelho. Havia casos de iniciativa individual, mesmo sem participação do RECRIA ou sem ser obras coercivas, em que os proprietários, em várias zonas da cidade, estavam a recuperar os respectivos edifícios. Mas a Câmara teria que dar o exemplo nos prédios que eram sua propriedade. -----

----- E, a este propósito, desejava também sublinhar que a Câmara tinha para si, e julgava que a Assembleia Municipal se associaria a essa posição, que era incompreensível que os proprietários de prédios, nas zonas centrais da cidade, e falava em eixos centrais como a Av. da República, Av. Fontes Pereira de Melo, Av. da Liberdade, zona da Baixa e a zona do Chiado, não recorressem a todos os meios actualmente disponíveis, em comparticipação com as autoridades públicas, para não permitirem que uma cidade, tão rica em património e com tanto pendor turístico, soubesse proporcionar aos que nela viviam, mas também aos que a visitavam, uma imagem suficientemente digna, principalmente nas zonas com maior carga histórica e maior tradição, que estavam na zona central da cidade. -----

----- Mas, acerca disso, chamava também a atenção para o factor de bloqueio que representava a interpretação que era feita de algumas disposições do Plano Director Municipal. Dava um exemplo muito claro, que estava agendado para a próxima reunião de Câmara, o daquele quarteirão que ia da Praça Duque de Saldanha até ao edifício do Sheraton, que estava há anos e anos em estado de degradação inaceitável. Quando falara nele em reunião de Câmara foi-lhe mostrada a interpretação de determinadas normas do PDM, e, até por uma questão de memória, teve ocasião de referir que ficava mal à Autarquia de Lisboa dizer que não podiam ser desenvolvidos projectos, até com equilíbrio de cérceas, naquela zona da cidade, porque o PDM não deixava, quando já com o PDM em vigor se fez aquele edifício do Saldanha Residence, em frente, em que as pessoas se esqueciam de contar o número de andares, num sítio onde estava previsto em PDM uma zona verde, e na área do Mercado das Picoas foi feita uma permuta e onde estavam previstos 29.000 m2 de área de construção acabaram por se construir cerca de 40.000 m2, em 14 andares, quando o PDM apontava para 8. E do assunto naturalmente ninguém falou, no tempo em que

era Presidente da Câmara o actual Presidente da República. Ninguém com certeza levava isso à guisa de um atentado ao equilíbrio urbanístico da Cidade de Lisboa, e principalmente ninguém pusera em causa, e justamente, a seriedade das intenções e dos propósitos. -----

----- Disse que teve ocasião de estudar o processo de fio a pavio, e não fazia sentido, para Lisboa e para a comunidade que eram, que a cidade, naquele quarteirão, estivesse parada no tempo porque havia quem gritasse que o PDM não deixava, que teriam que construir apenas edifícios de 8 andares quando tinham em frente edifícios com 14, com vários pisos subterrâneos, com espaços comerciais que não contavam para essa área de construção, portanto com termos completamente fora dos parâmetros do PDM, mas em que ninguém se importava porque se entendia que estavam – numa permuta que também envolvia entidades espanholas, eram bom dizê-lo – perante decisões que deveriam respeitar o interesse da cidade e da comunidade. -----

----- Portanto, era perante esta tarefa hercúlia que responsabilizava os proprietários privados a quem a Câmara tinha procurado chamar e dizer, por exemplo: “se o senhor tem prédios na Rua da Madalena tem que reabilitar”. O BCP e a Companhia de Seguros Império, que tantos prédios têm na Baixa, tinham que os recuperar e a Câmara já os chamava aos Paços do Concelho. O BCP era proprietário do quarteirão a seguir ao Palácio Sotto Mayor, na AV. Fontes Pereira de Melo até ao Fórum Picoas, já passaram por todos esses edifícios mas os lisboetas habituaram-se, parecia mesmo que isso fazia parte da paisagem natural de Lisboa, e o mesmo em relação à Av. 24 de Julho, o estado em que ela estava com todos aqueles barracões e armazéns antigos naquele estado de pré-degradação. -----

----- Os lisboetas habituaram-se a isso porque viviam na cidade há décadas, mas quem visitava Lisboa olhava para isso tudo e, com razão, questionava-se porque seria que a cidade, nas suas zonas mais nobres e centrais, não curava de si própria. -----

----- Ah porque tinha um PDM! Mas se a Autarquia tinha tido o bom-senso de dizer que tinha o PDM mas que tinha outras razões de interesse público que justificavam que se acabassem essas chagas. Então iam proceder assim, em coerência com o passado, em respeito também pelo futuro, mas em coerência com as palavras de todos. -----

----- Por isso mesmo, entendia que essa medida, que todos os partidos entenderam, sufragaram e apoiaram no geral, honrava a cidade de Lisboa nesta fase da sua história. Queria dizer aos proprietários privados que se eles, neste momento em que Lisboa precisava tanto da reabilitação dos seus edifícios, cumprissem essa obrigação, a Câmara não lhes exigiria o pagamento de nenhuma taxa, e também a própria Câmara daria o exemplo com a recuperação dos seus edifícios. -----

----- Esta, disse a terminar, era uma tarefa que para além de ajudar os que menos tinham, era a mais bonita que podiam cumprir e levar por diante. Obviamente também nos bairros históricos, tarefa à qual o Executivo anterior procurara igualmente meter ombros e levar tão longe quanto possível. Era uma tarefa gigantesca e muito importante, e Lisboa precisava dela neste momento como de pão para a boca. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse: “louvemos esta proposta, louvemos esta proposta!” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 128/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 6 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE URBANISMO, SOBRE A MOBILIDADE EM LISBOA.** ----

----- (O Relatório, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica devidamente arquivado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, na pasta da respectiva Comissão) -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, usando da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo para apresentação do Relatório, começou por dizer que era com júbilo e alegria que o apresentava, júbilo e alegria que estava certo seriam compartilhados pelos outros elementos da Comissão de Urbanismo, que assim davam por cumprida a missão que o Plenário os incumbira de fazer um Relatório sobre os transportes públicos e o estacionamento na Cidade de Lisboa. -----

----- Referiu que a Comissão entendera alargar o âmbito desse mandato e fazer um Relatório sobre a mobilidade na cidade. Era um Relatório em que sobretudo os aspectos humanísticos das deslocações na cidade eram protagonistas, não era um Relatório onde se propusessem modelos de transporte ou se falasse na já mítica Autoridade Metropolitana de Transportes. Era um relatório dirigido ao quotidiano, à maneira como as deslocações em Lisboa afectavam o quotidiano dos cidadãos. Do pai que tinha que levar três filhos ao colégio em pontos diferentes, do deficiente que arriscava a vida cada vez que tinha que atravessar uma avenida, ou do não deficiente que tinha que esperar cinco ou seis minutos para atravessar a Av. da Liberdade. -----

----- Para isso, o Relatório baseava-se em três componentes: -----

----- Ouviram os concessionários, desde o Automóvel Clube de Portugal, neste caso como utente do transporte privado; a Carris, a Transtejo, etc., como também, na óptica do utente, as Juntas de Freguesia enquanto autoridade que estava mais próxima dos cidadãos e que melhor compreendia o seu quotidiano, e ouviram igualmente aqueles a quem cabia a gestão do espaço público, especialmente o ex-Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Em todos esses interlocutores, a Câmara encontrara o desejo de servir, o sentido cívico da sua actividade e transmitiam esse sentido no Relatório que apresentaram, que serviria de base para um Colóquio a realizar no mês de Junho. -----

----- Portanto, era um Relatório aberto que estava a discussão, iriam recolher mais informação até porque sabiam que outras entidades estavam interessadas em participar para o enriquecer. Quase todas as Juntas responderam mas algumas fizeram-no tardiamente, pelo que os dados que estas forneceram seriam posteriormente introduzidos no Relatório, que serviria de base, como tinha dito, a um Colóquio, na tradição dos colóquios que a Assembleia Municipal vinha realizando, sobre a “Mobilidade na Cidade de Lisboa”, com o subtítulo “Realidade e Utopia”. Isto



é, como poderiam contribuir com esse esforço para que Lisboa fosse uma cidade cómoda, atraente e segura. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Reis Vieira (PCP)**, no uso da palavra, disse que acabaram de ouvir uma breve introdução ao Relatório e à iniciativa de debate sobre a “Mobilidade na Cidade de Lisboa”, e uma das questões a acolher na Comissão deveria ser a audição das estruturas dos trabalhadores, porque não havia sistemas de transportes, não havia mobilidade, sem aqueles que eram uma componente essencial desse processo. -----

----- Essa era uma lacuna que achavam por bem que fosse atendida, e propunham que fosse considerada pela Comissão a audição das estruturas dos trabalhadores. -----

----- Outra questão seria também a audição das diversas estruturas de utentes que, em momentos diferentes da vida da cidade, se manifestaram pela resolução desses problemas. Essas também deveriam ser tidas em conta, pois conheciam vários problemas que se prendiam com a “Mobilidade na Cidade de Lisboa”. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que apenas queria sublinhar a utilidade do Relatório e dos pontos que tratava. Hoje lembraram-lhe que já tinha dito que esperava que estivesse por poucos dias ou semanas a aprovação da Autoridade Metropolitana de Transportes, e reafirmava isso hoje porque realmente esperavam que esses pontos do Relatório, que exigiam solução mais urgente, pudessem ser resolvidos no âmbito da Autoridade Metropolitana. -----

----- Por exemplo na área dos táxis, das ligações inter-modais mesmo com as carreiras fluviais, os interfaces, as concertações com outros concelhos, o estacionamento, etc. Da Carris em breve fariam sobre o assunto porque a proposta de municipalização que o Governo já anunciara a curto prazo seria concretizada. Portanto, desejava apenas louvar e congratular-se pelo conteúdo do Relatório. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que se tratava apenas da apreciação do Relatório, pelo que ele não seria votado. -----

----- **PONTO 7 – PROPOSTA 124/2003 – APROVAR A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UMA PARCELA DE TERRENO SOB O LARGO BARÃO DE QUINTELA PARA AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO SOB A PRAÇA LUIS DE CAMÕES, NOS TERMOS DA PROPOSTA AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACCÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 124/2003 -----

----- “Considerando que pela Deliberação n.º 62/2003 foi aprovada em reunião de Câmara de 5 de Fevereiro de 2003 a aceitação de cedência à Fábrica da Igreja Italiana da Nossa Senhora do Loreto do direito de superfície em subsolo sob o Largo Barão de Quintela para a ampliação do Parque de Estacionamento subterrâneo sob a Praça Luís de Camões, por um período de 87 anos e por um preço simbólico, como contrapartida pela criação de 200 avenças nocturnas adicionais para residentes na zona do Bairro Alto; -----

----- Considerando que a Deliberação acima mencionada previa a apresentação pela Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto, ou por quem esta mandatasse para o efeito, no prazo de 30 dias, do estudo prévio de implantação da ampliação do Parque e da proposta de cronograma de trabalhos para a sua construção; -----

----- Considerando que a mesma Deliberação estabelecia que, após a aprovação desse estudo, seriam estabelecidos os termos concretos de cedência do referido direito de superfície em subsolo; -----

----- Considerando que a Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto mandou a sociedade ESLI – Parques de Estacionamento, S.A. para os efeitos previstos nos considerandos anteriores; -----

----- Considerando que a representante da Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto submeteu em tempo oportuno à apreciação da Câmara Municipal de Lisboa o estudo prévio de implantação da ampliação do Parque bem como a proposta de cronograma de trabalhos para a sua construção; -----

----- Considerando que as condições estabelecidas pela Câmara Municipal de Lisboa para a aprovação do estudo prévio de implantação da ampliação do Parque foram aceites expressamente pela representante da Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto, conforme decorre do seu ofício n.º 205/ADM/03, de 13 de Março de 2003; -----

----- Considerando as questões suscitadas na sessão da Câmara do passado dia 5 de Fevereiro acerca do estudo económico demonstrativo da equidade para a Câmara Municipal de Lisboa deste negócio; -----

----- Considerando que na sequência de deliberações da Câmara Municipal de Lisboa de 24 de Abril de 1992 (Proposta n.º 166/92) e da Assembleia Municipal de 14 de Maio de 1992, foi celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Sociedade Parque de Estacionamento São Carlos, S.A., em 12 de Maio de 1993, uma escritura de permuta através da qual a Câmara deu à referida sociedade, pelo prazo de 99 anos consecutivos, o direito de superfície, destinado exclusivamente à construção de um Parque de Estacionamento, no subsolo de uma parcela de terreno incluindo, entre outras, uma parcela de terreno com a área de 166 metros quadrados sita sob a Rua do Alecrim e sob o Largo Barão de Quintela; -----

----- Considerando que a parcela de terreno sobre a qual se pretende agora constituir o direito de superfície a favor da Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto abrange uma parte da parcela sob o Largo Barão de Quintela referida no considerando anterior;-----

----- Considerando, no entanto, que o facto de, passados quase dez anos sobre a constituição do direito de superfície a favor da Sociedade Parque de Estacionamento S. Carlos, S.A., não ter sido ainda submetido a aprovação da Câmara Municipal de Lisboa o projecto daquele Parque, e também a diminuta área em que se verifica a supra mencionada sobreposição, legítima a expectativa de ser possível um acordo com a referida Sociedade superficiária no sentido de reduzir a área da parcela sob o Largo Barão de Quintela objecto daquele direito de superfície, por forma resolver-se essa sobreposição; -----

----- Considerando finalmente as competências da Câmara e da Assembleia Municipal nesta matéria, fixadas, respectivamente, nas alíneas u) do n.º 1 e a) do n.º 6 do artigo 64º, e alíneas i) do n.º 2 e b) do n.º 4 do artigo 53º, todos do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere o seguinte: -----

----- I – Aprovar o estudo económico em anexo, demonstrativo da equidade para a Câmara Municipal de Lisboa deste negócio, e em que o parecer elaborado pelos serviços municipais conclui que o mesmo se revela economicamente aceitável e que não acarreta qualquer encargo para o Município. -----

----- II – Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal o seguinte: -----

----- 1. A desafecção do domínio público para o domínio privado da Câmara Municipal de Lisboa, da parcela de terreno sita ao Largo Barão de Quintela, com a área de 1444,00 m<sup>2</sup>, assinalada a azul na cópia do desenho do DGI nº 03/023/02 em anexo, confrontando a Norte, Sul, Este e Oeste com domínio público municipal, destinada à execução da ampliação do Parque de Estacionamento subterrâneo sito sob a Praça Luís de Camões, destino e forma de utilização que não impede o respectivo uso público na forma que vem sendo praticado. -----

----- 1.1. O direito de superfície será constituído por um prazo de 87 (oitenta e sete) anos. -----

----- 1.2. Expirado este prazo, a Câmara Municipal de Lisboa reconhece à superficiária preferência em nova constituição do direito, em condições a estabelecer, se esta vier a ter lugar. Na falta de nova constituição, o terreno a ceder, com todas as instalações e equipamentos, reverterá a favor da Câmara Municipal de Lisboa, não tendo a superficiária direito a qualquer indemnização. -----

----- 2. Ceder, no regime de direito de superfície para construção em subsolo, à Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto a indicada parcela de terreno, nos termos e condições abaixo indicadas, a que se atribui, para efeitos de escritura o valor de €1.000 (mil euros), como contrapartida pela criação de 200 avenças nocturnas adicionais para residentes na zona do Bairro Alto. -----

----- 2.1 O direito de superfície será constituído por um prazo de 87 (oitenta e sete) anos. -----

----- 2.2 Expirado este prazo, a Câmara Municipal de Lisboa reconhece à superficiária preferência em nova constituição do direito, em condições a estabelecer, se esta vier a ter lugar. Na falta de nova constituição, o terreno a ceder, com todas as instalações e equipamentos, reverterá a favor da Câmara Municipal de Lisboa, não tendo a superficiária direito a qualquer indemnização. -----

----- 2.3. A título de preço pelo direito de superfície, a superficiária pagará à Câmara uma importância anual simbólica de €10/ano (dez euros por ano), devida após o início da exploração do parque. -----

----- 2.4. Em concretização do já estipulado anteriormente no ponto 3º da Proposta n.º 542/94, a superficiária, Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto, obriga-se a dar conhecimento à Câmara Municipal de Lisboa do Protocolo de repartição de

rendimentos a celebrar com Assembleia Portuguesa dos Cavaleiros da Ordem Soberana e Militar de Malta, até à data da abertura do parque, devendo, ainda, dar anualmente conhecimento à CML das receitas obtidas na sua exploração, assim como da respectiva afectação. -----

----- 3. A construção e exploração da ampliação do Parque poderá ser feita directamente pela Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora de Loreto ou por entidade com quem esta se associe, com salvaguarda de todos os direitos e obrigações que da escritura de constituição do direito de superfície em subsolo resultem para a superficiária. Desde já fica autorizada a superficiária a associar-se com a ESLI – Parques de Estacionamento, S.A. para a construção da ampliação do Parque e a sua exploração durante os primeiros 50 anos. -----

----- 3.1.O regime tarifário de exploração a praticar pela superficiária ou pela entidade com a qual a superficiária se associe na exploração, será o estabelecido para o Parque de Estacionamento sob a Praça Luís de Camões. -----

----- 4. A ampliação do Parque desenvolver-se-á em 5 pisos subterrâneos a localizar entre as cotas 34,81 e 14,20 referidas ao nivelamento geral do País, com uma estimativa prevista de 267 lugares, sendo os respectivos projectos e obras de inteira responsabilidade da superficiária. -----

----- 4.1.Os arranjos de superfície do Parque, assim como o desvio de redes de abastecimento tanto à superfície como subterrâneas e o cumprimento de outros requisitos fixados pela Câmara Municipal de Lisboa, necessários à sua implantação, constituem encargo da superficiária. -----

----- 5. A escritura de constituição do direito de superfície terá lugar num prazo máximo de 60 dias após deliberação, sendo estabelecido os seguintes prazos a contar daquela para a apresentação do projecto e conclusão da obra: -----

----- - Apresentação do projecto - 3 meses; -----

----- - Conclusão da obra – 2 anos. -----

----- 6. A construção da ligação entre o Parque existente sob a Praça Luís de Camões e a sua ampliação sob o Largo Barão de Quintela será executada imediatamente após a entrada em funcionamento desta ampliação. -----

----- 7. Na mesma escritura, serão feitas constar as condicionantes da presente Proposta, assim como cláusulas jurídicas e técnicas dos cadernos de encargos gerais relativos a parques lançados em concurso, oportunamente aprovados pela Câmara – tais como renovação, resgate, resolução, caducidade e sequestro. -----

----- 8. O incumprimento pela superficiária de qualquer das cláusulas estabelecidas, importa a faculdade de rescisão do contrato por parte da Câmara Municipal de Lisboa, não tendo a superficiária direito a qualquer indemnização. -----

----- III- Nos termos das disposições conjugadas do artgº 121 e alínea b) do artgº 129 do Código do Procedimento Administrativo a eficácia da presente Proposta fica condicionada à concretização de acordo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Sociedade Parque de Estacionamento São Carlos, S.A. para a redução da área da parcela de terreno sita sob o Largo Barão de Quintela de que aquela Sociedade é superficiária na sequência da escritura de permuta celebrada em 12 de Maio de 1993.”

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra disse que como era sabido fez-se o condicionamento do trânsito numa parte do Bairro Alto, que era uma velha aspiração da população e dos autarcas da freguesia, pese embora não haver total unanimidade nessa situação, o que não seria de estranhar porque havia sempre quem considerasse que o espaço público deveria ser só para si, especialmente os condutores de veículos automóveis em Lisboa. E daí que tivessem a cidade com o trânsito tal como estava por falta de regras, de meios, de civismo, de cultura, de respeito pelos outros e de respeito pelas pessoas no geral. -----

----- Mas esta proposta, apresentada pela Câmara, vinha ajudar a resolver alguma da contestação, nomeadamente da parte dos comerciantes que se diziam prejudicados nos seus negócios por via do condicionamento do trânsito. Vinha-lhes dizendo que nunca o condicionamento do trânsito iria provocar uma crise, porque a crise, a existir, teria a ver com a situação que se estava a viver no País, e também que o condicionamento do trânsito tinha a ver com a segurança e uma melhor qualidade de vida para os moradores e para quem ia fruir o Bairro Alto. -----

----- De facto, esta proposta ao propor o alargamento do parque de estacionamento do Largo de Camões, permitiria que houvesse mais disponibilidade de estacionamento e também que os moradores tivessem outras condições para estacionar, uma vez que havia uma contrapartida em termos de estacionamento para os residentes na zona. -----

----- Disse que enquanto cidadã a morar em Lisboa era contra o aumento do número de parques de estacionamento em zonas onde não deveria ser permitida a circulação automóvel, a não ser para residentes, e era a favor do condicionamento ao trânsito em determinadas zonas da cidade para que os transportes públicos pudessem circular e oferecer qualidade de transporte aos cidadãos. -----

----- No Bairro Alto, portanto, acontecera o condicionamento da circulação, e a ideia agora proposta, desde que se viesse a concretizar, com certeza iria ajudar a resolver alguns dos problemas. -----

----- Por conseguinte, apelava a que votassem favoravelmente a proposta pois a sua concretização iria ajudar a minorar um problema do Bairro Alto. É que quando se concordava deveria dizer-se que se concordava e quando se discordava deveria dizer-se que se discordava, porque isso não punha em causa o respeito de cada um pelos seus valores e pelos seus ideais, mas sim o respeito por aquilo com que concordavam e defendiam. -----

----- **O Deputado Municipal Ramiro Nelson (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa, no uso da palavra, disse que na parte final da discussão havida em reunião de Câmara, referia-se que a Câmara se comprometia a falar com a empresa no sentido de alargar o número de lugares para além das 200 avenças, pelo que desejava que a Câmara esclarecesse se isso havia sido conseguido. É que estavam de acordo com aquilo que foi dito e feito em termos de Bairro Alto, aliás a sua Junta, como zona envolvente, também assinara esse protocolo, mas as soluções avançadas vieram, mesmo assim, trazer alguns constrangimentos a freguesias adjacentes ao

Bairro Alto, nomeadamente as Mercês, São Paulo e Santa Catarina que viram o seu fluxo habitual de tráfego aumentado. -----

----- Nesse sentido, pretendia uma resposta sobre a questão que acabara de colocar, e também dizer que em todos os parques que se viessem a fazer, ou mesmo nos já feitos, a Câmara deveria ter em conta a possibilidade de reservar lugares de estacionamento para a população residente. Aliás, na sua freguesia tinham o parque de estacionamento do Martim Moniz que tinha um dos pisos fechados. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, em resposta à pergunta acabada de formular, informou que estava acordado um aumento de 200 para 207 avenças para residentes. Estava de acordo com o que foi dito sobre a política de lugares para residentes nos vários parques de estacionamento, no entanto desejava dar duas ou três notas a esse propósito, a primeira das quais sobre o parque do Martim Moniz para referir que a avença que pagavam os moradores era de cerca de cinco contos/mês e mesmo assim o parque praticamente não estava utilizado. -----

----- Aqueles pilaretes que já existiam na borda dos passeios e das rotundas iriam continuar a ser colocados cada vez mais, porque era curioso que com todas as dificuldades de estacionamento que existiam as pessoas tivessem relutância em tratar de ter acesso a um lugar que lhes dava comodidade e que até acabava por não lhes dar prejuízo porque poupavam em termos de combustível, e, em vez disso, preferissem às vezes estar meia ou uma hora à espera para poderem arrumar o carro. -----

----- Sobre essa matéria, deu como exemplo os 40 lugares na Faculdade de Ciências, na Rua da Escola Politécnica, que há dias tinha apenas 12 inscritos apesar de ser uma zona com enormes dificuldades de estacionamento, e também o parque que a Câmara disponibilizara no Instituto Hidrográfico, na Rua de São João da Mata, agora os residentes já iam afluindo, mas como tinham que ir buscar um papel à Junta para provar a qualidade de residentes, parecia que isso era complicado. -----

----- Portanto, quase seria tentado a dizer, perante algumas realidades de parques de estacionamento em Lisboa e a sua taxa de utilização, que não havia problemas de estacionamento, embora todos soubessem como eles existiam. De qualquer forma, a Câmara estava atenta à situação e continuaria atenta no sentido de procurar disponibilizar os espaços nos parques já existentes, nomeadamente o da Praça dos Restauradores e outros, para os residentes. -----

----- Por exemplo, o parque junto do Mercado do Rato estava a ser disponibilizado à noite, mas tinha uma procura tão baixa que iam retirar essa disponibilização. E também o parque de estacionamento junto da Igreja de Santo Condestável tinha uma baixa taxa de utilização apesar de todas as dificuldades de estacionamento que existiam em Campo de Ourique. -----

----- Esta era a realidade em relação aos lugares de estacionamento! E se as pessoas protestavam contra o estacionamento em cima dos passeios e em segundas filas, seria bom que soubessem que a Câmara iria prosseguir, e de forma muito marcada, essa vedação de acesso aos passeios da cidade, para que quando se chegasse à porta de cada um não protestassem. Era isso que teriam que fazer, embora oferecendo alternativas de estacionamento quando elas existiam. -----

----- Por exemplo, na Rua das Janelas Verdes, ao lado do Palácio do Instituto José de Figueiredo, como também num outro ao lado da Rua de São João da Mata, que eram zonas de casas antigas com imensos pátios, casas que estavam degradadas e que não foram reabilitadas. Aliás, sobre aquela que agora foi demolida na Rua das Janelas Verdes, o IPPAR, já em 1994, tinha dito à Câmara que não autorizava a demolição e chamara então a atenção para o estado de degradação do edifício. Agora quando a Câmara escrevera ao IPPAR a resposta foi também que não autorizava, mas a Câmara mandara-lhe as fotografias e disse-lhes que se já há 10 anos tinham escrito a dizer que estava degradado, degradado continuava e não tinha recuperação possível. Agora, a casa estava em baixo e a Câmara estava a procurar fazer ali um parque de estacionamento. -----

----- Estavam também a construir o parque da Rua Vitorino Damásio, tiraram as camionetas que lá estavam paradas, os atrelados, encetaram negociações com o Porto de Lisboa, porque um dos problemas mais complicados que tinham em Lisboa era esse dos parques de estacionamento dos veículos pesados, mas aqui houve uma política de cooperação eficaz com o Porto de Lisboa. -----

----- Mas, como nota final, desejava dizer que vários parques de estacionamento tinham baixas taxas de utilização, mesmo quando as condições para residentes eram francamente aliciantes. Seria bom que estivessem conscientes disso para irem ponderando devidamente os passos que davam nessa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, disse que acabaram de ouvir a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que agradeciam, e tiveram alguma dificuldade em identificar esta situação com a Cidade de Lisboa. Eram conhecidos os graves problemas de estacionamento existentes na cidade, sabiam dos inúmeros protestos de associações que tinham a ver com os deficientes, mas não só, em relação à ocupação de vias pedonais, nomeadamente dos passeios, por automóveis e, portanto, os cidadãos de Lisboa eram completamente irracionais porque a Câmara, cheia de boa-vontade, disponibilizara lugares para estacionar os carros mas eles preferiam metê-los em cima dos passeios! Era um completo *non sense*, não se compreendia porque era que isso acontecia! -----

----- Certamente o Sr. Presidente da Câmara compreenderia que não podia, de forma muito ligeira, anunciar ali que ia acabar por encerrar os lugares para residentes nos parques de estacionamento subterrâneos, só porque achava que não deveria haver lugares porque os moradores da Cidade de Lisboa se estavam a comportar mal, não estavam a utilizar os lugares subterrâneos. -----

----- Era preciso saber porquê! Era preciso saber quais os preços que estavam a ser praticados, quais os horários que estavam a ser praticados e em que condições é que isso acontecia. Ou seja, antes de se dizer pura e simplesmente que se ia acabar com os lugares para os moradores, era necessário que se explicasse o que se estava a passar. É que vários municípios lhe têm contado que os preços praticados nos parques de estacionamento subterrâneos eram incomportáveis para grande parte dos cidadãos que tinham a sua viatura e optavam por colocá-la à porta de casa, em situação menos regular. -----

----- Portanto, era necessário que se estudasse esse problema e não se ficasse apenas por uma constatação, porque as estatísticas enganavam frequentemente. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Pedro Soares referia que havia algum *non sense*, mas, a seu ver, se houve *non sense* foi, efectivamente, na intervenção que o Deputado Municipal Pedro Soares acabara de fazer, o que, aliás, não era raro. -----

----- É que, de facto, o Sr. Presidente da Câmara não tinha dito que ia encerrar lugares de estacionamento, mas sim que havia pessoas que mesmo a cinco contos/mês optavam por ter os carros fora do estacionamento no parque subterrâneo, o que em termos daquilo que era a degradação normal de uma viatura era perfeitamente compreensível que essa importância era inferior ao prejuízo resultante de deixar a viatura ao ar livre. -----

----- De facto, o que estavam a verificar em Lisboa era de alguma forma um problema de cultura, porque as pessoas procuravam o facilitismo e se pudessem pôr o carro nas escadas do prédio punham-no lá. Não podiam era subir as escadas, porque se pudessem também subiam! -----

----- Efectivamente era importante que houvesse algumas medidas de repressão, para que as pessoas se fossem habituando a que para estacionar havia outros meios para além de pôr os carros em segunda ou terceira filas e em cima dos passeios, prejudicando toda a gente. Infelizmente tinha que ser assim. -----

----- E aquilo que a Câmara agora estava a fazer, aliás na sequência de Executivos anteriores, era construir parques de estacionamento e incrementar normas de proibição e de inviabilização de estacionamento fora das zonas normais. -----

----- Isso é que era importante! Agora, quanto a referir que o Sr. Presidente da Câmara disse que ia cortar os lugares de estacionamento, perguntava-lhe onde ouviu isso, porque ali deveria ter sido o único que ouviu. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para defesa da honra em relação à intervenção do Deputado Municipal Pedro Soares, disse que, se bem se recordava, era a primeira vez que usava esta figura regimental na Assembleia. Todos sabiam que a sociedade humana era complicada e que existiam seres humanos de todo o género, fossem eles Deputados Municipais, Vereadores, Presidentes de Câmara, enfim, existiam pessoas de todos os géneros e com todas as características. -----

----- Mas tudo tinha limites! Se quando procurava fazer intervenções em que punha a Assembleia Municipal a par da realidade do Município, como era sua obrigação e também gosto, e saía um Deputado Municipal a pegar nas suas palavras para dizer uma coisa que era exactamente o contrário do que tinha dito! É que dera exactamente os números do que se passava, acrescentando ainda que, no entanto, a Câmara iria continuar esta política, que vinha de há anos no Município, de construção de estacionamento para residentes porque pensavam que era a política correcta, apesar daquilo que tem sido a realidade de utilização de determinados parques de estacionamento. -----

----- Mas vinha um Deputado Municipal e dizia: “o Presidente da Câmara disse que ia acabar com lugares de estacionamento para residentes”! -----



----- É que se iam por esse caminho com toda a franqueza dizia que chegava a determinadas conclusões em relação àquilo que ali devia ou não devia dizer. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra para dar explicações, disse que se de facto o Sr. Presidente da Câmara referira na sua intervenção aquilo que acabava de dizer, pedia imensa desculpa por esse facto, porque tinha plena consciência que ele teria dito que perante a situação de não ocupação dos parques de estacionamento subterrâneo por moradores, iria equacionar a continuação da disponibilidade desses lugares para os moradores. -----

----- Evidentemente não era uma questão de seres humanos perversos ou de Deputados Municipais que estavam interessados em denegrir a imagem de alguém. Estavam numa câmara de debate e, portanto, se teve um determinado entendimento da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, mais não fizera do que tentar esclarecer a situação. -----

----- Mas o que pretendia esclarecer era se o Sr. Presidente da Câmara tinha intenção de equacionar a possibilidade de retirar os lugares aos moradores, caso houvesse a constatação de que esses lugares não estavam a ser bem ocupados. -----

----- Esse foi o entendimento que teve da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, se não foi isso que disse pedia desculpa, mas pedia também que então esclarecesse a Assembleia relativamente aos seus propósitos concretos nesta matéria. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, novamente no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Câmara, no debate havido em reunião de Câmara, ficara de informar a Assembleia sobre as diligências para o aumento do número de lugares para residentes, mas como depois se falara do parque do Martim Moniz e de outros que não tinham a ver com a proposta 124/2003, desejava que o Sr. Presidente da Câmara informasse se efectivamente havia ou não aumento. -----

----- A um ápate do Sr. Presidente da Câmara a dizer que já tinha confirmado isso, respondeu que não tinha ouvido mas, uma vez que já disse, ficava então registado em acta que haveria um aumento do número de lugares para residentes. -----

----- **O Deputado Municipal Ramiro Nelson (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa, novamente no uso da palavra, disse que apenas desejava fazer uma correcção ao que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara quanto ao preço que pagavam os moradores no Parque do Martim Moniz, pois, de facto, não eram os cinco contos que foram referidos mas sim cinco contos num pacote de 50 avenças, e só de noite. -----

----- Mas porque nem toda os moradores precisavam de sair com o carro de dia e consequentemente necessitavam do parque para estacionar, nesses casos individuais o preço da avença era de 25 contos/mês. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, depois de se regozijar com a resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara à Deputada Municipal Ana Sara Brito confirmando o aumento do número de lugares no parque a que se referia a proposta em debate, disse que pretendia colocar à Câmara um problema

político que se prendia com esta proposta, mas que era mais vasto que ela, e que tinha a ver com a falta de estacionamento para os residentes na cidade. -----

----- Recordou que o Bloco de Esquerda na campanha eleitoral, e mais tarde também numa intervenção feita na Assembleia Municipal, sugerira uma proposta concreta que pensavam que poderia facilitar o problema do estacionamento dos residentes da cidade em geral, durante a noite. Consistia isso em que para além de cada residente, onde existiam os parques da EMEL, ter o seu selo do carro que a EMEL lhes fornecia para estacionarem gratuitamente nas suas zonas, independentemente disso, que se manteria tal e qual, os residentes poderem comprar à Câmara Municipal de Lisboa um selo que lhes permitisse, fazendo a Câmara protocolos de acordo com todos os parques de estacionamento da cidade, que entre as 19 horas até às 9 horas do dia seguinte pudessem estacionar os carros em qualquer parque da cidade. -----

----- A implementação dessa proposta tiraria grande quantidade de carros das ruas da cidade, a segurança aumentaria naturalmente, pelo que gostariam de ver discutida essa proposta e saber da disponibilidade da Câmara para encontrar soluções para ela. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que ouviu a proposta referida pelo Deputado Municipal Carlos Marques, e a Câmara estava já a seguir essa linha, que achava que era prática, nalguns casos. -----

----- Confessou que ainda não tinha chegado a uma conclusão em termos da sua própria reflexão sobre a lógica da Câmara ceder a utilização do espaço na via pública para residentes, onde havia lugares disponíveis gratuitamente, e depois a moradores que residiam em locais condicionados em termos de estacionamento e muito pressionados de espaço, oferecerem a possibilidade de lugares em parques de estacionamento mediante a uma avença ou um selo. -----

----- De facto entendia que tinham que ir por aí e por isso louvava a proposta, que era prática, como já referira. Nos Restauradores, no Bairro Alto e em vários sítios estavam já a praticar esse sistema da utilização das avenças, nomeadamente nocturnas, mas não só, para residentes. Contudo, havia muitos parques que estavam fechados à noite e deveriam estar abertos. -----

----- Mas dava também o exemplo de um parque de estacionamento na Rua de Campo de Ourique, propriedade de uma sociedade, que estava ali a céu aberto e que não tinha utilização nenhuma, estava mesmo vedado. Aliás, juntava-se com esse da Igreja de Santo Condestável como com outros parques de estacionamento, em relação aos quais a sua leitura era que se tratava de uma questão de formação, porque os lisboetas preferiam em muitos casos parar em cima dos passeios que utilizar parques de estacionamento. Isso estava provado! Agora, havia também questões de segurança e questões de comodidade. Por exemplo, havia pessoas que deixarem o carro no parque de Santo Condestável e depois atravessarem três ou quatro ruas, à noite, com as condições de segurança que existiam não o queriam fazer, e depois havia ainda a tal questão da comodidade. -----

----- Por isso estava convencido, e têm estado a ponderar esse sistema, da vantagem de utilização de navetes de ligação aos parques de estacionamento, que de noite

circulassem pelos diferentes bairros. Mas isso compatibilizado com a proposta e com o caminho a que o Deputado Municipal Carlos Marques acabava de fazer referência. De facto, aí sim a intervenção do Deputado Municipal Pedro Soares fazia sentido, porque dava que pensar que as pessoas não quisessem pagar e preferissem parar os carros em cima dos passeios. E, a propósito disso, os Deputados Municipais viam os danos que tal causava à calçada à portuguesa! Era um problema que pedia o favor que reflectissem consigo, porque essa utilização generalizada da calçada à portuguesa era perigosa em termos de integridade física para muitas pessoas, porque havia ruas onde o piso era inclinado e onde a calçada à portuguesa abria levando a acidentes permanentes. No Chiado, a Rua Garret era um exemplo típico disso. -----

----- Por essa razão, entendia que deveriam fazer o devido equilíbrio no uso da calçada entre as zonas históricas, que o justificavam, e outras zonas onde não se justificava. Até porque carro em cima do passeio, mau uso ou alguma carga, abria a calçada e lá tinham esse espectáculo. Por isso, a Câmara ia lançar uma grande acção, com a colaboração que ia pedir às Juntas de Freguesia, para reparar essa situação de desagregação de muitas zonas da calçada à portuguesa. Mas era uma tarefa quase inacabável! -----

----- Portanto, a proposta do Deputado Municipal Carlos Marques era uma proposta construtiva que a Câmara iria procurar aprofundar. Mas exigia guarda da Câmara, exigia recibos! Por exemplo, hoje a Assembleia ia aprovar o regulamento para o parque de estacionamento da Rua das Trinas, que vinha funcionando um pouco *ad-hoc* porque faltavam os recibos que só seria possível passar depois da Câmara e da Assembleia aprovarem as taxas. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Sabino (PS)**, no uso da palavra, disse que não sabia e por isso perguntava se o Sr. Presidente da Câmara poderia fazer alguma no tocante à questão dos carros velhos abandonados nas ruas há longo tempo. Essa questão levava-a a fazer inúmeros telefonemas para a polícia, e a resposta que lhe davam era que não podiam rebocar porque tinham matrícula. De facto, tratava-se de carros já muito velhos que nem o ferro velho os queria, e porque a Freguesia de Marvila continuava cheia deles desejava que o Sr. Presidente da Câmara dissesse se podia intervir nessa matéria, porque esse era também um dos grandes problemas que originavam falta de estacionamento. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, respondeu dizendo que apesar do Deputado Municipal Miguel Coelho dizer que ele não era muito dado aos detalhes, estava também em condições de esclarecer essa questão das matrículas que realmente era uma questão extraordinária. A lei dizia que quando os carros tinham matrícula teriam que ser notificados os respectivos proprietários antes remoção. Já fizeram o diploma para ver se alteravam essa legislação, mas a orientação que tem dado à Polícia Municipal era no sentido de rebocar tanto quanto possível, com matrícula ou sem matrícula, desde que fosse provado o abandono. -----

----- Referiu que passava por vários sítios de Lisboa, via o trânsito congestionado, em segunda fila, e dizia à sua Chefe de Gabinete para ligar para a Polícia Municipal e pedisse ao Sr. Comandante para mandar imediatamente uma brigada, e o certo era que

a Polícia Municipal chegava lá e o problema era resolvido. De facto, os polícias municipais eram inexcedíveis no esforço para a resolução das novas tarefas que lhe solicitava. A PSP, por seu lado, entendia que em matéria de trânsito as atribuições eram suas, mas depois via-se que quem andava mais pelas ruas era a Polícia Municipal. E se fossem dizer ao Governo para passar a Divisão de Trânsito da PSP para a Câmara, que era quem tinha as responsabilidades em matéria de trânsito, a resposta era que não! -----

----- Portanto, era um assunto que andava a tratar, andava a ver se conseguia mas ainda não tinha conseguido. O que podia dizer era que tinham que mudar essa lei porque ela não fazia sentido. A partir do momento em que se provava que um carro estava abandonado ou parado há muito tempo, com matrícula ou sem matrícula deveria ser removido. Sabia que, infelizmente, a resposta que normalmente se dava era aquela que foi referida pela Deputada Municipal Luísa Sabino, porque era verdade que a lei ainda dizia isso. No entanto, o seu Gabinete já prepara a alteração legislativa, que seria feita dentro de muito pouco tempo.-----

----- Pelo seu lado, quando via um carro nessas condições dava ordem para o removerem com matrícula ou sem matrícula, e esperava que a lei fosse alterada rapidamente porque de facto isso era uma praga em Lisboa.-----

----- Seguidamente, a propósito, deu o exemplo da remoção do lixo junto do cemitério de Carnide, onde, para remover toda a sucata que lá estava tinham que respeitar uma série de procedimentos. Havia normas ambientais a respeitar, era um trabalho que a camioneta podia chegar lá carregar, amolgar e levar, mas não! Não podia compactar ali, tinha que carregar a sucata toda, levar para outro lado e depois fazer o devido tratamento. E nisso já passaram cerca de dois meses! Mas nesse caso ainda eram normas ambientais, agora a outra era ridícula. -----

----- Era, aliás, como o caso dos carros apreendidos pela Polícia Judiciária, matéria de que já falara ao Primeiro-Ministro também. Dizia a lei penal, e outras, que os carros eram penhorados e ficavam para o Estado enquanto decorria o processo, tinham que estar aparcados e a Câmara até disponibilizara agora parques para essas viaturas apreendidas, mas o que acontecia era que os processos chegavam ao fim com as viaturas estragadas, e quando era dada razão ao particular o carro era-lhe devolvido nesse estado sem qualquer indemnização. Ou seja, o Estado gastava dinheiro com a retenção da viatura, quando o que deveria haver era uma norma que dissesse que a viatura estava penhorada, podia continuar a ser usada pelo particular, mas não poderia ser transaccionada porque estava sujeita à decisão do processo judicial. -----

----- Terminou dizendo à Deputada Municipal Luísa Sabino que de futuro ligasse para o seu Gabinete porque ele mandava lá remover os carros. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 124/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Congratulo-me com esta votação porque a população do Bairro Alto, no seu todo, irá ficar satisfeita. -----

----- Mas mais satisfeita ainda porque com a proposta 124/2003, também as freguesias de São Paulo, Mártires, Mercês, Sacramento, Santa Catarina e a Encarnação, deveriam ficar muito contentes porque quando se discutia o Bairro Alto discutia-se a Cidade de Lisboa.” -----

----- **PONTO 8 – PROPOSTA 165/2003 –AUTORIZAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DOS FORNECIMENTOS DE “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÓNICOS FIXOS” À PT – PRIME SOLUÇÕES EMPRESARIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES E SISTEMAS, AS, NOS TERMOS DA PROPOSTA AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 165/2003 -----

----- “Considerando que: -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa consciente da importância de que se revestem as comunicações na actualidade e ponderando a importância destas para o desempenho eficaz das suas atribuições autorizou, por deliberações tomadas em 28/08/2002 e 18/09/2002, o lançamento de procedimento por negociação sem publicação prévia de anúncio, nos termos dos artigos 146º e seguintes do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, com vista à adjudicação do fornecimento de “Aquisição de serviços telefónicos fixos”. Este procedimento deu origem ao Processo n.º PN - 2/02; -----

----- Nos termos do n.º 1 do artigo 109º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a Comissão elaborou o relatório final e deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação à PT Prime Soluções Empresariais de Telecomunicações e sistemas, S.A, por ser o concorrente que apresentou a proposta mais vantajosa; -----

----- Nos termos do artigo 54º do Decreto - Lei n.º.197/99 de 8 de Junho, a adjudicação é o acto administrativo pelo qual a entidade competente para autorizar a despesa escolhe uma proposta; -----

----- O tarifário para o tráfego fixo-móvel sobre o qual incidiu a aplicação dos critérios de adjudicação fixados no ponto 17.1 do convite e no ponto 4 do Programa do Procedimento, foi o proposto para o tráfego fixo-móvel não cursado através dos interfaces (directo e GSM) a que corresponde um custo de 0,23 € para as redes Vodafone e Optimus e de 0,21 para a rede TMN. Sobre os referidos valores foi aplicado o desconto proposto de 5%. -----

----- A proposta apresentada por este concorrente contempla também, para o tráfego fixo-móvel, a instalação de interfaces (directo e GSM). Estes dispositivos permitem transformar o tráfego fixo-móvel em móvel-móvel, procedendo ao encaminhamento para a TMN. O tarifário a adoptar seria o seguinte: -----

----- Móvel TMN Grupo - 0,02 € -----

----- Móvel TMN - 0,08 € -----

----- Outras redes móveis – 0,18 € -----

----- O Relatório de Apreciação das Propostas/Projecto de Decisão Final não reflecte qualquer ponderação do tarifário especial de interligação fixo-móvel, proposto pela PT Prime, para o tráfego cursado através dos interfaces. Nos termos apresentados a instalação destes dispositivos não é vinculativa, cabendo à entidade adjudicante decidir; -----

----- No Edifício do Campo Grande seria instalado um interface directo através de 2 circuitos de 2 Mega Bytes. A instalação destes dois canais directos à TMN implicará a subtracção de dois acessos primários; -----

----- A central telefónica do Edifício Central do Município está dotada de 9 acessos primários que garantem as comunicações com e do exterior; -----

----- Em 2002 foi instalado, na central telefónica do Edifício Central, um equipamento designado por “gateway” e que decorrente desta instalação foi redireccionado um dos nove acessos primários; -----

----- A instalação do “gateway” permite a conversão de comunicações fixo - móvel, em comunicações móvel - móvel e que esta solução técnica permite a colocação de cartões dos três operadores móveis, sendo o custo médio por minuto de 0,07 € que, corresponde à aplicação do seguinte tarifário: -----

----- Tráfego para os cartões da C.M.L. da rede Vodafone - 0,02 € -----

----- Móvel TMN - 0,12 € -----

----- Móvel Vodafone - 0,12 € -----

----- Móvel Optimus - 0,12 € -----

----- Através deste equipamento, foram instalados cartões das três operadoras de redes móveis na central telefónica do Edifício Central, segundo a seguinte distribuição: -----

----- 15 cartões para a rede TMN -----

----- 10 cartões para a rede Vodafone -----

----- 7 cartões para a rede Optimus -----

----- Com a aceitação da oferta da PT Prime, para a instalação gratuita de dois circuitos, a central telefónica do Edifício Central passará a dispor apenas de 6 acessos primários a gerir entre o tráfego de entrada e saída; -----

----- A carência de canais de comunicação penalizará os utilizadores residentes no Edifício Central mas sobretudo os utilizadores externos, lesando a acessibilidade dos municípios aos serviços da autarquia; -----

----- Para minimizar o impacto a produzir pela subtracção de acessos primários na central telefónica do Edifício Central, a solução mais vantajosa será instalar apenas um dos circuitos de 2 Mega Bytes. Este equipamento ficará para tráfego exclusivo para TMN. -----

----- Desta forma ficaria salvaguardada a qualidade do serviço de comunicações da central telefónica do Edifício Central. O segundo circuito pode ser instalado se e quando a C.M.L. considerar conveniente. -----

----- Para as restantes centrais telefónicas da Câmara Municipal de Lisboa a PT Prime apresenta a proposta de interfaces GSM. Apesar da gratuitidade destes equipamentos

existem custos colaterais decorrentes das referidas instalações nas centrais telefónicas bem como das respectivas assinaturas mensais, pelo que as vantagens devem ser aferidas caso a caso; -----

----- A proposta para fixo-móvel apresentada pela PT Prime privilegia um dos operadores móveis, a TMN, sendo o tarifário praticado para as restantes redes móveis economicamente menos vantajoso que o tarifário obtido com o equipamento “Gateway” ou com eventuais futuros acordos directos com os restantes operadores móveis; -----

----- A C.M.L., nos termos das condições técnicas especiais previstas no Caderno de Encargos, pretende rentabilizar as infra-estruturas actualmente instaladas, bem como aumentar as funcionalidades disponíveis para os utilizadores; -----

----- A manutenção e instalação do equipamento “Gateway” se tem revelado economicamente mais vantajoso no tráfego fixo-móvel para as redes Optimus e Vodafone; -----

----- Existe o dever de otimizar, na formação e execução dos contratos, a satisfação das necessidades colectivas; -----

----- A proposta de fornecimento e instalação de interfaces (directo e GSM) da PT Prime pode, em determinados casos, não ser a solução mais vantajosa; -----

----- Tenho a honra de propor que, a Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.1 do artigo 64.º do Decreto-Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 5-A de 11 de Janeiro e do artigo 18.º n.º 1 alínea b) do Decreto-Lei n.197/99 de 18 de Junho, delibere: -----

----- 1. Adjudicar à “PT - PRIME Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A”, o fornecimento de “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÓNICOS FIXOS”, nos termos do relatório final, com as seguintes especificações: -----

----- Na central telefónica do Edifício Central será instalado um circuito de 2 Mega Bytes para uso exclusivo do tráfego fixo-móvel para a rede TMN. O segundo circuito poderá ser instalado se e quando a Câmara Municipal de Lisboa considerar conveniente. Para o efeito deverá notificar a PT Prime com um aviso prévio de 30 dias. -----

----- A proposta da PT Prime, para a oferta e instalação dos interfaces GSM, será optativa. A decisão caberá à Câmara Municipal de Lisboa que, mediante um estudo prévio, aferirá as vantagens económicas de cada caso concreto. -----

----- 2. Aprovar a minuta do contrato em anexo a outorgar com a empresa “PT - PRIME Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A”, de acordo com o disposto no número um do artigo 64.º do Decreto - Lei número 197/99 de 8 de Junho. -----

----- 3. Autorizar a despesa máxima estimada de 2.500.000 €, à qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, a que corresponde o montante de 475.000 €. -----

----- 4. Delibere submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a autorização da seguinte repartição de encargos, ao abrigo do disposto no artigo 22.º n.º 1 e n.º 6 do Decreto-Lei n.º 197/99 de 18 de Junho: -----

----- O valor de 1.250.000 €, com IVA à taxa legal prevista no valor de 237.500 €, o que totaliza um montante de 1.487.500 €, para o ano económico de 2003; -----

----- O valor de 1.250.000 €, com IVA à taxa legal em vigor no valor de 237.500 €, o que totaliza um montante de 1.487.500 €, para o ano económico de 2004; -----

----- A despesa tem cabimento, para o ano económico em curso, na rubrica orçamental 02.02.09 da Orgânica 02.04.” -----

----- (O contrato anexo à presente proposta fica devidamente arquivado junto da mesma nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **O Senhor Presidente** informou que o Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD, entregou na Mesa uma declaração a informar que se encontrava impedido de participar na discussão e votação desta proposta, pelo que abandonaria a Sala durante esse período. -----

----- Seguidamente, dado que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de imediato submeteu à votação a proposta 165/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 9 – PROPOSTA 178/2003 – APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA DO ANO DE 2002, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- **APROVAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE LISBOA DO ANO DE 2002, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 178/2003 -----

----- “Considerando as competências da Câmara em matéria de aprovação do relatório de gestão e documentos de prestação de contas. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Aprovar, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64 da Lei no 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e tendo em conta o disposto no Decreto-Lei no 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2002. -----

----- Submeter os referidos documentos à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por dizer que ia fazer a apresentação dos documentos, provavelmente depois teria que sair durante o debate, mas se isso acontecesse a Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro das Finanças estaria disponível para prestar os esclarecimentos necessários. -----

----- Depois, disse que desejava referir, nas Contas que apresentavam, os seguintes traços gerais. -----

----- Em primeiro lugar, era de sublinhar que a taxa de execução do Plano de Actividades, apesar de ter sido um ano difícil para essa execução, tinha uma



vantagem: havia compromissos vindos de trás porque como teve ocasião de dizer aquando da aprovação do Plano e Orçamento estes documentos tinham muito a ver com opções que vinham de trás. Portanto, havia compromissos que podiam ser executados, até porque representavam essa continuidade. -----

----- Mas, por outro lado, havia também aspectos que desajudaram a uma boa execução, designadamente o facto do Orçamento ter sido aprovado tarde, o facto de ser ano de transição, as dificuldades existentes e a diferença de opções, portanto vários factores que levaram, como levavam na generalidade das autarquias, a que a taxa de execução do Plano fosse baixa. -----

----- No entanto, verificou-se que a taxa de execução do Plano andava na ordem dos 65%, o que era uma taxa de execução razoável. E descontando o valor do financiamento autorizado e contraído no ano passado, essa taxa de execução apresentava até níveis diferentes como era sabido. -----

----- Mas, primeira nota, a taxa de execução do Plano aprovado pela Assembleia Municipal, foi até acima das expectativas da Câmara face às características do exercício do ano anterior. -----

----- Uma segunda nota que desejava sublinhar era, apesar de tudo, o aumento das receitas correntes, nomeadamente a contribuição autárquica e a sisa, que tiveram comportamentos a que não queria chamar anómalos, mas um pouco contra-ciclo quase. Aliás, o comportamento do mercado imobiliário neste momento ainda era um pouco contra as tendências desse ciclo económico, ainda não houve um ajustamento no preço dos fogos, havia ligeiras reduções no preço médio dos fogos em Lisboa, na ordem dos 5%, ou menos, portanto eram principalmente nos de gama alta como já ali teve ocasião de mencionar. A sisa e a contribuição autárquica apresentavam variações significativas em relação às próprias previsões orçamentais e em relação ao exercício anterior, aumentos superiores nalguns casos a 30%, nomeadamente o caso da sisa era impressionante! -----

----- Disse que não estava a fazer alusão ao engano que houve, contra a Câmara, nas verbas transferidas pela Administração Central, a propósito da derrama, e que teriam que ser devolvidas à Administração Central. -----

----- Portanto, houve aumento das receitas correntes, mas também a diminuição das receitas de capital, ou das transferências da Administração, nomeadamente aquelas que respeitavam às verbas recebidas em anos anteriores pela Câmara a propósito dos programas de realojamento. E aí o grosso da explicação para a diminuição da fatia das receitas de capital, ou receitas extraordinárias recebidas pelo Município. -----

----- Chamou depois a atenção para o controlo da despesa corrente e também para o controlo dos níveis da respectiva execução, nomeadamente das despesas com pessoal, que aumentaram na proporção correspondente ao aumento do índice dos preços ao consumidor, portanto com a decorrência das negociações efectuadas para o aumento da tabela e da massa salarial dos funcionários da Administração Central e da Administração Local. Não houve, pois, esse deslizar na despesa corrente, houve o controlo também, nalguns mesmo redução, das despesas de funcionamento, e dizia isto porque deveria ser levado em linha de conta que assumiram despesas ou facturas,

ainda não contabilizadas, do exercício antecedente. Por exemplo, a nível dos Serviços Centrais cerca de seis milhões de euros só de facturas não contabilizadas. -----

----- Por outro lado, também desejava sublinhar que fizeram a amortização e a assunção de dívidas, nomeadamente à Portugal Telecom, que representaram um peso significativo na rubrica “comunicações” que, em termos reais, registara um decréscimo bastante significativo em relação a anos anteriores. -----

----- Portanto, existira essa política de respeito pelas opções do Executivo anterior, até, diria, de regularização de algumas situações, que era um ponto que gostava de sublinhar na apresentação das Contas do primeiro ano de mandato. -----

----- Quando havia alternância de Executivo e de forças partidárias, principalmente no clima em que actualmente viviam as sociedades, existia o aproveitamento, ou tentativa de aproveitamento, em casos de situações irregulares – e notava que irregular não queria dizer criminoso mas sim que não estava totalmente de acordo com aquilo que a lei prescrevia – havia da parte de quem entrava de novo a tentação de aproveitar para exploração política dessas situações. Mas como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa queria reafirmar que não o fizeram e não o fariam, porque partiram dum pressuposto que para a actual Vereação era intocável: o da honestidade das pessoas que compunham a Vereação que a antecederam. Aliás, desse pressuposto deveriam partir as pessoas principalmente numa sociedade organizada num Estado Democrático de Direito, e, portanto, o que procuravam fazer era regularizar as situações que estavam pendentes. -----

----- Por exemplo, ainda hoje de manhã estiveram a tratar, com a Somague, de casos da Av. de Ceuta, nomeadamente da piscina, que queriam abrir tão depressa quanto possível, mas também da escola e do centro de saúde, que eram processos que não tiveram toda a tramitação formal devidamente preenchida. Não iam apontá-los dizendo que ali estavam irregularidades ou fosse o que fosse, porque, pelo contrário, a postura que procuravam assumir era explicar, às vezes mesmo junto dos tribunais ou junto das inspecções, os actos daqueles que os antecederam, e não levar essas matérias para o campo da exploração política baixa e indigna. -----

----- Por isso mesmo, algumas situações dessas que assumiram no Relatório e Contas e que reflectiam o seu peso, eram situações que a Câmara, embora não houvesse exploração política, as devia tendencialmente eliminar. -----

----- Por conseguinte reafirmava, e a Sra. Vereadora das Finanças já diligenciara nesse sentido, o compromisso da Câmara em abrir concurso para uma auditoria às contas da Câmara do exercício anterior e de todo o mandato, para que ficassem sujeitos àquilo que também entendiam que deveria acontecer às Contas daqueles que os antecederam. -----

----- Seguidamente, disse que aumentara o passivo do Município por razões que eram conhecidas, designadamente dívidas de curto prazo que foram assumidas, que foram apuradas e que não estavam contabilizadas, por um empréstimo que foi contraído e que era do conhecimento da Assembleia porque teve de o aprovar, mas, de facto, nesta matéria a situação do Município de Lisboa era uma situação com um passivo significativo e com um Serviço de Dívida com um peso razoável. Apesar de ter havido financiamentos, ou bem negociados, ou que dispunham de condições

vantajosas, nomeadamente junto do Banco Europeu de Investimentos, ou por se destinar a finalidades que tinham linhas de enquadramento financeiro favoráveis, períodos de carência, bonificações de juros, de qualquer modo, neste ano, e nomeadamente em 2003, não era preciso virem as restrições do Governo para que a Câmara tivesse a sua margem de manobra, no que dizia respeito à capacidade de endividamento, consideravelmente limitada. -----

----- Disse, ainda, que desejava sublinhar também que não houve aumento do número do pessoal. Estava dito nos documentos que a generalidade das despesas correntes aumentaram, havia só um imposto, que atestava normalmente a evolução do consumo, que era o imposto municipal sobre veículos, que não apresentara uma variação crescente, já que os outros, a sisa, a derrama e a contribuição autárquica, apresentaram níveis de aumento significativos. A sisa, no início, tinha uma previsão de 84 milhões de euros e, de facto, foi de 107 milhões o montante cobrado, ou seja, um aumento de 38,6% em relação ao previsto, enquanto que na contribuição autárquica se verificou um aumento de 22%. -----

----- Não seria essa a realidade no exercício de 2003, pelo que nestas Contas que apresentavam seria bom que soubessem fazer a destrição em relação à projecção para o exercício de 2003. -----

----- Mas desejava muito de sublinhar que a despesa corrente foi controlada e as despesas de funcionamento também, enquanto que as despesas com pessoal subiram 3,9%, o que pensava ser absolutamente enquadrável dentro do aumento do índice dos preços ao consumidor, e principalmente do aumento decorrente dos valores da negociação da massa salarial da Função Pública e equiparados. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- PARECER -----

----- “Apreciação dos documentos apresentados pela Câmara Municipal de Lisboa, relativamente ao exercício de 2002: -----

----- Relatório de Gestão -----

----- Demonstrações Financeiras de 2002 -----

----- Aprovados por maioria em reunião de Câmara de 2003.04.23 os documentos em apreciação foram também enviados em tempo útil a esta Comissão, que teve ainda a oportunidade de ouvir e questionar a Senhora Vereadora Teresa Maury. Assim, a Comissão encontra-se em condições de tecer as seguintes considerações: -----

----- A. Os documentos em apreciação, além de revelarem excelente qualidade sob os pontos de vista técnico e formal, respeitam as normas legais em vigor sobre a matéria. -----

----- B. O detalhe da informação disponibilizada nos diversos conteúdos, bem como a metodologia utilizada, facilitam manifestamente a análise dos documentos. -----

----- C. A Comissão sublinha a informação prestada pela Senhora Vereadora e pelos Serviços relativamente aos avanços do processo de inventariação de património em curso, cuja finalização (compreensivelmente demorada) é fundamental para uma apresentação de contas mais realista. -----

----- D. Verifica-se que estão cumpridos os equilíbrios legais, quer no que se refere às Receitas Correntes, que superam as Despesas Correntes, quer no que diz respeito à capacidade de endividamento. -----

----- E. O significativo decréscimo no Resultado Líquido encontra justificação especial no reforço e criação de provisões (designadamente em matéria de dívidas duvidosas, empréstimos concedidos, riscos e encargos e investimentos financeiros), para além da redução em proveitos suplementares e transferências e subsídios obtidos.

----- F. Após a análise e discussão dos documentos em apreciação, a Comissão considera que os mesmos estão em condições de serem votados pela Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- G. A Comissão agradece à Senhora Vereadora Teresa Maury a disponibilidade e os esclarecimentos prestados, louvando o Pelouro e os Serviços pela já referida qualidade dos documentos apresentados. -----

----- H. O presente Parecer foi aprovado por unanimidade, estando presentes os seguintes partidos: PSD, PCP, PS, CDS/PP e PPM -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que Relatório, tal como era referido no Parecer da Comissão, estava tecnicamente correcto, estava até bem apresentado, e muito naturalmente, por essas razões, merecia a abstenção do PS. E merecia a abstenção do PS, porque o mesmo também reflectia, do ponto de vista político, uma gestão insuficiente por parte do actual Poder Municipal da Cidade de Lisboa, uma gestão insuficiente por parte do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores. -----

----- Uma abordagem ao documento revelava-lhes, por exemplo, que naquilo que dizia respeito ao Plano Plurianual de Investimento era das taxas de execução mais baixas de sempre. Havia reduções abaixo da média num determinado número de sectores que eram importantes, designadamente na reabilitação, segurança, infra-estruturas, apoio social, cultura, desporto e espaços verdes, o que não deixava de ser sintomático e significativo. Havia também acções ou projectos que ficaram com dotação nula, nomeadamente nas áreas da reabilitação, segurança, apoio ao transporte público, iluminação, infra-estruturas viárias, saneamento, património imobiliário, acção social, espaços verdes, etc., e havia uma taxa de execução que era também a taxa mais baixa desde 1987. -----

----- Portanto, esse documento confirmava as preocupações que o PS tinha vindo a reflectir e a afirmar na Assembleia Municipal, de que o Executivo municipal, e em particular o Sr. Presidente da Câmara, têm estado muito preocupados em fazer uma política de *show-off* para a comunicação social, uma política meramente virada para a comunicação social com a preocupação de aparecer nos jornais, aparecer nas televisões, aparecer nas revistas, mas uma política muito pouco consentânea com as necessidades dos cidadãos de Lisboa. -----

----- De facto, estavam pior em matéria de trânsito, de estacionamento, de higiene urbana e de segurança. Aliás, não era por acaso que os índices de insegurança vinham aumentado em Lisboa, e nessa matéria também desejava fazer alguns reparos ao Sr. Presidente da Câmara quanto ao funcionamento do próprio Conselho Municipal de

Segurança. -----

----- Por conseguinte, tinham uma preocupação muito séria e faziam um apêlo, muito sincero, ao Sr. Presidente da Câmara e à sua equipa para que começassem a governar a Cidade de Lisboa consoante o programa que apresentaram e que os levava ao Poder na cidade. Não viam políticas concretas para trazer mais pessoas para habitar no centro da cidade, para impedir a entrada de mais trânsito automóvel na cidade, antes, pelo contrário, viam com muita preocupação as tomadas de posição do Sr. Presidente da Câmara em relação às portagens na CREL e, evidentemente, a sua obstinação em querer construir o túnel das Amoreiras, que iria ser uma auto-estrada para cada vez entrarem mais carros na cidade, e não para resolver os problemas dos cidadãos eleitores de Lisboa. Seria, talvez, para resolver os problemas dos cidadãos eleitores dos outros concelhos, só que isso não adiantava nada em relação a Lisboa. -----

----- Por outro lado, também não viam grande preocupação do Sr. Presidente da Câmara em atacar de frente os problemas da reabilitação urbana, que tanto o incomodavam há algum tempo atrás e que até chegara a ser motivo para uma pequena ameaça de demissão e de convocação de eleições antecipadas. -----

----- Portanto, antes que o Sr. Presidente da Câmara passasse para a história como o Presidente que instalara um casino na Cidade de Lisboa, aquilo que lhe pediam, mais uma vez, era que começasse, finalmente, a executar o seu próprio programa porque era fundamental que Lisboa tivesse um governo e não um desgoverno. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho referira, na sua intervenção, uma circunstância curiosa, a propósito da qual gostaria de lhe lembrar – porque a memória devia andar fraca e a necessitar de uns comprimidos de vitina – que a taxa de execução do Plano de Actividades de 2002 foi de 62,1% enquanto que a taxa de execução de 2001, que foi o período mais alto em termos de execução pela anterior maioria, foi de 67%, e também que no primeiro ano de mandado da coligação presidida pelo agora Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, foi de 60%. Portanto, o Deputado Municipal Miguel Coelho necessitava de consultar os arquivos para verificar quais foram, efectivamente, as taxas de execução da anterior coligação. -----

----- Depois, sobre os documentos em debate, disse que se tratava de documentos apresentados com rigor, documentos onde transparecia toda a informação que retratava bem a gestão que a Câmara teve durante o ano de 2002, e para isso bastava referir a preocupação havida no sentido de assinalar o que se passava na Câmara em relação à assunção de riscos, nomeadamente na criação de provisões, pois foram criadas provisões para cobrir riscos que até então nunca foram tidos em conta pelas gestões anteriores. -----

----- Sobre os números da execução, disse que foram orçamentados 762.547.000 euros em termos de proveitos e foram realizados 651.100.000 euros, o que significava que se atingira uma taxa de execução da ordem dos 85,4%, taxa que, no sem entender, era demonstrativa daquilo que retratava a gestão do Município durante o ano de 2002. ----

----- Em relação às receitas, disse que possivelmente aquilo que os preocupava era que elas não tivessem atingido a dimensão que pretendiam que fosse atingida, mas,

mesmo assim, elas subiram significativamente de maneira a satisfazerem uma taxa de crescimento razoável face à conjuntura que se atravessava. -----

----- Referia, por exemplo, a questão da sisa, que, em determinada altura, tinha sido invocada na Assembleia por alguém como um problema dramático em termos dos números que foram considerados no Orçamento, mas logo na altura foi referido que a sisa, ao contrário daquilo que alguns senhores pretendiam ou supunham, porque, afinal, estava a crescer a taxas bastante acima do normal. -----

----- Relativamente à taxa de execução da parte das receitas, disse que a situação parecia não estar tão afastada de uma boa execução quanto o Deputado Municipal Miguel Coelho pretendia. -----

----- Quanto ao problema dos custos, disse que eles retratavam também uma boa taxa de execução, embora inferior, que andava nos 76%. Ou seja, foram orçamentados 773.529.000 euros e as despesas atingiram 586.145.000 euros, desdobradas em despesas correntes com o montante 383.065.000 euros, e em despesas de capital 203.080.000 euros. -----

----- Em termos de distribuição de custos, disse que, pela análise do documento apresentado, constatavam que eles se situavam, fundamentalmente, em quatro rubricas: pessoal, fornecimento de serviços por terceiros, transferências e subsídios e provisões de exercício, sendo de realçar que as transferências e subsídios no ano de 2002 foram reduzidos de 80 milhões para 18 milhões, uma redução substancial que se devia, sobretudo, à menor comparticipação do PER por esse programa estar em fase de conclusão. Daí que o INH tivesse transferido valores muito menores em 2002. -----

----- Sobre as provisões, disse que atingiam montantes bastante expressivos, que reforçavam substancialmente a provisão da cobertura do risco nas diversas rubricas que foram consideradas. Por exemplo, referia, a talho de foice, que tinha sido criada uma provisão para suportar a verba como crédito por parte da Câmara sobre a “Lisboa’94”, que se concluíra ser um crédito irrecuperável e, portanto, foi criada a provisão justamente para suportar essa situação. -----

----- Por outro lado, nas despesas de capital, foram também feitas transferências expressivas para as Juntas de Freguesia: 13.900.000 euros em relação aos protocolos. Tinham nos activos financeiros, 42.000 euros, e nos passivos financeiros, na amortização da dívida, 18.816.000. Ou seja, movimentaram-se valores e verbas que na verdade demonstravam bem o cuidado e a atenção que houve na gestão durante o ano de 2002. -----

----- Por isso, estava de parabéns a Câmara Municipal pela gestão que teve no ano de 2002 e também pela forma como foram apresentados os documentos em debate, que constituíam um trabalho bem desenvolvido e fundamentado para se perceber a dinâmica criada nessa gestão. -----

----- Referiu receitas extraordinárias que reduziram, mas que reduziram devido a factos que não ocorreram em 2002, como, por exemplo, em 2001 entrara uma verba de 14 milhões de contos devido à concessão de bombas de combustíveis na Cidade de Lisboa. -----

----- Em síntese, estavam em presença de dois instrumentos de trabalho muito

importantes, que retratavam com fidelidade e com valia todo o trabalho que foi desenvolvido por parte do Executivo camarário, pelo que considerava, depois de já ter sido feita a análise técnica e emitido o respectivo Parecer pela Comissão Permanente de Administração e Finanças, que estavam perante documentos que deveriam ser aprovados, e, se se quisesse fazer justiça, por unanimidade das forças políticas com assento na Assembleia. -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras estavam documentos atractivos, naturalmente, embora todos soubessem que muitas vezes as aparências iludiam. -----

----- Recordou que há um ano foram discutidos Orçamento e Plano de Actividades para 2002, contendo esses documentos um conjunto de propostas e intenções, a que o PCP, na altura da votação, dera o benefício da dúvida, até porque o Plano e o Orçamento, como o Sr. Presidente da Câmara referira também, continham nalgumas vertentes compromissos assumidos pelo Executivo anterior. -----

----- Agora, as taxas de execução mencionadas no Relatório, relativamente ao ano de 2002, tendo como base o Plano e o Orçamento, mereciam da parte do PCP os seguintes reparos: -----

----- Verificavam que a sua execução, em muitos aspectos, havia sido feita sob orientações e critérios tendenciosos e que era demonstrativa também a insuficiência de execução em vastas áreas carenciadas em termos sociais, acrescendo a isso que nalgumas vertentes em que a execução aparecia com um grau mais elevado, esse grau mais elevado foi feito de forma selectiva. Por exemplo, olhando-se para o desporto via-se que as verbas foram para um desporto elitista e não para um desporto popular e de massas. -----

----- Por outro lado, entre a taxa de execução e o trabalho concreto realizado, não havia correspondência prática do ponto de vista do PCP. O grau de execução era baixo e, mesmo assim, em resultado do trabalho preparado no mandato anterior e não em iniciativas exclusivas da Câmara actual. -----

----- Perante esse quadro, a execução, obviamente, ficara muito aquém das intenções e das expectativas criadas. Naturalmente não estavam contra as Contas em si, mas estavam, isso sim, contra as opções políticas que estiveram na origem das taxas de execução das verbas, até porque o PCP, como certamente todos, gostariam de ter uma cidade com menos buracos, gostariam de ver taxas de execução com critérios mais justos socialmente, em prol da população de Lisboa. -----

----- Era face a esse quadro que era feita a apreciação e a avaliação dos documentos pelo PCP. Até porque também sabiam que muitas vezes as palavras agradáveis nem sempre eram sinceras, e as palavras sinceras nem sempre eram agradáveis. O PCP tinha noção que a sua posição não era agradável, mas era sensata em relação a uma realidade indesmentível. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Quando se analisam e sobretudo quando se comparam os números, não se pode deixar de perceber o modo como foram obtidos e também do enquadramento que os

condicionou. -----

----- Este Executivo tomou posse em Janeiro do ano passado e, face à nova legislação, teve que elaborar até final de Março o Plano de Actividades e Orçamento, o que roubou forçosamente tempo à gestão corrente. Teve que enfrentar, e vai continuar a enfrentar, um conjunto enorme de situações que é preciso regularizar, deixadas pelo Executivo anterior, aliás, como há bem pouco o Sr. Presidente da Câmara aqui referiu. Teve um desgaste enorme de tempo e de energias a proceder à reorganização dos serviços da Câmara deixados num estado caótico pelo anterior Executivo, desgaste a que também não foi estranho o facto de não ter simultaneamente maioria no Executivo e nesta Assembleia. Apresenta uma taxa de execução, no fim do primeiro ano de exercício, que ronda os 65%. -----

----- Vejamos agora o que se passou no primeiro ano do mandato do anterior Executivo: recebeu, como era da lei na altura, o Plano de Actividades e o Orçamento já feito e pronto a executar. Fez, é verdade, pequenos ajustamentos, mas travou alguns processos em marcha. E quem não se lembra do célebre plano de pormenor da Av. da Liberdade, que um ano depois foi desencadeado sem que houvesse plano. O Executivo integrava também na altura Vereadores com experiência de gestão na Câmara em mandatos anteriores. Recebeu uma Câmara, diga-se também, com alguns problemas, mas com uma gestão equilibrada e refira-se, entretanto, que no ano anterior se tinha conseguido que as despesas de capital fossem superiores às despesas correntes, situação que logo nesse primeiro ano foi invertida. Passou-se a investir menos do que se gastava! Tinha maioria na Câmara e na Assembleia e, portanto, não tinha constrangimentos à sua acção. -----

----- Apresentou no final do ano uma taxa de execução inferior a 60% e, quem tiver dúvidas, sugiro que leia a acta de 27 de Junho de 1991, dia em que se discutiu o Relatório e Contas de 1990 e que, como era costume na altura, fiz a intervenção sobre estes dois documentos. Temos, portanto, 65% no primeiro ano de execução neste mandato, contra 60% no primeiro ano de mandato da maioria anterior. -----

----- Uma vez que aqui foi dito que a taxa deste ano é a mais baixa desde 1989, não podia deixar de vir aqui recordar estas coisas e mostrar que de facto é pelo menos cinco pontos percentuais acima da taxa de execução do primeiro ano de mandato do Executivo anterior. -----

----- Gostava também de referir um aspecto que considero extremamente positivo na execução do Orçamento, foi que a aquisição de bens e serviços ao exterior teve um crescimento inferior à inflação. Foi sempre uma matéria contra a qual combatemos o Executivo anterior. Não porque, como várias vezes afirmei, fôssemos contra a aquisição de bens e serviços ao exterior, mas porque a isso tinha que corresponder uma economia no interior da Câmara, o que nunca se verificou. A aquisição de bens e serviços ao exterior foi crescendo de forma exponencial, sem a contrapartida devida no interior da Câmara, e verifico com agrado que neste primeiro ano se conseguiu pôr um travão e a taxa de crescimento é inferior à inflação. -----

----- Gostaria de chamar a atenção, aliás, dizendo que já vem acontecendo do passado, já vinha nos últimos anos, sobretudo com a gestão nesta área do Vereador Fontão de



Carvalho, a apresentar no Relatório e Contas substanciais melhorias na forma como nos apresentava os dados da Câmara. E verifico que, felizmente, continuamos nesse sentido, o Relatório vem melhor do que no ano passado. Vinha melhorando substancialmente e este ainda vem melhor, o que é motivo de agrado para todos nós.”

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que queria apresentar uma questão que para o PCP era extremamente importante, e que tinha a ver, de resto, com as promessas feitas pelo Executivo aquando da sua candidatura. -----

----- Referia-se, concretamente, à segurança dos cidadãos, que efectivamente tinha sido uma bandeira, matéria em relação à qual o PCP desejava saber, relativamente ao Departamento de Protecção Civil, que apresentava uma taxa de execução 90 para 9%, sensivelmente, o que se lhes oferecia dizer sobre essa tão propagada segurança dos cidadãos. -----

----- É que Lisboa, como todos sabiam, situa-se numa zona sísmica, as associações ambientais tinham hoje que ter uma acuidade muito especial até pela questão dos gases e dos problemas tóxicos com que todos conviviam todos os dias. Portanto questões que não poderiam ser considerados de somenos importância e por isso queriam que fosse dada uma resposta eficaz. Hoje com um problema acrescido que atemorizava o mundo e que tinha a ver com a pneumonia atípica. Sabiam que os graus de eficácia não existiam, portanto queriam saber as orientações seguidas no sentido de corresponder aquilo que era sugerido pela Organização Mundial de Saúde. Este, seguramente, era o sentir da população porque teriam que estar protegidos e a Protecção Civil era exactamente para isso, até porque foram elevadas as expectativas aquando da campanha eleitoral, e em termos de execução e de eficácia isso não se tinha visto, como provavam os documentos que tinham em mão. -----

----- Portanto, queria que fosse dada uma resposta, não exclusivamente para si mas para todos aqueles que os elegeram e ali representavam. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que essencialmente o que este debate até agora transmitiu foi uma divergência de posicionamentos, resultante da intervenção inicial do Sr. Presidente da Câmara e dos Deputados Municipais que apoiavam a coligação no Executivo da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- De facto, o Sr. Presidente da Câmara fez uma das intervenções mais sintéticas perante a Assembleia, a qual reflectiu, no fundo, o estado da gestão da cidade, não criticando, porque não podia criticar, o estado da gestão que herdara. Ou seja, a actual maioria herdara uma gestão com as contas equilibradas, uma gestão com uma forte obra social traduzida na finalização do PER, herdara uma gestão com uma forte intervenção na área do desporto e da cultura, e herdara, portanto, uma gestão capaz de poder dar início às promessas eleitorais que foram abundantemente produzidas perante os lisboetas. -----

----- Mas um ano após o mandato iniciado constatavam, e este Relatório de Gestão demonstrava isso, graves lacunas em áreas importantes que foram apresentadas. Falava da reabilitação e no que dizia respeito em particular à juventude. -----

----- E perguntava: -----  
----- Onde estavam os indícios de concretização do tão divulgado programa de retorno dos jovens ao centro da cidade? -----  
----- Onde estava, em termos concretos, o aumento da segurança na cidade? Para além de várias alusões à Polícia Municipal e às missões que gostariam que tivesse mas que não tinha, onde estava a qualidade de vida da população lisboeta nessa área? -----  
----- Em termos de infra-estruturas viárias, para além da discussão em torno do túnel do Marquês, onde estavam as melhorias em concreto no trânsito da Cidade de Lisboa? Já nem entrava sequer na polémica da CREL e dos reflexos que teve para a mobilidade em Lisboa! -----  
----- Onde estavam também, na área da criança, educação e juventude, reflexos da reabilitação do parque escolar e do já também abundantemente divulgado Mega Espaço Jovem, como aposta do Executivo? -----  
----- Em termos de desporto, que lhe perdoassem os Deputados Municipais por ser directo, para não dizer cáustico, mas tinha também que perguntar onde estavam as piscinas, uma em cada bairro? -----  
----- Relativamente à formação, disse que constatavam um decréscimo na motivação dos trabalhadores e viam que o investimento nessa área era drasticamente reduzido pela Câmara Municipal de Lisboa. -----  
----- Ou seja, viam áreas importantes do Município ao abandono, mas não era por se ter herdado uma situação financeira difícil como também não era por não se ter contado com o apoio da coligação de esquerda na Assembleia Municipal, que em tempo e de forma ajustada aprovou a concessão de crédito ao Município no valor de 80 milhões de euros. -----  
----- Continuando, disse que o aumento da sisa tinha uma explicação simples! A sisa que foi liquidada no ano passado resultara da transacção imobiliária dos anos de 1999 e 2000, portanto do *boom* da transacção que por força de uma alteração legislativa obrigou a que a maior parte das escrituras públicas das transacções definitivas fossem efectuadas este ano e, portanto, previa-se a sua redução no futuro. E com esse cenário de eventual redução nas receitas, e a capacidade de endividamento quase esgotada, como iriam ser cumpridos os objectivos que esta coligação apresentara e enunciara como programa para a Cidade de Lisboa? -----  
----- Era essa a questão que deixava e que gostaria de ver respondida da parte da Câmara Municipal de Lisboa, bem como uma outra relativamente à omissão que se notava nos documentos de informação quanto ao sector empresarial do município. A questão em concreto era a seguinte: face ao artº 35º do Código das Sociedades Comerciais, que obrigava a que os accionistas, sendo este ano de 2003 um ano relevante para esse efeito, repusessem a cobertura da capacidade financeira das empresas caso se verificasse o decréscimo de metade do seu capital social, e tendo conhecimento dos fortes encargos assumidos pela EPUL para fazer face aos protocolos com os estádios do Sport Lisboa e Benfica e do Sporting Clube de Portugal, qual o estado dessas empresas perante a necessidade de dar cumprimento a essa norma, e que eventuais responsabilidades futuras para o Município nos anos que

se seguem, designadamente até 2005? -----

----- A terminar, disse que a abstenção estava indicada pelo Grupo Municipal do PS, mas com a seguinte advertência: “passou um ano, a legitimidade democrática da coligação que está na Câmara Municipal de Lisboa mantém-se, a legitimidade de credibilidade perante a população lisboeta com certeza que não se poderá manter”. ----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que tinha ficado com dúvidas se o orador anterior estava efectivamente a analisar a execução do Plano de Actividades, que era isso que estavam a discutir, ou se estava a falar de outra matéria, e isto em relação a dois aspectos: a segurança e as piscinas. -----

----- Em relação à segurança, disse que tinha ficado espantado por ouvir o orador anterior tocar nesse ponto, porque esse, quanto a si, foi um dos pontos em que o Executivo anterior andara menos bem. Estava-se a lembrar do que se tinha passado na sua freguesia, porque neste momento tinha o Largo do Intendente inundado de toxicodependentes idosos do Casal Ventoso e da Curraleira, devido a um erro crasso resultante da forma como foi feita a intervenção nesses dois locais. E aí tinham um problema de segurança em relação ao qual certamente não estavam à espera que o actual Executivo, com apenas ano de execução do seu programa eleitoral, conseguisse a resolver. -----

----- Quanto às piscinas, disse que sabia que o orador anterior tinha em grande conta o Executivo da Câmara, mas o programa eleitoral não era em cada bairro, mas sim em cada freguesia! As piscinas eram nas freguesias, não eram nos bairros, não valia a pena exagerar. -----

----- Disse, depois, que depreendera das palavras do orador anterior, ao contrário do que estava a dizer no início da sua intervenção, um regozijo pela forma de intervenção do actual Executivo municipal, porque, de facto, não se podia concluir de outra forma quando vinha dizer que, estando-se a analisar a execução do primeiro ano de mandato, esperasse ver já aí reflectido o cumprimento do programa eleitoral de quatro anos. Sabia que o Deputado Municipal João Pinheiro acreditava no actual Executivo, mas pô-lo a fazer num ano aquilo que tinham programado para quatro! Enfim, que não se exagerasse. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que a sua resposta era sintética e em grande parte alicerçada nas questões colocadas, porque vir defender o primeiro ano de mandato da Câmara Municipal, na área da segurança, com o que teria sido feito, ou não teria sido feito, pelo Executivo anterior, era não encontrar sinais de obra que pudessem ser mostrados no primeiro ano de mandato, pelo que, nesse aspecto, devolvia a questão colocada. -----

----- Mas falando ainda de segurança e de coisas que estavam agendadas e prometidas, disse que se notara, com preocupação, alguma falta de coordenação entre os serviços e a Câmara, num programa importante para a cidade que teve condições para ser executado, mas cujo programa de concurso público teve que ser anulado por falta de sincronia de informação de estruturação técnica desse mesmo concurso público. Referia-se, segundo disse, ao sistema de segurança de comunicações na área da

Protecção Civil, que esteve em concurso público e foi obrigatória a sua anulação por má fundamentação técnica. Esse era um dos aspectos que falhava, em concreto, na área da segurança, pelo que repetia o que disse inicialmente: o orador anterior teve que vir enunciar o desempenho do mandato anterior, porque relativamente ao actual mandato pouca coisa tinha sido feita, embora muita coisa tivesse sido anunciada. -----

----- Relativamente ao desporto, disse que era verdade que o programa era para quatro anos, mas em termos de alicerces alguma coisa teria que aparecer no ano de 2002, e, infelizmente, nessa área das piscinas não aparecera. -----

----- Terminou dizendo que estavam de facto a discutir o Relatório da gestão referente a 2002, e teria que referir que esse Relatório revelava um decréscimo de investimento nas seguintes áreas: reabilitação, segurança, infra-estruturas viárias, acção social, cultura, desporto, espaços verdes e formação, e esses eram os sinais da inquietação que revelara a sua intervenção inicial. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que, em primeiro lugar, era preciso ter a visão das circunstâncias em que discutiam o Relatório, isto é, que estavam perante a apreciação do primeiro ano de mandato, que teve o Orçamento apresentado e aprovado em Abril, um ano em que houve uma reestruturação dos serviços da Câmara, e que, face a essas circunstâncias, a Câmara apresentava uma taxa de excussão do Plano de Actividades de 62,1%. Esse número poderia conduzir a um certo engano, porque, como foi dito pela Sra. Vereadora na Comissão de Finanças, se descontassem o empréstimo de 80 milhões de euros para pagar o Plano Plurianual à execução do Plano de Actividades de 2002, chegavam a uma taxa de execução de 74%. -----

----- Ou seja, se fizessem o histórico, reparariam que em 1999 a anterior Câmara apresentava uma taxa de execução do Plano de Actividade de 76,6%; em 2000, de 65,3%; em 2001, de 68,9%; e chegavam agora a 2002, descontando o tal empréstimo que teve que ser feito por questões legais, tinham os referidos 74%, o que não lhe parecia nada mau. -----

----- Disse, depois, que o PS, com um discurso a que já os ia habituando, ou seja com aquela disquete de que era só *show-off*, vinha agora referir, em termos de segurança, a questão da Protecção Civil, mas, de facto, quando tantas vezes se falava de memória na Assembleia, não deixava de ser engraçado que há algum tempo atrás tivessem discutido as questões de segurança, por iniciativa do PS, relativamente aos Bombeiros Voluntários, e, curiosamente, da parte do PS ninguém se tivesse lembrado hoje de referir que as execuções para os Bombeiros Voluntários foram em 2002 o dobro de 2001. Portanto, aquelas preocupações, moções e outras coisas que o PS foi então ali dizer, afinal não era bem assim porque os Bombeiros Voluntários tiveram mais dinheiro no primeiro ano deste mandato, que no mandato anterior. -----

----- Por outro lado, se olhassem para o orçamento da Protecção Civil viam que grande parte tinha a ver com o sistema de transmissões, e também não deixava de ser curioso que fosse a anterior gestão a levantar essa questão, quando foi o actual Executivo que, depois da posse, ao elaborar o Orçamento para 2002 chegou à conclusão de que não havia na cidade, em caso de catástrofe, um sistema de

transmissões em condições. Ou seja, se houvesse um grande acidente, um terramoto ou o que quer que fosse na Cidade de Lisboa, não havia um sistema que garantisse as comunicações entre a Polícia Municipal, a Protecção Civil e os Bombeiros. O actual Executivo apostara nisso, houve alguns problemas pelo meio como o Sr. Presidente da Câmara já várias vezes ali teve que explicar, mas, efectivamente, grande parte do orçamento da Protecção Civil era para esse sistema de transmissões e o facto da operação não ter sido ainda finalizada originara a baixa taxa de execução em termos de Plano de Actividades na área da Protecção Civil. -----

----- Relativamente ao trânsito, outra questão também levantada pelo PS, disse que em 1999 a taxa de execução foi de 53,6%; em 2000 foi de 57,3%; em 2001 foi de 39,4%; e em 2002 foi de 62,3%, o que significava que se o trânsito estava mal isso tinha sido uma herança. -----

----- Aliás, ainda em termos de herança, referira o Deputado Municipal João Pinheiro que a Câmara tinha recebido uma situação financeira equilibrada, pelo que lhe perguntava se se tinha esquecido dos 39 milhões de euros do Casal Ventoso, dos 6 milhões de euros que ainda há pouco o Sr. Presidente da Câmara referira de facturas não contabilizadas, e dos 5 milhões de dívidas à Portugal Telecom, que se arrastavam há largos anos, e que foi a actual Câmara que resolvera o problema e ia começar a liquidar essa dívida. -----

----- Perante essas circunstâncias, disse a terminar, o CDS-PP só se podia congratular com a taxa de execução do Plano de Actividades que era apresentada. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o último orador focara bastantes números na parte inicial da sua intervenção para sustentar o entendimento que a taxa de execução era bastante positiva, pelo que desejava colocar-lhe uma questão simples, que se eventualmente não pudesse ser respondida por ele poderia sê-lo pela Vereação: -----

----- Qual teria sido a taxa de execução em 2002 sem a conclusão do PER, que permitira acabar com as barracas em Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)** respondeu dizendo que não tinha esses dados, portanto não podia responder à questão colocada. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que para o Bloco de Esquerda apreciar o Relatório de Actividades de 2002 não se tratava de falar de como as contas estavam feitas ou não, porquanto entendiam que não cabia à Assembleia uma análise técnica e contabilística. Para isso existiam os competentes organismos do Estado. Tratava-se, isso sim, de uma apreciação política do que era apresentado. -----

----- A Comissão referira, e vários Deputados Municipais já referiram também, que o Relatório e as Contas estavam apresentados tecnicamente da melhor forma, essa também era a opinião do Bloco, mas era normal e natural porque mal seria que as coisas não evoluíssem. Aliás, estava-se a introduzir nos Municípios, por lei do Estado, e estava a acabar de ser introduzido no Município de Lisboa, uma nova forma de contabilidade, o POCAL. -----

----- Disse, depois, que a apreciação política do Bloco de Esquerda não tinha a ver com cassete, com disquete, com CD-R ou com DVD, mas tinham opinião, talvez mais moderna em DVD, e em DVD duplo já agora se se quisesse, que de facto estavam a trabalhar bastante para aparecer em televisão. Não iria entrar no campeonato de quem realizara mais foi a Vereação anterior ou a actual, porque esse campeonato não lhes dizia respeito. Dizia-lhes respeito saber se estavam a fazer e a trabalhar para os cidadãos de Lisboa. -----

----- E dava apenas alguns exemplos sobre esse assunto, que eram inegáveis. -----

----- O primeiro era que no ano passado, após a nova gestão ter tomado posse da Câmara, na rua onde se situa a sede do seu partido, a Rua de São Bento, de repente apareceram várias casas cheias de panos, impressos digitalmente, alta qualidade, alta modernidade, seguramente não teria sido em disquete mas em DVD, onde se dizia: “aqui vamos intervir, é preciso recuperar”. Como se sabia o Bloco de Esquerda sempre teve a opinião que tinha a actual maioria da Câmara, de que era preciso mais recuperação e menos construção. Só que agora, olhando para as Contas viam que no ano passado estava previsto gastar-se na Rua de São Bento 1.100.000 euros e apenas se gastaram 19.000, que correspondiam a 1,8%. Ou seja, a taxa de execução que constava relativamente à Rua de São Bento dizia respeito, provavelmente, à elaboração dos painéis e à colocação de andaimes, porque recuperações de casas não houve. -----

----- Por outro lado, tinham sérias dúvidas sobre as prioridades que estavam a ser tomadas, porque na discussão do primeiro Orçamento deste Executivo puseram em causa a diminuição que estava a ser feita em termos de questões que eram centrais para uma ideia de cidade, que era o investimento na educação, na juventude, nos infantários e nas escolas, que baixava com o correr dos anos no Plano Plurianual de Investimentos. E agora viam essa preocupação aumentada porque a execução ainda baixara mais. Por exemplo, na página 143, área do equipamento escolar, via-se que a Escola Jardim de Infância da Quinta da Bela Flor, tendo previstos 6.000 euros o investimento foi zero; na Escola e Jardim de Infância de Benfica, que tinha previstos 713 euros, também foi zero; e a Escola e Jardim Infantil da Zona M de Chelas, com 50.000 euros, igualmente foi zero. Podia citar mais, mas estes chegavam para dar um exemplo sobre o que foi o investimento em termos de jardins infantis e infantários. ----

----- Com isto não queria dizer que a Câmara não tinha feito nada, porque era óbvio que tinha feito, como a anterior Câmara fizera também. Melhor fôra que estivesse tudo parado, era impossível! -----

----- Relativamente à segurança, disse que estavam muito preocupados com essa matéria, independentemente do que já tinha sido feito, porque o Bloco de Esquerda acabara de ter uma reunião às 15 horas, a pedido urgente da Associação dos Bombeiros, dos Sapadores Bombeiros de Lisboa, com 5 membros da sua Direcção, e foram informados que até essa hora não tinham qualquer elemento novo nem qualquer indicação nova de como actuar perante a pneumonia atípica. Ou seja, não tinham nenhuma bata nova, não tinham nenhuma dessas coisas novas nem mesmo os óculos por causa do problema das mucosas dos olhos. Aliás, como se sabia, quando

chegavam aviões que vinham de zonas especiais era chamado o INEM para fazer alguns testes, e quando o INEM não chegava quem ia eram os Sapadores Bombeiros de Lisboa, que acabaram de os informar que ainda não tinha sido tomada uma única medida, quer quanto às novas batas, quer quanto aos novos respiradores. -----

----- Por isso mesmo, o Bloco apresentara um requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para fazer chegar a ao Sr. Presidente da Câmara, porque entendiam que era um problema grave e complicado com o qual não se podia brincar. -

----- **O Deputado Municipal Joaquim Sarmento (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que a sua primeira palavra era para saudar a Câmara pelo controlo da despesa pública. Todos sabiam – o Prof. Cavaco Silva também tinha falado nisso quando se referia, em 1999, ao monstro da despesa pública – como era difícil controlar a despesa pública pelo menos em termos reais, descontada a inflação. Mas houve alguns que não o quiseram ouvir e depois deu o resultado que deu. -----

----- E a actual Câmara, em termos reais, descontada a inflação, conseguira no primeiro ano de mandato controlar a despesa corrente, o que era louvável. E se tirassem à despesa corrente aquilo que eram previsões para dívidas que foram consideradas incobráveis e já o deveriam ter sido antes, e expurgassem as dívidas que ficaram por pagar pelo anterior Executivo, veriam que essa redução real da despesa corrente era ainda mais significativa. -----

----- Porque havia uma coisa que tinha que ser dita: o anterior Executivo, em matéria de gestão financeira, tinha uma política que diria que era sul-americana! Isto é, “dívida velha não se paga e dívida nova espera-se que fique velha”, e, portanto, eram as dívidas à SGU, as dívidas à Portugal Telecom, mais uma série de dívidas que ficaram por pagar e cujas facturas foram surgindo ao longo de 2002. -----

----- Em matéria de receitas, disse que a Câmara esteve tecnicamente bem ao retirar o saldo de 22 milhões de euros que incorrectamente a Direcção Geral de Impostos lhe tinha entregue, o saldo positivo de 14 milhões de euros já não incluía esses 22 milhões, mas chamava a atenção da oposição que relativamente ao ano de 2003 havia um factor, a nível das receitas, que era importante considerar porque iria ajudar ao desempenho orçamental da Câmara: é que em Dezembro de 2002 a Sra. Ministra das Finanças elaborara e concretizara um plano especial de regularização de dívidas, que fez com que tivesse sido cobrada uma parte significativa das execuções fiscais em contribuição autárquica, portanto essa receita seria distribuída em 2003 às autarquia pelo Governo Central, e com certeza à Câmara de Lisboa caberia uma verba importante, ainda impossível de quantificar mas que certamente seria de alguns milhões de contos. -----

----- Disse, ainda, que o Deputado Municipal Miguel Coelho falou hoje, como já várias vezes ali falara, em *show-off* do Sr. Presidente da Câmara, e quanto a essa matéria pretendia dizer-lhe que o Sr. Presidente da Câmara era, de facto, um político mediático, mas era um político mediático não por ser Presidente de Câmara! Já o era antes. Era mediático por ser o Dr. Pedro Santana Lopes, com as qualidades que tinha, também com os defeitos com certeza, por ser da maneira que era e por estar na política da maneira que estava. Não era mediático desde 16 de Dezembro de 2001 ou

desde 6 de Janeiro de 2002! Já era mediático antes e continuaria a ser enquanto estivesse na vida política. Mas convinha recordar que o anterior Presidente da Câmara era mediático pelas suas qualidades pessoais mas não só, era-o também porque era Presidente da Câmara. Aliás, perguntava se *show-off* não seria ir a Belgrado quando a NATO estava prestes a atacar a Jugoslávia, ir a Jacarta num momento difícil das relações entre Portugal e a Indonésia, ou se *show-off* não seria pegar num avião, pago sabe-se lá por quem, e ir buscar o Prémio Nobel às Ilhas Canárias, ou até espalhar cartazes por Lisboa a dizer “Lisboa agradece”, quando acontecia um evento qualquer. Esse, quanto a si, é que era o verdadeiro *show-off*! -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento:-----

----- “A análise política do Relatório de Gestão 2002 tem de ser feita no contexto das promessas eleitorais do candidato Santana Lopes, muitas das quais, obviamente, não pôde cumprir. -----

----- Assim, perante a impossibilidade de dar concretização ao seu programa e um plano de actividades sem consistência, que tenha subjacente uma visão estratégica global nova para a renovação de Lisboa, e utilizando a tática futebolística de que a melhor defesa é o ataque, procurou justificar a sua incapacidade atirando as responsabilidades do insucesso para a oposição. -----

----- Primeiro dizendo que a Câmara estava de “tanga” e depois acusando a maioria na Assembleia Municipal de obstrução, afirmando, e passo a citar, “de condicionar a iniciativa do Executivo” e desta forma “prejudicar o progresso da cidade”. -----

----- Ameaçou mesmo provocar eleições antecipadas e, mestre na auto-promoção, lança vastas operações de *marketing* político, de que é exemplo a brochura “Um Ano Com Lisboa”, à custa do erário da Câmara. -----

----- Nesse livro, ao contrário do que seria de esperar, não se faz o balanço da obra realizada nesse ano, porque pouco fez, mas fundamentalmente, mais uma vez, a crítica à anterior gestão e mais uma vez novas promessas. -----

----- Sr. Presidente, Vossa Excelência sabe que a Câmara não estava descapitalizada, tendo a coligação de esquerda feito uma boa gestão e deixado um vasto e valioso património, não sendo por falta de meios que o actual Executivo não cumpre as promessas eleitorais. -----

----- E eis que temos hoje a possibilidade de avaliar, nesta Assembleia, o trabalho da coligação de direita no primeiro ano do seu mandato. -----

----- Naturalmente que ninguém de boa-fé esperava que este Executivo estivesse a funcionar a 100% e pudesse neste período fazer grandes mudanças na cidade. -----

----- Mas os lisboetas esperavam muito mais, quando lhe deram o seu voto. Não basta dizer que foi tempo para arrumar a casa. -----

----- Utilizando uma metáfora, em linguagem futebolística direi que a equipa, o Executivo, fez apenas “exercícios de aquecimento, a equipa preparou-se, entrou em campo, perdeu entretanto alguns elementos mas ainda não conseguiu marcar golos”. E era isso que os lisboetas esperavam. -----



----- Afinal, para além da reestruturação dos serviços da Câmara, cujos resultados são muito duvidosos, do tão anunciado entaipamento dos prédios, da decisão de retirar o trânsito do Bairro Alto, pouco mais se fez que se veja e poucas decisões foram tomadas. -----

----- O resto, ficou-se pelos projectos emblemáticos, e cito os dois principais: -----

----- O túnel do Marquês, cuja solução é fortemente contestada pelos especialistas e pelo PCP; a requalificação do Parque Mayer, que ainda não se sabe que solução vai ter em definitivo, apesar da última intervenção do Sr. Presidente da Câmara na Assembleia. Tanta mudança já houve! -----

----- As obras mais importantes que se fizeram em 2002 foram, fundamentalmente, as que já estavam programadas pela coligação de esquerda e tinham de continuar em virtude de compromissos anteriormente assumidos, nomeadamente no domínio da habitação social. -----

----- As Grandes Opções do Plano tinham, e passo a citar, “uma aposta forte nas áreas da reabilitação urbana, nas infra-estruturas viárias e na requalificação do espaço público”. -----

----- Srs. Deputados Municipais da coligação de direita: -----

----- Citem-me uma obra, uma só obra, com importância nestas áreas que tenha sido realizada em 2002. -----

----- E, no entanto, ao Executivo não faltou dinheiro. -----

----- Houve um crescimento das receitas correntes de 61,8 milhões de euros, devido fundamentalmente ao aumento dos impostos, quer directos, quer indirectos, com destaque para a sisa e a contribuição autárquica, que cresceram em conjunto 27,1 milhões de euros. -----

----- Verificou-se também um aumento dos empréstimos, tendo o endividamento líquido crescido 175 milhões de euros (mais 76,6 milhões do que em 2001) -----

----- E qual foi a taxa de execução do Plano de Actividades? Ficou-se por 62,13%. ----

----- Não vou entrar em grandes polémicas com os Srs. Deputados Municipais do PSD, que já vem de trás, sobre as taxas de execução nos primeiros anos de mandato da coligação de esquerda. Nós divergimos, e tenho pena não ter trazido os números exactos dessas taxas, mas o que posso afirmar, com segurança, é que esta foi com certeza a mais baixa dos últimos 10 anos. E recordo que a média das taxas de execução da coligação de esquerda, nos últimos 10 anos, se situa bastante acima dos 70%. Recordo, por exemplo, que em 1993, tenho isto de memória, se situou em 83,3%. -----

----- Mas isto também não é o mais importante! Há um outro indicador que se me afigura muito mais importante, que é o investimento para avaliar o trabalho do Executivo: a diminuição de 6,76% desta taxa de execução em relação a 2001, e tendo em conta os montantes dos respectivos planos de actividades, significa que em 2002 foram investidos menos 97,5 milhões de euros, isto é, quase o que a Câmara tem em depósito no banco (107 milhões de euros) por incapacidade de os ter investido neste ano e realizar obra. -----

----- E aproveito para me dirigir ao Sr. Deputado Victor Gonçalves, porque, como já foi várias vezes dito esta Assembleia tem memória. Efectivamente, há três ou quatro anos, a coligação de esquerda apresentou um saldo também grande, exactamente pelas mesmas razões que agora se apresentam, e o Deputado Municipal Victor Gonçalves, e muitos outros, fizeram as maiores críticas ao Executivo por essa razão. Seria natural que também agora as viessem fazer, mas não creio que o façam. -----

----- Há ainda a destacar, pela negativa, algumas taxas de execução baixíssimas em áreas vitais para a cidade, como são o caso do Departamento de Protecção Civil, com 9%, do Departamento de Construção de Vias e o do Saneamento. -----

----- Porquê esta taxa tão baixa, de menos de 10%, no Departamento de Protecção Civil, Sr. Presidente da Câmara? Haverá uma razão, uma justificação, mas era bom que nós soubéssemos. -----

----- Quanto aos rácios apresentados no Plano de Actividades, eles denunciam a fraca prestação do Executivo neste primeiro ano. -----

-----Cito apenas alguns mais importantes: -----

----- O rácio investimento/população, que baixou muito passando de 453 em 2001 para 302 em 2002. -----

----- O rácio indicador de eficiência, a relação entre produtividade/investimento, teve também uma quebra grande em 2002, descendo de 0,96 para 0,62. -----

----- Iguamente o rácio investimento/despesas de funcionamento, que se agravou, subindo em 2002 para 1,027, quando tinha sido de 1,42 em 2001. -----

----- Termino destacando que o ano de 2002 foi, pois, um ano perdido para Lisboa, devido aos sucessivos fracassos do Executivo, um ano de muitas promessas mas pouca obra realizada, tendo a sua actuação certamente defraudado os lisboetas que nele votaram e veio dar razão às muitas críticas que o PCP foi fazendo durante o ano de 2002 a esta gestão municipal.” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que dava os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, e dava-os não pelo trabalho que desenvolvera ao longo do ano de 2002 mas por aquilo que se passara ali hoje, porque já assistira a imensas discussões de relatórios e contas de gerência, e apesar de em anos anteriores a Assembleia ter uma composição completamente diferente porque totalmente favorável ao Executivo da altura, nunca tinha visto nenhuma discussão tão calma, tão pacífica e tão pouco crítica em relação à actuação da Câmara. -----

----- Mesmo a intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, que naturalmente tinha que fazer as despesas do Partido Socialista, foi de uma suavidade que não estavam habituados a ver nele. E naquilo que não foi suave foi injusto, porquanto classificar de insuficiente a gestão em várias áreas, nomeadamente no trânsito, no estacionamento, na higiene e limpeza e nos espaços verdes, era esquecer duas coisas: primeiro, que havia memória e que havendo memória sabiam o que foi o passado, o caos que foram os espaços verdes durante muitos anos, e que ali foram contestados com muita veemência, não só pelo PSD e pelo CDS-PP, como também pela bancada do PCP e até algumas vezes pela bancada do PS. -----

----- O que se verificava, de facto, era que o Executivo da Câmara estava a enfrentar de uma maneira realista, e com estratégia, os problemas que se punham à cidade. Mas também não podiam esquecer que os condicionalismos em que o actual Executivo actuara eram diferentes dos anteriores. O Deputado Municipal Miguel Coelho não podia esquecer que durante 12 anos se constituíra uma equipa, e sabiam como, porque o Dr. João Soares entregara essa possibilidade ao PCP, se inundara a Câmara daquilo que o PCP lá quisera meter em circunstâncias da mais variada ordem. -----

----- E agora queixavam-se do absentismo! Pudera, havia muita gente que devia estar desmotivadíssima porque nunca lhes passara pela cabeça que a anterior maioria fosse derrotada. Aquilo era uma coisa perfeitamente garantida, e isso, naturalmente, desmotivara muita gente e contribuíra para o aumento da taxa de absentismo, que, pasme-se, foi praticamente a única crítica levantada por um Vereador com conhecimentos profundos da Câmara Municipal de Lisboa, o Vereador mais antigo do Município, que foi o Vereador Vasco Franco. De facto, a única questão que o Vereador Vasco Franco levantara foi o problema da taxa do absentismo, para ele substancial, fazendo uns cálculos cabalísticos e arranjando ali fórmulas para tentar criticar a maneira como o absentismo aumentara. Mas mesmo essa questão foi-lhe explicada na reunião de Câmara, pela responsável pelo Pelouro do Pessoal, que tal era devido a uma nova forma de contabilização das ausências, portanto, até isso teve resposta concreta e objectiva na própria altura em que foi colocada. -----

----- Por outro lado, outra Vereadora muito batalhadora e muito aguerrida na Câmara, a Dra. Alexandra Gonçalves, que muito prezava, também apresentara apenas como crítica à actuação da Câmara, em 2002, a diminuição das receitas das taxas de publicidade, esquecendo-se que, infelizmente, viviam anos de quase recessão e o barómetro concreto do primeiro sintoma, em termos económicos, era a diminuição da publicidade, e a Câmara, obviamente, teria que ser afectada por esse aspecto. -----

----- Continuando, disse que o Deputado Municipal Feliciano David, com alguma veemência, pedira que lhe indicassem um caso em que, na área da reabilitação urbana, no ano de 2002 a Câmara tivesse feito alguma coisa, e sobre essa questão pretendia dizer que fazia justiça que o Deputado Municipal Feliciano David sabia o que era reabilitação urbana e a complexidade que essa acção envolvia, como também fazia justiça que entendesse que reabilitação urbana era, por exemplo, regular o trânsito como se fizera no Bairro Alto. Sabia com certeza que isso também era reabilitar, que isso era uma obra concreta! -----

----- Mas queria dizer-lhe que em 1991, em relação a essa problemática do trânsito no Bairro Alto, e no Castelo também, foi proposto em Câmara pelo PSD, nessa altura em minoria, que se adoptasse uma medida idêntica àquela que agora acabara por ser adoptada, e foi-lhes dito pelo Vereador Rui Godinho que o assunto estava já praticamente resolvido e que seria uma medida que passados alguns meses iria ser posta em prática. Só que tal nunca acontecera e passados mais de dez anos foi preciso aparecer uma Vereação do PSD para que essa questão passasse da teoria à prática. E isso também era reabilitação urbana. -----

----- Aliás, como também era reabilitação urbana todas as medidas que estavam a ser tomadas, para se conseguir reabilitar de uma forma concreta e não da maneira que vinha sendo praticada. Por exemplo, saberia o Deputado Municipal Feliciano David que em algumas zonas históricas havia andaimes há mais de 10 anos? Saberia que havia situações em que as obras tinham começado e nunca mais acabaram? Era fundamental que se agarrasse no processo de uma maneira concreta, que se estudasse a forma de actuar nessas áreas que eram especificamente complicadas. Naturalmente o Deputado Municipal Feliciano David sabia disso porque estava a par dessas coisas. Mas era preciso que o PCP criticasse, por isso criticava! -----

----- Apesar de tudo, dava os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, porque 2002 foi um ano naturalmente difícil, foi um ano complicado, foi uma mudança de administração e todas as mudanças de administração, ocorressem onde ocorressem, tinham as suas complicações por mais pacíficas que fossem. Esta não teria sido muito porque se criara em toda a comunidade da Câmara o espírito de que a continuidade da anterior maioria era praticamente garantida, mas apesar do Orçamento ter sido aprovado em Abril, apesar da contracção económica que se verificara e apesar da necessidade de se ter que encarar novos problemas com novas soluções, naturalmente era legítimo que a maioria pensasse de forma diferente daquela que a oposição pensava, e a oposição teria que aceitar isso porque senão não haveria necessidade de mudança. -----

----- Disse, ainda, que o Relatório era perfeitamente claro, era talvez dos melhores que alguma vez foram presentes à Assembleia Municipal, e era importante que isso fosse dito porque os serviços, e a Sra. Vereadora, teriam que ter uma palavra de aplauso em relação à forma como apresentaram os documentos, documentos esses que esperava fossem aprovados. Naturalmente não seria normal, seria até contra-natura que o PCP votasse a favor, ou até que se abstivesse, era uma forma de estar com a qual teriam que estar de acordo. -----

----- A terminar, disse que o Deputado Municipal João Pinheiro fizera um presságio, que esperava não se cumprisse e que também não fosse o presságio que ele desejava, e questionara como com as dificuldades resultantes do investimento, da retracção económica, da diminuição da sisa, da derrama e de todos esses impostos directos que o Município teria durante o ano 2003, a Câmara iria cumprir os seus objectivos. Estava certo que o Deputado Municipal João Pinheiro teria aquele secreto desejo de que houvesse a imaginação necessária por parte do Executivo para superar todas essas dificuldades, que eram dificuldades objectivas, mas era preciso que tivessem confiança, e pessoalmente tinha muita, que o Executivo, especialmente o seu Presidente, iria ultrapassá-las da maneira mais eficaz possível. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra para pedir um esclarecimento, começou por dizer que vinha notando, nesta reunião, alguma contradição entre o discurso da Câmara, nomeadamente do Sr. Presidente, e o discurso dos Deputados Municipais do PSD, porque, por um lado, o Sr. Presidente da Câmara falava muito pouco do passado, justificava-se pouco com o passado, falava alguma coisa do presente e falava muito de projectos que queria fazer no futuro,

enquanto que, por outro lado, os Deputados Municipais do PSD tinham o discurso completamente ao contrário. Não sabia se tinha sido combinado, mas efectivamente havia uma grande descoordenação porque falavam muito do passado, alguma coisa do futuro mas não falavam nada do presente. -----

----- Aliás, ainda há pouco notara outra contradição: o Sr. Presidente da Câmara costumava muito falar, e bem, do novo tempo político, de uma nova geração política, e agora assistiram a citações de uma velha geração e de um passado político que se calhar o Deputado Municipal que citara essas pessoas estava saudoso e queria que voltassem. -----

----- Por fim, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves, se calhar por esquecimento ou então para ver se estavam distraídos, omitira nas citações que fez às intervenções dos Deputados Municipais do PS as críticas por estes feitas à área do desporto, pelo que lhe perguntava qual o balanço que fazia da actuação da Câmara na área do desporto em 2002, bem como da machadada que foi dada num projecto que o próprio Deputado Municipal Victor Gonçalves tinha lançado, concretamente os Jogos de Lisboa. Pessoalmente acreditava que teria sido por esquecimento que não comentara essa parte das intervenções do PS! -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que uma das coisas que pensava que teria feito bem em benefício da cidade foi ter tido a iniciativa de criar os Jogos da Cidade de Lisboa, e era sua intenção falar sobre isso. Mas por respeito, porque morrera a mãe do Vereador Pedro Feist e ele não estava presente, omitira essa questão. -----

----- No entanto, recordava que já teve oportunidade de falar ali sobre essa matéria e, naturalmente, iria ter outras oportunidades de falar. Mas esperava, como já pedira ao Sr. Presidente da Câmara, que esse acto que se verificara nos Jogos da Cidade de Lisboa pudesse ser rapidamente colmatado, naturalmente da maneira que entendessem que com certeza seria diferente daquela que os outros fizeram, retomando-se essa actividade. -----

----- Quanto às outras considerações, disse que achava muito bem que o Sr. Presidente da Câmara falasse do futuro, porque era um homem de futuro. Mas o Sr. Presidente da Câmara entrara agora na Câmara Municipal de Lisboa vindo da Câmara Municipal da Figueira da Foz, enquanto ele, feliz ou infelizmente não sabia, já estava no Município de Lisboa há quase 20 anos, portanto não se podia esquecer daquilo que passou, como não se podia esquecer daquilo que foram os passos e as críticas que fez, ao longo dos vários anos que o PSD esteve na oposição, nem tão pouco aquilo que também fez enquanto foi responsável executivo na Câmara, período de que se orgulhava muito. ----

----- **O Senhor Presidente** disse que, por informação do Sr. Presidente da Câmara, tinha intenção de anunciar a determinada altura, mas o Deputado Municipal Victor Gonçalves antecipou-se, que tinha falecido a mãe do Sr. Vereador Pedro Feist, D. Maria Matilde Del-Negro Feist, e que a Mesa enviaria um telegrama de condolências, em nome da Assembleia Municipal, ao Sr. Vereador. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Victor

Gonçalves era aquele homem que conseguia fazer dos aspectos negativos aspectos positivos, pelo menos na sua imaginação. Aliás, na altura em que estava a intervir fizera-lhe quase lembrar um antigo ministro que durante a guerra dizia que estavam a conseguir vitórias. Mas, enfim, era uma maneira própria do Deputado Municipal Victor Gonçalves! -----

----- Referiu que o Deputado Municipal Victor Gonçalves ou leu mal o Relatório ou passara por ele abrindo e fechando, porque, por exemplo, na página 71, onde se referiam os meios humanos, dizia a Câmara que a diminuição do número de trabalhadores ao serviço do Município foi de 225 unidades, o que provocara um ligeiro aumento do rácio de 1/58, em 2001, para 1/59 em 2002, o que queria dizer que as despesas com o pessoal, mesmo havendo 225 trabalhadores a menos, aumentaram. Não seria isso devido ao aumento do número de assessores na Câmara, perguntou! ----

----- Disse, depois, que durante o ano de 2002, sempre que havia debates na Assembleia Municipal, a argumentação sobre tudo o que aparecia em relação à Câmara era sempre que não havia intervenções devido às dificuldades financeiras que o Município estava atravessando: havia dificuldades em investimento na habitação social, na construção de habitação, em matéria de tráfego e no saneamento, mas agora, ao verificarem as Contas, viam que na questão da habitação social o investimento foi de 31,7%, na construção de habitação foi de 54,7%, no tráfego foi de 56%, no saneamento foi de 48%, em relação ao desporto era estranho mas aparecia um investimento de 78% e não conseguiam discriminar onde tinha sido gasto tanto dinheiro, já que as únicas coisas que o Relatório dizia era que se apoiara o Campeonato do Mundo de Andebol, a Meia Maratona de Lisboa e mais uma ou outra iniciativa do género. Ou seja, desporto de elite foi o que foi desenvolvido pela Câmara Municipal de Lisboa. O desporto de massas foi abandonado pela Câmara Municipal de Lisboa, de resto já foi admitida pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves a situação desastrosa resultante de se ter acabado com os Jogos de Lisboa. -----

----- Disse, ainda, que o Deputado Municipal Victor Gonçalves conhecia a Cidade de Lisboa porque estava nos órgãos do Município há muitos anos, e com certeza sabia que iria ser muito difícil retomar ou sequer avaliar o custos que iria ter para a juventude o facto de se ter acabado com os Jogos de Lisboa. Este era um ónus que a Vereação do PSD, incluindo o seu Presidente Santana Lopes, teria que pagar porque foram eles que destruíram esse desenvolvimento social e intelectual dos jovens, que era a prática desportiva na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, começou por dizer que o referido pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves lhe suscitara esta segunda intervenção, porque, de facto, havia uma grande diferença entre o PS e o PSD. É que o PS, agora na oposição, não se comportava da mesma maneira como o PSD se comportara quando era oposição na Assembleia Municipal. E era bom que isso ficasse claro porque o PSD sabia muito bem o comportamento que tinha quando a Câmara era presidida pelo anterior Presidente, e o tipo de atitudes que tinham de claro exagero, às vezes no sentido de menos respeitar os órgãos eleitos, em

particular o Sr. Presidente, e também as tentativas que havia de obstrução ao trabalho da Câmara Municipal. -----

----- Portanto, o PS para marcar a sua diferença não precisava de bater o pé nem pôr-se aos gritos! O que tinha era que marcar a sua diferença e dizer aquilo que pensava – e ainda bem que assim era para bem da democracia e do pluralismo – sobre as coisas que estavam em cima da mesa. -----

----- E, de facto, estavam perante um Relatório de Gestão, que certinho na sua maneira de fazer como já tinha sido ali realçado, revelava uma grande insuficiência na capacidade de gestão e uma grande capacidade para iludir as pessoas. É que, de facto, tinham a taxa de execução mais baixa desde 1987! Isso estava ali espelhado e espantava-se quando ouvia ali dizer que foi ao contrário. -----

----- E isso, de facto, consubstanciava todas as críticas políticas que fizeram ao longo do último ano, de que a actual gestão da Câmara estava apenas preocupada com o mero *show-off*. Aliás, agradecia as observações feitas por um Deputado Municipal do PSD sobre a matéria e que lhe tivesse recordado o passado, mas tinha que dizer que não vivia do passado, porque o passado já lá ia. No entanto se no passado se usara o *show-off* era lá com eles, mas deixaram obra feita na cidade que ninguém podia ignorar. Por exemplo, se hoje em dia não tinham o Casal Ventoso isso devia-se à anterior gestão municipal, e muito particularmente ao seu Presidente, o Sr. Dr. João Soares. Ou seria que negavam essa evidência?! -----

----- Por outro lado, se hoje em dia já não tinham barracas em Lisboa tal devia-se às anteriores gestões municipais, em primeiro lugar até ao então Presidente da Câmara e hoje Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, que teve a visão estratégica de investir na habitação social, e muito particularmente ao Sr. Vereador Vasco Franco que foi o grande obreiro dessa tarefa. Portanto, deixaram obra, e se houve *show-off* que acompanhara a obra se calhar isso fazia parte da vida da actividade política, desde que não fosse exagerado. Mas aquilo que sucedia agora era que conviviam com um *show-off* permanente! Se ao menos houvesse uma contrapartida prática, se houvesse obra realizada, poderiam dizer que a cidade estava a andar para a frente e tudo bem. O problema era que a cidade não estava a andar para a frente, o problema era que não havia pensamento estratégico sobre a cidade, o problema era que se dizia uma coisa porque era conveniente aparecer na comunicação social, mas depois, se necessário, fazia-se o contrário. -----

----- Aliás, um grande exemplo disso era aquela questão que tinha a ver com os automóveis, que nunca se cansava de repetir: a melhor maneira de impedir que entrasse trânsito dentro da cidade não era construir o túnel das Amoreiras, não era apoiar as portagens na CREL, mas sim fazer o contrário e até usar as boas influências que o Sr. Presidente da Câmara tinha junto do Governo, que, segundo uma entrevista, falava todos os dias com o Sr. Primeiro-Ministro, para ver se o metropolitano se prolongava para além de Odivelas – que seria inaugurado dentro de dias e era uma obra do anterior Governo, do Partido Socialista – até Santo António dos Cavaleiros e até Loures, também uma ramificação até Sacavém, e, ainda, um investimento em transporte pesado no interior do concelho de Sintra. -----

----- A partir daí, o Sr. Presidente da Câmara poderia discutir se queria portajar as radiais ao centro da cidade, mas até lá teria que facilitar tudo aquilo que fosse desviar trânsito do centro da cidade, e não construir, ou dizer que ia construir, autenticas auto-estradas para meter cada vez mais carros no centro da cidade. -----

----- Portanto, estavam perante uma situação na Cidade de Lisboa onde havia muito impacto mediático, havia muito *show-off*, mas havia muito pouca realidade construída. -----

----- Por conseguinte, o *show-off* não era mau se tivesse alguma coisa por trás, e neste momento não tinha nada! Aquilo que havia para apresentar aos cidadãos de Lisboa, neste momento, era a ideia peregrina do casino, e naturalmente iriam ter uma presidência marcada por instalar na cidade de Lisboa uma sala de jogo, o que, quanto a si, era manifestamente pobre em termos de objectivos, em termos sociais, e o Grupo Municipal do PSD deveria ser mais exigente para com o Executivo porque a Cidade de Lisboa assim o merecia. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que era óbvio que tinham interpretações diferentes sobre muita coisa. Isso era normal e ainda bem que assim era. Mas o Deputado Municipal Miguel Coelho era muito injusto e além de ser injusto revelava desconhecimento, o que se por um lado era natural porque não esteve na Assembleia nos mandatos anteriores, por outro, não o era porque podia perguntar e chegar à conclusão sobre qual foi, porque muitas vezes tinha sido referido pelos seus camaradas de partido e até pelo anterior Presidente da Assembleia Municipal, o comportamento do PSD na Assembleia ao longo dos vários anos. -----

----- Naturalmente que, sendo da oposição, o PSD teve discordâncias em relação a muitas matérias, como com certeza foi até crítico e cáustico em relação a outras, mas a grande maioria das propostas que foram presentes à Assembleia foram votadas favoravelmente pelo PSD, algumas teriam tido a abstenção mas só uma pequena parte teve o voto contra, mas nunca o PSD pusera em causa qualquer iniciativa tomada pela Câmara. Poder-se-ia dizer que não tinha essa possibilidade, mas nunca fez aquilo que eventualmente os socialistas já fizeram por força da maioria que dispunham na Assembleia coligados com os seus “irmãos” do PCP. -----

----- Portanto, o PSD não obstaculizara de maneira nenhuma o desenvolvimento, quer na Câmara, quer na Assembleia, do anterior Executivo, embora o tivesse criticado como era sua obrigação. -----

----- Mas o Deputado Municipal Miguel Coelho voltara a ser injusto, outra vez por desconhecimento e por falta de informação, em relação àquilo que foi o trabalho desenvolvido em termos de PER. Não havia dúvida que o anterior Executivo, por força das circunstâncias já que era ele que estava no poder, tivera um importante papel de desenvolvimento do PER, programa que, como era sabido, foi uma iniciativa do Governo do Prof. Cavaco Silva que permitira, não só à Câmara Municipal de Lisboa como a outras, os meios financeiros e a capacidade de intervenção nessa área, por forma a acabar com a horrorosa mancha de barracas em Lisboa, que a todos envergonhava fossem de que partido fossem. -----



----- Terminou dizendo que se lembrava que o Vereador Vasco Franco, após o lançamento do PER, com a feira da habitação encheria o Terreiro do Paço de *show off*.

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que usava esta figura regimental em nome do PSD porque perpassara pela intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho que nos mandatos anteriores a bancada do PSD era um bando de arruaceiros, quando, como era sabido, isso era completamente falso. -----

----- A um aparte da Deputada Municipal Luísa Sabino, disse que se era por causa daquela intervenção da Sra. Vereadora Maria Calado sobre o projecto da Blu Line, em que se recusara a dar informações ao Plenário como era sua obrigação, se era esse o caso que se recordava aí teria que lhe dar concordância, como também se eram as constantes ausências do Sr. Presidente da Câmara, que inclusivamente abandonara o debate sobre o estado da cidade e noutros debates nem sequer comparecera enquanto que o actual Presidente da Câmara estava constantemente presente. Se era isso estavam de acordo, mas o PSD nunca obstaculizara os trabalhos e por isso o que foi dito era completamente injusto! O Deputado Municipal Miguel Coelho não estava na Assembleia nessa altura, mas devia ter feito um pouco o trabalho de casa e ouvir os seus camaradas. -----

----- **O Senhor Vereador Vasco Franco**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves referira uma coisa que não era verdade ao dizer que depois de aprovado o PER ele tinha feito um *show off* na Praça do Comércio, porque, de facto, foi exactamente ao contrário. -----

----- Esclareceu, então, que a Câmara Municipal de Lisboa reclamava um programava de financiamento para acabar com as barracas, esse programa nunca mais aparecia, e então viram-se obrigados a fazer uma exposição na Praça do Comércio, que foi visitada por milhares e milhares de pessoas, seguindo-se a essa exposição uma Presidência Aberta, pelo Dr. Mário Soares, na Área Metropolitana de Lisboa, e encostado à parede por esses dois factos é que o Governo fizera o PER. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra começou por se referir ao protesto do Deputado Municipal Victor Gonçalves, dizendo que não valia a pena debruçarem-se muito mais sobre o passado, mas o PSD sabia muito bem que tipo de oposição fazia na anterior gestão. -----

----- Disse, depois, que efectivamente tinha cometido uma imprecisão, porque a recuperação da habitação social começara com o PIMP e depois continuara com o PER. E quando referira, com toda a justiça, o papel relevante que o Presidente Jorge Sampaio teve, foi exactamente porque ele relançara o PIMP, e o PIMP foi responsável pelo realojamento de milhares de famílias. -----

----- Mas em relação ao PER entendia que o PSD deveria ter algum pudor em falar sobre isso, porque até à célebre Presidência Aberta realizada pelo Dr. Mário Soares no Distrito de Lisboa, o Ministro das Obras Públicas, Engº Ferreira do Amaral, dizia que não havia um problema de habitação social em Portugal, e só depois dessa Presidência Aberta é que o Governo do Prof. Cavaco Silva foi obrigado a reconhecer que era

necessário fazer alguma coisa nessa área, e então fizera um contrato/programa com várias autarquias para que, no caso de Lisboa, se pudesse complementar o PIMP. -----

----- Portanto, era bom que quando se falasse das coisas se falasse correctamente de tudo! -----

----- Sobre o que foi dito, como defesa da honra, pelo Deputado Municipal Pedro Portugal, esclareceu que jamais disse que o PSD se comportara como um bando de arruaceiros. Apenas tinha dito que o tipo de oposição do PSD não era o mesmo que o PS agora usava, e ser cordato e cordial era condição *sine qua non* para que se pudesse exercer bem a própria oposição e se pudesse também fazer bem o contraponto de ideias. Esse era o comportamento do PS e, infelizmente, não foi o do PSD quando estava na oposição, pois muitas vezes não foram nada cordiais com o poder da altura. -

----- O PSD sabia muito bem que foi assim, mas agora entendia que o que deveriam fazer era pensar no futuro, e pensar no futuro nesta altura deixava-lhes de facto notas de preocupação em relação à Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que as intervenções de alguns Deputados Municipais da oposição faziam lembrar a história daquele rapaz que matou o pai e a mãe e depois, no dia do julgamento, quando o juiz lhe perguntara se tinha alguma coisa a declarar em sua defesa, disse: “clemência senhor juiz, lembre-se que sou um pobre órfão de pai e mãe.” Ou seja, esquecera-se do passado, de tudo o que tinha feito de mal, e apenas se referia àquele momento concreto. -----

----- Na verdade – continuou – o Sr. Presidente da Câmara não insistira nas coisas do passado, mas era um facto que elas existiram: havia contas por pagar, havia os casos do Benfica e do Sporting para resolver e também uma série de outras coisas que foram resolvidas. As dificuldades financeiras com certeza influenciaram o cumprimento do programa que a Câmara tinha, mas o programa não se esgotava num ano e no final da legislatura ver-se-ia o que o que estava feito. -----

----- Pessoalmente tinha confiança e continuaria a apoiar o Executivo, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que um Deputado Municipal do PS, cujo nome não fixara, afirmara que o Executivo anterior tinha deixado as contas equilibradas, mas não devia dizer isso porque lhe ficava mal. Por exemplo, perguntava-lhe se sabia quanto ficara por regularizar do mandato anterior, qual era a dívida da Câmara para com a Parque Expo, qual era a dívida da Câmara para com a EPUL pelas obras realizadas em substituição da Câmara, qual era a dívida da Câmara à EMEL, empresa que foi posta em falência técnica por executar obras que pertenciam à Câmara mas que a Câmara lhe mandara executar. -----

----- É que depois de fazer o balanço de tudo isso talvez ficasse habilitado a dizer que não era bem aquilo que pensava. De facto, as contas ficaram muito más! -----

----- E porque o Sr. Presidente da Câmara já explicara ali algumas situações, recordava-lhe só os quatro casos que acabara de referir para que pudesse fazer a sua contabilidade. -----

----- Por outro lado, o Deputado Municipal Miguel Coelho tinha dito que as barracas acabaram em Lisboa, o que, infelizmente, também não era verdade. Era certo que o anterior Executivo fizera uma boa obra, louvava isso, mas talvez elas tivessem acabado se, por exemplo, no ano de 2000, como aliás constava da acta relativa à discussão do Relatório e Contas, não tivessem ficado por aplicar 17,5 milhões de contos. -----

----- Disse, depois, que não ia falar da questão do PER, mas havia muito para dizer! Na altura estava na Câmara como Vereador, sabia bem as resistências que então houve, por isso recordaria apenas que o PER não era obra da Câmara mas sim do Governo do Prof. Cavaco Silva. -----

----- Quanto à intervenção do Deputado Municipal Feliciano David, disse que ele falara do Plano de Actividades sem consistência, um lugar comum, de entradas em campo, de golos, ano perdido, fracassos, pelo que lhe dizia, em linguagem também futebolística, que foram tudo bolas para o pinhal, nada com consistência. Com certeza o Deputado Municipal Feliciano David não esteve na Assembleia ao longo da discussão das propostas hoje votadas, porque, se estivesse, teria ouvido as diferentes e elucidativas intervenções do Sr. Presidente da Câmara. É que para fazer obra válida, fundamentada, era preciso primeiro planear para depois executar, que foi aquilo que faltou, ao tal e tão querido do Deputado Municipal Feliciano David Executivo de esquerda. -----

----- Continuando, disse que o Dr. Jorge Sampaio ainda mandara fazer um plano estratégico, mas depois o Dr. João Soares atirara-o às urtigas! Mas aí o Deputado Municipal Feliciano David com certeza lembrava-se do que o Dr. João Soares dizia dos planos estratégicos: que não vestia coletes de força! Nunca percebera que um plano estratégico era um documento evolutivo e não um colete de força. -----

----- Por outro lado, não estaria também quando, ainda há pouco, ele próprio interveio fazendo uma análise comparativa entre o primeiro ano de mandato do actual Executivo e o primeiro ano de mandato do Executivo de esquerda. Não iria repetir o que disse porquanto sairia na acta e o Deputado Municipal Feliciano David se tivesse paciência podia ler, mas tinha que lhe recordar uma coisa porque voltara a cair no mesmo erro: é que a taxa de execução foi inferior a 60%! Estava escrito na acta, foi ele quem fez a intervenção e, como de costume, citando números concretos e objectivos. -----

----- E tendo o Deputado Municipal Feliciano David referido há pouco que a taxa de execução do primeiro ano de mandato deste Executivo foi de 62,5%, estavam conversados! Deixava isso à sua consideração. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que estava presente quando o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa fez a sua primeira intervenção, portanto ouviu o que ele disse. E relativamente às taxas de execução, talvez o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa não tivesse ouvido bem, mas realmente referira os últimos 10 anos, já que não tinha a certeza em relação aos anos de 1990 e 1991, e quando falava gostava de ser rigoroso.

Mas não era isso o mais importante! De resto a taxa de execução foi em 2002 altamente valorizada pelas obras que estavam em curso, portanto já programadas. -----

----- Quanto à programação, disse que foi a coligação de esquerda que alterara por completo a gestão municipal que se vinha fazendo, na altura em que o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa era Vereador, no tempo do Engº Krus Abecasis. É que, pela primeira vez, fez-se um plano estratégico para a Cidade de Lisboa, e também o PDM, ou seja, deixou de haver uma gestão casuística e passou a haver planeamento. Portanto, muita coisa mudou, e mudara para melhor. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa referira valores aos quais o PS não tinha acesso, designadamente este ano, e por isso devolvia-lhe a questão perguntando quais os valores que referia, ou seja, qual a dívida anterior, qual a dívida à Parque Expo, qual a dívida à EPUL e qual a dívida à EMEL. Qual a fonte para esses valores uma vez que poderia ter acesso a informação privilegiada. -----

----- Por outro lado, desejava também que o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa esclarecesse se a dívida que a EPUL carregava teria sido porventura impeditiva da celebração dos protocolos com o Benfica e com o Sporting. -----

----- E, por último, tendo o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa referido que a anterior coligação não acabara com a existência de barracas em Lisboa, e sendo porventura certo que com todas não teria acabado, se bem que essa fosse uma figura de expressão tal como aquela que ainda há pouco falavam de uma piscina em cada bairro, solicitava-lhe que se tinha esses valores dissesse qual a percentagem do que ficou por fazer relativamente ao que foi feito. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, em resposta aos pedidos de esclarecimento, começou por dizer que o problema era exactamente saber qual o montante da dívida! Naturalmente que quando estivesse apurado então conversavam, mas agora, sem se saber qual era o montante da dívida dizer que as contas estavam equilibradas, é que não ficava bem. -----

----- Quanto ao que foi dito pelo Deputado Municipal Feliciano David, recordou que tinha dito que estava na acta de 1991, a qual, naturalmente, podia consultar. -----

----- Esclareceu também que não foi Vereador no tempo do Engº Abecasis, mas sim no tempo do Dr. Jorge Sampaio e do Dr. João Soares, e, de facto, o Dr. Jorge Sampaio mandara fazer um plano estratégico mas depois ele saiu e o Dr. João Soares disse aquilo disse, que há pouco referira, sobre os planos estratégicos. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Estamos a apreciar um documento que ao contrário do Plano de Actividades, um plano de actividades é um plano de intenções e a gente nunca sabe se se concretiza, é um documento onde podemos comparar aquilo que nos prometeram que iam fazer e aquilo que depois fizeram. E o documento que aqui é apresentado, apesar do grau de execução que é dito poder ser considerado razoável, por uma razão muito simples não concordo muito com a análise que é feita nesse sentido, já que o grau de execução apresentado nem sempre é sinónimo de boa gestão ou políticas correctas em

relação à satisfação dos problemas há muito esperado pelas populações em ver resolvidos. -----

----- Então se este grau de execução, em relação ao saldo que transita para o ano seguinte, se é assim tão real, porque é que não foram feitas tantas e tantas obras, não foram satisfeitos tantos e tantos problemas que as populações colocaram no dia a dia? -

----- Na maioria dos casos, quando nós intervínhamos aqui, diziam-nos que não havia dinheiro, as verbas estavam presas, etc., mas parece-me que agora, ao olharmos este documento, não será tanto assim. Afinal de contas os graus de execução na área da habitação social, por exemplo, porque é que estagnaram as obras de recuperação dos bairros sociais? Foi um ano parado e parece-me que ao ritmo com que elas andam agora, se calhar durarão até ao fim do mandato e as populações são prejudicadas. Se não é por falta de verbas, então que se explique quais são as razões que levam a que no ano 2002, que é o que estamos a apreciar, por exemplo no Bairro do Condado só tenham sido reparados dois prédios, dos muitos que há lá para reparar. -----

----- Se olharmos para o Plano de Actividades, que aprovámos, na página 18 constava, entre outras intenções, a construção de um viaduto sobre a Av. de Santo Condestável – diz Av. Central de Chelas mas eu chamo-lhe o nome correcto – depois diz desnivelamento da Av. Marechal Gomes da Costa com a Infante D. Henrique. Eu não vejo nada neste Relatório, não sei se está em fase de projecto ou como é que está. -----

----- Na área da criança, educação e juventude, na página 19, onde constava que “o principal projecto estruturante para 2002 será o arranque da Casa da Juventude e das Artes”. Sr. Presidente da Câmara, pode ser dificuldade minha, mas também nada vejo em relação a esta questão. -----

----- Também gostava de saber qual é a verdadeira razão, pelos vistos não é por falta de verbas, porque não se abriu o Espaço Jovem, que está fechado desde Dezembro de 2001, no Bairro do Armador. -----

----- Nesta mesma página diz-se “desenvolver um projecto designado Espaço Cultural Lisboa Jovem, no sentido de impulsionar os jovens a usar os espaços culturais e simplificar o acesso à informação”. Também não vejo, pode ser dificuldade minha, são perguntas que estou a fazer ao Sr. Presidente da Câmara, e espero que as entenda como perguntas só, para eu tentar também perceber. Posso ter dificuldade nalguma leitura, mas para eu saber se do que constou do Plano de Actividades foi feita alguma coisa. -----

----- Na página 23, afirmava-se taxativamente, na área da habitação social: “que ao longo do ano de 2002 o investimento neste sector irá permitir a conclusão de praticamente todas as empreitadas”. Então eu pergunto, mais uma vez, se isto já está previsto em 2002, onde havia dinheiro orçamentado suficiente para permitir a conclusão de todas as obras, porque é que não foi concluída obra nenhuma? É que na habitação social, como o Sr. Presidente da Câmara sabe, só foram concluídos três ou quatro lotes no Bairro do Condado. Não foi concluída mais habitação nenhuma nesse bairro. -----

----- Espero que o Sr. Presidente da Câmara não venha responder a estas questões que lhe estou a colocar com outras que não lhe coloquei, como aconteceu na última

reunião da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de Abril, em que gesticulou, falou alto, etc., mas, como me foi ensinado no meu humilde berço, não é por se falar muito alto que se tem mais ou menos razão. A minha mãe ensinou-me assim e acredito que assim seja. -----

----- Porque é que eu refiro isto? É que na reunião da Assembleia de 29 de Abril, quando estávamos aqui a analisar a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara eu fiz um comentário a um parágrafo de uma das páginas onde se dizia: “intervimos nos espaços verdes, especialmente no bairro da Zona J”. E a verdade, que agora reafirmo, é que não foi feita qualquer obra nos espaços verdes no Bairro do Condado. Não estou a dizer que a Câmara não fez nada, estou a dizer na área dos espaços verdes. Se o Sr. Presidente da Câmara percebeu outra coisa, peço desculpa, mas foi isso que eu disse. --

----- O Sr. Presidente da Câmara também respondeu de alguma forma um pouco enervada, se calhar estava saturado, também tem esse direito, a algumas outras questões que eu coloquei, nomeadamente em relação à questão do Metro. Não vou entrar muito mais por aí, mas o Sr. Presidente concluiu assim: “conheço bem as obras que estão a ser realizadas, conheço bens os locais, etc., melhor até que o Presidente da Junta de Freguesia”. -----

----- Presunção e água benta cada um toma a que quer, mas entretanto permito-me lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que se isto é verdade, e se calhar será, vem confirmar aquilo que nós temos andado a dizer, que o Sr. Presidente da Câmara, e a Câmara, não informam as freguesias das obras que está a fazer e que vai fazer, conforme o Sr. Presidente da Câmara prometeu quando reuniu com as freguesias no dia 4 de Junho, que antes de qualquer obra, antes de qualquer iniciativa, elas seriam informadas. O Sr. Presidente da Câmara até fez o despacho, concretamente o despacho n.º 308 que diz: “nenhuma obra, nenhuma iniciativa deve ser iniciada ou feita sem que se informe por telefone, e por escrito, a respectiva freguesia”. Pelos vistos, parece que o Sr. Presidente da Câmara não está a cumprir também este despacho. -----

----- Já agora, lembrando o que eu aqui disse aquando da discussão do Plano de Actividades para 2002, eu pergunto: porque é que o Programa de Recuperação do Bairro dos Lóios, iniciado em 2000/2001, esteve parado em 2002? Como se vê, não foi por falta de verbas, ou será porque o PSD não aprovou estas propostas? As propostas 489/2000 e 520/2000, que foram aprovadas por todos os partidos menos o PSD! Será por isso? -----

----- Porque é que o projecto de criação do Experimentário da Criança do Parque da Bela Vista ainda não passou do papel? Também não é por falta de verbas! -----

----- Porque é que o projecto de requalificação do Bairro das Amendoeiras, nomeadamente a via central de peões, a Rua Manuel Espírito Santo, a Rua Tomás de Alcaide, etc., não passa também do papel? Por falta de verbas não é, e de projectos também não, porque os projectos existem, a Câmara tem os projectos aprovados, isto é só disponibilizar e mandar avançar a obra. -----

----- Porque é que não é concluída a abertura da Escola Municipal de Trânsito no Bairro do Armador? Falta pôr lá os pilaretes, parece que a pessoa que vai tomar conta

da escola até já está designada. Eu penso que é uma área importantíssima para educar as nossas crianças a ser bons condutores, era importante esta escola na freguesia. -----

----- Já agora, para não falar na piscina, que já sei que me vai responder que faltam muitos dias para o fim do mandato, porque é que a Câmara não prossegue o projecto de recuperação do polidesportivo do Bairro da Prodac, para servir as crianças da Escola João dos Santos, antiga Escola 193, e os jovens do bairro? Foi interrompido o projecto, foi iniciada a primeira fase e interrompido assim que esta Câmara tomou posse. Porquê? A população não compreende! -----

----- Porque é que a Câmara parou com o programa de substituição dos parques infantis na freguesia? Por exemplo, na Quinta do Chalé está lá um parque infantil todo degradado, o Sr. Presidente da Câmara sabe que é um parque infantil que foi construído pela população após o 25 de Abril, mas é um espaço municipal e caberá à Câmara, de certa forma, substituí-lo por um parque adequado e em segurança. -----

----- Escusado será dizer, pelo que acabei de afirmar, que a Freguesia de Marvila não está satisfeita com o grau de execução desta Câmara e por uma razão simples: é que até hoje ainda não há uma obra que se possa dizer pensada, projectada, planeada e executada por esta Câmara, mas sim obras, muitas e algumas melhorias, até agora executadas ou em curso que foram projectadas e planeadas pela gestão anterior. -----

----- Não estou a dizer que a Câmara não fez nada, estou a dizer que não há obra pensada, planeada e projectada neste mandato, porque todas as obras que estão lançadas foram herdadas do mandato anterior. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra, disse que já estava a ficar com medo que a sua freguesia fosse a única esquecida na Cidade de Lisboa, mas, depois de ouvir a última intervenção, constatava que afinal Marvila também tinha imensos problemas que não foram resolvidos.-----

----- Disse que relativamente à sua freguesia o Relatório de Gestão era bastante fidedigno, porquanto eram poucas as alíneas que mencionavam intervenções na Ameixoeira, e na verdade pouco se fez. -----

----- Em termos de obra feita, apontou a continuação do jardim-de-infância, que já vinha de 2001, e a continuação dos lotes 5 a 8, na zona 6B. O que estava programado fazer-se, e não se fizera, era exaustivo estar agora a referir, mas mesmo assim teria que fazer algumas menções porque parecia que estavam esquecidos. -----

----- Por exemplo, em relação à zona do Vale da Ameixoeira, nenhum espaço verde foi intervencionado, nem sequer uma plantação foi feita, apesar de ser uma área que abrangia dois terços da freguesia, como também não houve um parque infantil, uma estrada alcatroada de novo ou concluída alguma estrutura viária, sequer de acesso às casas camarárias de habitação social. -----

----- Já não falava dos grandes projectos, por exemplo o que é que ia ser instituído no Bairro das Galinheiras! Parecia que havia um estudo para um projecto de recuperação urbanística, e o conhecimento que a Junta tinha era que esse projecto já estava feito, só precisava de ser aplicado. Mas ainda em termos de pequenas coisas, não foi posta uma banda sonora, uma lomba, apesar de estar pedida há mais de um ano, como

também não foi posto um único semáforo, num determinado cruzamento, que igualmente estava pedido há mais de um ano. Eram coisas de custo mínimo, que os serviços poderiam perfeitamente executar desde que tivessem ordens para tal. -----

----- Aliás, estas matérias foram postas, por escrito, aos respectivos Vereadores, e já que estava a falar dos Vereadores aproveitava para dizer que era tudo muito confuso, pois, por exemplo, só recentemente tomara conhecimento, através do Boletim da Junta de Freguesia do Campo Grande, que o Pelouro dos Espaços Verdes já tinha mudado outra vez, era agora da Vereadora Ana Sofia Bettencourt. De facto, há um mês atrás, numa entrevista dada a um jornal dizia-se que o Sr. Presidente da Câmara tinha ficado com o Pelouro, três semanas depois já se lia no referido Boletim que esse Pelouro era da aludida Vereadora! -----

----- Efectivamente era tudo muito confuso! Pediam-se coisas aos serviços e não eram feitas, pediam-se aos Vereadores, por escrito, alguns comprometiam-se dizendo que sim, que estava previsto e que iam fazer, mas depois via-se que até mesmo os pequenos problemas como esse da colocação de uma banda sonora numa estrada, onde todos os dias atravessavam crianças porque era em frente de uma escola primária, não era resolvido. -----

----- A propósito dessa escola, concretamente a n.º 209, da Ameixoeira, disse que o ex-Vereador Machado Rodrigues tinha afirmado que era contra as bandas sonoras, e, se era contra, obviamente não o podiam obrigar, mas já o ex-Vice-Presidente da Câmara, Vereador Carmona Rodrigues, peremptoriamente lhe havia dito, no seu gabinete, que era uma questão em relação à qual não havia problema nenhum, a não ser que fosse preciso um abaixo-assinado. O certo era que o abaixo-assinado da Associação de Pais e dos moradores da zona, que foi aprovado por unanimidade na Assembleia de Freguesia para reforçar, seguira para a Câmara mas essas bandas sonoras não foram feitas. -----

----- A terminar, depois de fazer votos para que no Relatório de 2003 constassem estas coisas da Freguesia da Ameixoeira, repetiu que o Relatório de 2002 em relação à sua freguesia era fidedigno porquanto pouco tinha sido prometido, não constava quase nada e como também nada tinha sido feito acabava por estar bastante sintético. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que ao ouvir falar alguns Deputados Municipais da oposição, se ficasse mesmo convencido do que eles diziam teria que rever profundamente a sua vida, porque trabalhar 14 ou 15 horas por dia e ouvir dizer que não se fez nada, nada, nada, se se convencesse mesmo por essas intervenções de facto ficaria traumatizado e teria que ir a correr aos serviços de um especialista. -----

----- Mas não se convencia disso, convencia-se mais por outras intervenções e por aquilo que ia vendo, ouvindo e constatando. -----

----- Tinham todos que manter alguma lucidez, mas, efectivamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Marvila acabara a sua intervenção dizendo que o que era facto é que em 2002 não tinha havido nenhuma obra pensada, planeada, projectada, aprovada e executada pelo actual Executivo. Não sabia se o Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, como homem, se sentia bem a dizer isso! Não sabia se à noite, ao chegar a



casa, ao pensar nas palavras que disse não pensaria: “hoje disse uma coisa mesmo acertada”, ou se, pelo contrário, caía em si e pensava: “o que eu foi dizer, Santa Maria, o que uma pessoa diz por razões políticas”. Num ano, nenhuma obra pensada, planeada, projectada, aprovada e executada pelo actual Executivo! -----

----- Era evidente que não ia falar das escadinhas na Freguesia da Ameixoeira, para as pessoas que moravam no bairro municipal inaugurado e feito sem acessos, porque se fosse por aí fora podia lembrar mais coisas, apesar do Presidente da Junta da Ameixoeira ter dito que nada foi feito. Era o tal detalhe a que se referia o Deputado Municipal Miguel Coelho. -----

----- Agora, uma grande obra, diria que talvez não! Mas o Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira questionou também porque não fizeram uma banda sonora em frente da escola, quando estavam crianças em causa, pelo que aproveitava para lhe recordar que lhe perguntara há quantos anos existia essa escola e ele lhe respondera que há muitos, que lhe perguntara também se tinha banda e a resposta foi que não e que a anterior coligação não a fez porque o Sr. Vereador Machado Rodrigues era contra. Ora, conhecendo a atitude revolucionária do Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, tinha que lhe dizer que se ele fosse Presidente da Junta, estando em causa crianças, era ele próprio que ia lá fazer a banda e que viesse depois qualquer Vereador que lhe tirasse a banda da frente da escola! Naturalmente seria outro o Presidente da Junta, mas pertencia com certeza à coligação que tinha da cidade uma visão de progresso e de justiça social, como essa coligação reclamava para si própria, e, portanto, bebia nos mesmos ensinamentos e na mesma inspiração. Mas 12 anos uma escola com crianças e sem banda sonora?! Havia aí qualquer coisa que não batia certo, que não jogava, porque com certeza não era o Sr. Vereador Machado Rodrigues que mandava na Câmara. E uma Câmara com um Presidente sensível, com Vereadores sensíveis em vários Pelouros, e não fizeram essa banda?! -----

----- Estas duas intervenções, quanto a si, reflectiam aquilo que se ouvia da parte de alguns oradores. Por exemplo, diziam que os serviços da Câmara andavam todos enganados, e a propósito disso lembrava que na última reunião, estava ele a falar dos buracos que foram reparados nas ruas de Lisboa, concretamente na Praça São João Bosco como sendo na Freguesia dos Prazeres, e a Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres gritava da sua bancada que isso pertencia à Freguesia de Santo Condestável. O certo é que pedira ao Sr. Vereador Pedro Pinto para conferir porque certamente haveria algum erro, voltara a ter a informação, a Presidente da Junta dizia que na Praça de São João Bosco não havia nenhuma jurisdição da Freguesia dos Prazeres. -----

----- A um áparte respondeu: “ah, já há? Então mudou numa semana?”. Isto era para se ver a correcção e o rigor! -----

----- A um novo áparte disse que já viu que a Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres estava nervosa e tinha razão para estar, porque essas coisas não se faziam. Não sabia se estas sessões passavam *on line* como as da Câmara para que o público pudesse ver o que se passava, mas realmente não se podia fazer como se fez em que a Presidente da Junta dos Prazeres pusera-se aos gritos, como também os que estavam

ao seu lado, a dizer que era Santo Condestável, quando, na verdade, não era. Aliás, como Presidente da Junta dos Prazeres, que tinha jurisdição sobre metade da Praça de São João Bosco, ficava-lhe mal pôr-se aos gritos, só para alterar ou tentar perturbar a intervenção, a dizer que era Santo Condestável e faltar à verdade! -----

----- Recordou que nesse dia até tinha felicitado a Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres pela recuperação que tinha feito de um jardim na sua freguesia, porque não tinha essa maneira de estar na vida. De facto, ficava-lhe mal, e por si ficava esclarecido porque quando a ouvisse protestar teria que ir conferir a seguir para ver se aquilo que estava a dizer correspondia à realidade. Naturalmente a Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres poder-se-ia enganar sobre uma rua da Freguesia de São Domingos de Benfica ou da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, mas da sua freguesia nunca! Era mesmo só agitar por agitar, deitar abaixo por deitar abaixo, quando todos aqueles que estavam em cargos públicos deviam um respeito às intervenções, ou às interrupções que faziam, que não se compadeciam com o que a Presidente da Junta dos Prazeres ali fizera na última reunião da Assembleia. -----

----- Disse, depois, que foi referido pelo Deputado Municipal Feliciano David que a Câmara, na área da reabilitação, não curara de um prédio! Não tinha consigo os nomes das ruas onde foram prédios reabilitados, mas efectivamente havia muitas onde isso tinha acontecido. -----

----- A um áparte do Deputado Municipal Feliciano David a dizer que não tinha dito isso, referiu que na última reunião o Presidente da Junta de Marvila também tinha dito que a Câmara não fez nada no Bairro do Condado, mas porque lhe citara as obras realizadas já vinha agora dizer que era só era em espaços verdes que não fizeram nada. Mas ficava mostrado que de facto se fez, o que estavam a discutir era o que se fez e onde é que se fez. -----

----- Por exemplo, na Rua de São Bento não intervieram em prédios? Não concluíram a recuperação de um prédio junto da sede do Bloco de Esquerda e outro mais abaixo junto da Assembleia da República? Em várias ruas de Lisboa, obras coercivas, por exemplo na Av. da Liberdade?! Portanto até nas zonas mais centrais da cidade! Não eram placas, eram obras! Em Alfama, no Largo do Chafariz de Dentro, também as obras já foram retomadas depois de estarem paradas há anos. As obras do Castelo, casas entregues! Eram obras que vinham de trás? Ai vinham, e vinham bem de trás, de há anos e anos! -----

----- A propósito da publicidade, disse que uma coisa garantia: nunca faria um livro no final do seu mandato para falar da obra, que tivesse feito ou não tivesse feito, que custasse 11.000 contos em tempo de campanha eleitoral. Podia garantir que isso nunca aconteceria, pesasse o livro um quilo, uma tonelada ou o que pesasse! -----

----- Portanto, quando falavam de despesas de publicidade seria bom saber, a propósito de quê e para quê! Pessoalmente achava que deveriam ser feitas campanhas de publicidade para pedir aos lisboetas para não estacionarem em cima dos passeios, pedir às pessoas que tivessem em consideração o que representava o espaço público, mas os tempos com efectiva audiência nas televisões custavam verbas significativas, quer se quisesse quer não. -----

----- Disse que não gostava de falar do passado, preferia falar do futuro. Preferia, por exemplo, dizer ao Deputado Municipal Miguel Coelho que pensa que se justificava o túnel do Marquês, e quanto mais pensava nisso mais pensava que se justificava porque tinham uma cidade com uma malha urbana muito estreita, ruas estreitíssimas. Não era trazer mais carros para dentro da cidade! Não tinham alternativa, tinham que libertar o espaço à superfície para transportes públicos e para espaço público para os cidadãos, porque a velocidade média que tinham de 12 km por hora em termos de transportes públicos era a mais baixa da Europa. Não podiam desviar o trânsito para as faixas laterais das avenidas 5 de Outubro, Defensores de Chaves, etc. -----

----- Por exemplo, na Av. António Augusto de Aguiar o Executivo anterior, para o Corte Inglês, desfigurara, e compreendia isso, essa avenida, que era das avenidas novas, anos quarenta/cinquenta, que ficara sem o separador central, sem as árvores, porque de facto era necessário para o aumento de trânsito que se previa para o Corte Inglês! Isso exactamente porque tinham uma malha viária muito estreita. Se fizerem agora a ligação do túnel do Marquês com um segundo braço para a Av. António Augusto de Aguiar, provavelmente teriam que fazer o mesmo até lá abaixo, porque eram ruas muito estreitas. -----

----- Portanto, era lógico que, como acontecia em Bruxelas e noutras cidade europeias, fizessem pelo eixo central a circulação, abaixo do nível da superfície tanto quanto possível, sem cruzamentos, sem intercepções, tendo depois saídas para as laterais. Isso era bom para a cidade e procurariam caminhar nesse sentido porque entendiam que era uma solução correcta. -----

----- As principais reservas que tinha, neste momento, em relação a alguns planos, era a possibilidade de programação de obras e do estabelecimento dum sistema alternativo de circulação do tráfego durante a execução da série de projectos que tinham prontos para lançar na cidade, à luz desse plano. -----

----- Ainda ontem à noite, até muito tarde porque não lhe foi possível antes devido às cerimónias e reuniões próprias do exercício do cargo, esteve a tratar do caso da Av. Santos e Castro, da SGAL, ao pé da ANA, porque essa obra que tinham para lançar tinha um problema na malha 13, tinham problemas de expropriações ainda no traçado da via, e tinham o problema do acerto com a própria ANA que neste momento estava resolvido, mas a obra estava previsto que arrancasse há muito tempo. No eixo central da Alta de Lisboa tinham a proposta no sentido do estacionamento ser todo subterrâneo para facilitar esse mesmo eixo central. Desde o tempo do Eng<sup>o</sup> Abecasis que foi lançada a Alta de Lisboa, o problema do parque verde mais as quintas das Conchas e dos Lilases estava neste momento à beira de ser desbloqueado, decidido e executado, mas há quantos anos ele estava para ser resolvido? -----

----- Não escondia que o anterior Executivo teve a tarefa hercúlea do PER, que foi enorme. Se foi Cavaco Silva, Jorge Sampaio, João Soares, Abecasis ou Vasco Franco, não importava, embora se havia Vereador que era a cara do PER em Lisboa era o Vereador Vasco Franco! Ninguém lhe tirava isso com as qualidades e os defeitos que tinha. Uns bem feitos, outros menos bem feitos, foi uma tarefa gigantesca! -----

----- Agora, tinha que dizer que a taxa de execução do Plano de Actividades, sem PER, era mais alta do que com PER. Houve um Deputado Municipal que fez essa referência. Portanto, se tirassem o que estava inscrito no PER e o que foi executado, a taxa de execução – e 49% das despesas executadas no Plano de Actividades reportavam-se à manutenção da cidade – seria mais alta do que era com PER. -----

----- Mas, como disse um Deputado Municipal, e com razão, essas taxas de execução eram um bocado ficção, porque o ritmo de reajustamento da receita não recebida não era igual, em percentagem, ao da despesa corrigida nas várias revisões orçamentais. E a taxa de execução era despesa executada em relação à despesa inscrita no Orçamento e depois à medida que ia sendo revista, mas não entrando em linha de conta com nenhuma fórmula ponderada com essa receita que não se recebeu e que não era recebida, porque havia aquelas dotações não definidas na contabilidade autárquica. Portanto, essas taxas de execução têm muito que se lhe diga. -----

----- A propósito dos assuntos de interesse para a Cidade de Lisboa, disse que tinham protocolos estabelecidos com as Juntas de Freguesia que respeitavam o passado, e estavam dispostos a aprofundá-los, mesmo naquelas pequenas intervenções em casas particulares. Que trabalhassem com a Câmara para elaborar um conjunto mínimo de regras que permitisse que um dia não fossem todos censurados, admoestados ou penalizados pelo Tribunal de Contas por se estar a fazer intervenções sem regras e sem relatórios. Mas da parte da Câmara existia disponibilidade para o fazer na generalidade das freguesias. -----

----- Aliás, havia casos que não puderam ainda ser executados porque até ao momento não se descobriu solução jurídica, e dava os exemplos do caneiro de Alcântara e do polidesportivo de Santa Catarina. -----

----- Também a piscina de Alfama, ainda outro dia a Presidente da Junta de São Miguel lhe sugeriu a transferência para as Juntas para que fossem elas a resolver alguns desses imbróglis. Essa era uma via possível de explorar, mas a verdade era que não havia solução jurídica, ultrapassaram-se os limites dos adicionais e os limites legais. -----

----- Isto para dizer em relação a estas Contas e à taxa de execução, que era preciso que trabalhassem com base em realidades. Ainda hoje, de manhã, falou com o Presidente da EPUL, que lhe pedia verbas para os espaços verdes da EPUL! Mas a Câmara não podia continuar a crescer ao ritmo que crescia ou então a fazer concessões a privados para tratamento de espaços verdes, pelo que disse ao Presidente da EPUL que, à semelhança da GEBALIS, que tratava dos espaços verdes dos bairros municipais à sua guarda, deveria também a EPUL tratar dos espaços verdes das urbanizações que fazia. O Presidente da EPUL respondeu que isso não estava previsto nos custos e que ainda tinha contas a acertar com a Câmara, a propósito da dívida de um milhão e novecentos mil contos do arranjo do Largo do Martim Moniz, que passou para a propriedade da Câmara, ao que retorquiu dizendo: “O Sr. não negocieie, faça, execute, existe muito trabalho para fazer, vamos deixar as negociações com a Câmara, independentemente do passivo e das responsabilidades dos encargos de cada um”. -----

----- Agora, a Câmara não podia andar a tratar das zonas verdes de todos os cantos de Lisboa. Nem a Câmara nem as Juntas de Freguesia! De resto, porque há pouco o Deputado Municipal do PEV falara do *non sense*, lembrava que há dias chegara ao Bairro de Santa Cruz e vieram protestar consigo por uma talhada de terreno que estava por tratar atrás de uns jardins, ao que respondera: “tratem os senhores”! Seguindo os ensinamentos do Arqtº Ribeiro Teles, todos tinham que tratar, nas zonas que não eram vias centrais. Aliás, ainda no sábado passado estive no Restelo, onde havia um canto de uma rua, e as pessoas disseram-lhe que como condóminos se organizaram, pagavam três contos por mês e tomaram conta dos canteiros. Portanto, a responsabilidade dos espaços verdes que eram mais de jurisdição particular não podiam estar cada vez mais em cima das Juntas e da Câmara Municipal, senão a Câmara continuava a crescer e não tinham jardineiros que chegassem para toda essa responsabilidade. -----

----- Portanto, havia uma descentralização progressiva a fazer, mas também com a intervenção dos munícipes porque as Juntas não tinham meios para chegar tão longe. --

----- Continuando, disse que desejava chamar a atenção para a reforma empreendida no licenciamento urbanístico, que era uma tarefa gigantesca num primeiro ano de mandato. Já não falava na reestruturação da Câmara! Quando diziam: “diz que arrumou a casa no primeiro ano”, isso não devia ir para o lado do activo porque era uma tarefa interna da Câmara, que teve que vir à Assembleia Municipal, mas a reestruturação era trabalho que não contava, era da Câmara, só contava para a relação com os munícipes. -----

----- No entanto, a compatibilização dos sistemas informáticos, o ponto que vinha a seguir relativamente ao estabelecimento da conotação entre os vários operadores telefónicos para pouparem nos custos de cada ligação, eram tudo trabalhos que demoravam a fazer e que seguramente faziam parte de pôr ordem na casa. -----

----- Por outro lado, também todos sabiam que a receita não estava informatizada como devia, nem pouco mais ou menos! Aliás, o Município cobrava metade das receitas que devia cobrar. O inventário do património, que só agora estava a ser começado, e que era gravíssimo, era insustentável que assim se mantivesse. De resto, das maiores críticas que fazia aos Executivos anteriores era como deixaram os responsáveis pelo património tantos anos no mesmo lugar com essa situação de falta de inventariação de cadastro do património do Município de Lisboa. É que as informações chegavam manuscritas e em notas pequenas, de blocos A4! Era assim que eram tratadas as questões do património em Lisboa! -----

----- E agora dizer-se: “proibiu o trânsito no Bairro Alto?” Não, não foi proibir, foi planear as entradas e saídas com os Presidentes de Junta, tratar com os comerciantes, foi reunir com os responsáveis das empresas que tinham tecnologia, desafiá-los a apresentarem um programa para ali, como agora para Alfama. E tudo isso eram muitas horas de trabalho. -----

----- Poderiam dizer: “custa tão pouco, fez isso, está bem, mas há 10 anos que se queria fazer e não se fez!” Não estava a criticar mas fez-se neste primeiro ano! Como se continuaram as obras que vinham de trás, designadamente, o parque da Mouzinho

da Silveira, o do Campo dos Mártires da Pátria que esteve bloqueado durante 12 anos e conseguiu-se resolver, e resolver com os arranjos exteriores feitos. Aliás foi uma boa obra do Executivo anterior, concurso lançado em 1992, no tempo da Presidência do Dr. Jorge Sampaio. E continuar também dava trabalho, porque como se disse ali houve trabalho do Dr. Jorge Sampaio que não foi continuado pelo Dr. João Soares. O planeamento por exemplo! Não sabia se daria mais trabalho dizer não quero isso, ou se daria mais trabalho dizer quero e vou continuar porque até está bem feito. -----

----- Por outro lado, havia auditorias que foram iniciadas e concretizadas num ano, tal como os trabalhos com a Carris. Bem, já não falava do que tinha sido feito em termos de lançamento de projectos importantes para Lisboa, e no desbravar desses projectos. -

----- Acusaram que iam pôr em causa as Marchas de Lisboa! Puseram? Não, funcionavam impecavelmente! As mais variadas festividades ao longo do ano, puseram em causa? Não, não puseram, funcionaram também impecavelmente! Acorrer aos passivos das empresas municipais, pô-las em velocidade de cruzeiro, houve perseguição por lugares políticos? Não houve! Ninguém se podia queixar de tirarem de lá pessoas das mais variadas cores políticas, algumas delas que estavam até à frente de algumas dessas empresas! -----

----- Portanto, num ano não fizeram, num ano não funcionaram? Pelo amor de Deus! Não era justo! Agora que Lisboa era muito difícil, aí isso era! -----

----- Queriam que anunciasse já o Terreiro do Paço para este ano? Podia começar já! O processo dos Ministérios estava concluído, portanto, se quisessem, era possível. Estava em condições, se a Assembleia Municipal estivesse de acordo poderia fazer um debate no Plenário, e adiantava desde já que neste verão já não haveria trânsito nas faixas laterais. E estar com bares, esplanadas, violinos a tocar durante o verão. Já estava preparado o sistema, estava feito o acordo com os Ministérios. -----

----- Por outro lado, de Monsanto, num ano, desaparecera a prostituição. Aliás, desafiava a que fizessem lá uma visita e se vissem prostituição lhe dissessem. Isto ao fim de um ano de trabalho! E dentro de duas semanas anunciaria todo o plano para Monsanto para que os lisboetas o puderem fruir, na sequência também do muito trabalho que lá havia sido feito pela anterior Vereação, que não estava suficientemente divulgado e utilizado. Mas era mais trabalho novo que foi feito pelo actual Executivo! E num ano esse plano ficara pronto: os caminhos em Monsanto, dar nome aos caminhos, limpar as matas, criar sítios onde os carros de bombeiros pudessem dar a volta em situação de incêndio. Tudo isso tinha sido feito num ano, através desse plano de emergência para Monsanto. -----

----- Sobre os Jogos da Cidade, disse que não iria falar disso hoje porque o Vereador Pedro Feist não estava presente por uma razão triste, já que a sua mãe tinha falecido no Dia da Mãe por ironia do destino, mas recordou que já tinha dito, e mantinha, que os Jogos da Cidade, e na fórmula anterior, iriam continuar, com mais ou menos mudança de nome, porquanto pensava que era uma iniciativa positiva que não devia ser interrompida. O Vereador Pedro Feist tinha a sua opinião sobre as correcções que deveriam ser introduzidas, mas com mais correcção ou menos correcção, lamentava o hiato verificado mas os Jogos da Cidade iriam continuar, porque pessoalmente foi

testemunha da quantidade de gente que motivavam e mobilizavam, e ouvia as pessoas nas colectividades a questionarem-no sobre os Jogos da Cidade. Portanto, os Jogos da Cidade deviam continuar, e com certeza continuariam. E quanto aos subsídios a colectividades, apesar do que foi dito, não foram interrompidos. -----

----- Em termos de PER, disse que deitaram abaixo um edifício da Bela Flor, mas amanhã mesmo entregariam as chaves dos fogos que já lá estavam prontos, concretamente 42. -----

----- Por outro lado, na Rua das Açucenas, grande parte do que lá estava manter-se-ia e ninguém ficaria prejudicado, assim como a Via da Meia Encosta estava a continuar. Retomaram o Plano da Ajuda, que estava a ser desenvolvido pelo Arqtº Gonçalo Birne, e a revisão do PDM estava em marcha. Já não falava das obras que embargaram! -----

----- Referiu, ainda, que disseram coisas erradas antes das eleições, sem dúvida porque em campanhas diziam-se às vezes algumas. Injustiça a reparar, por exemplo, era a daquela urbanização Alcântara-Rio, que atacaram por não ter sido feito o plano que o PDM previa, mas devia dizer que era notável ali ao pé do Café-Café, no final da Av. de Ceuta, e que estava próximo de ser inaugurada, do Arqtº Frederico Valsassina e que era uma belíssima intervenção que prestigiava a cidade. -----

----- Terminou dizendo que tinham o problema da SIMTEJO, a Assembleia e a Câmara nunca aprovaram o contrato com essa empresa, havia questões graves para resolver, agora não valia a pena chover para trás, era preciso abrir sol para a frente, abrir céu azul, porque num ano entendia sinceramente que se fizera bastante. E como dizia o poeta, para falar ao vento bastam palavras, para falar ao coração bastam obras. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra para defesa da honra, disse que às vezes ficava embevecido quando ouvia o Sr. Presidente da Câmara a falar, neste caso por ver como ele, perante todo um projecto que havia para a sua freguesia, foi apontar a questão das escadinhas. Não estava a dizer que era mentira, também foram postos alguns candeeiros e outras coisinhas, e ninguém ali tinha dito que não foi feito nada de nada. Agora, grandes obras, obras de média dimensão e até algumas pequenas obras não foram feitas! -----

----- Quando a alusão do Sr. Presidente Câmara de que se fosse Presidente da Junta colocaria as lombas em frente da escola e que outras coisas mais faria porque o teriam sempre à perna, disse que também se ele fosse Presidente da Câmara a Freguesia da Ameixoeira não estaria como estava. Essa era uma garantia que dava, e não havia casino no Cais do Sodré! -----

----- Ainda sobre as escadinhas, disse que elas só não foram feitas pela Junta porque na altura ainda não tinham recebido as verbas, porque, depois disso, houve outras pequenas obras que a Junta executara justamente para não estar à espera da Câmara. Mas, de qualquer maneira, não achava curial que as Juntas executassem serviços da Câmara, só porque a Câmara não dava resposta. -----

----- Rematou dizendo que não era com candeeiros e com escadinhas que lá iam, havia ali 10.000 habitantes que mereciam ser respeitados. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Queiroz (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra para defesa da honra, começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara referira na Assembleia, há algum tempo, “era só o que faltava controlarem a forma como eu falo”, isto a propósito de falar alto, pelo que também lhe dizia que era só o que lhe faltava controlarem-lhe agora a forma como falava. -----

----- Costumava dizer-se que quem não se sente não é filho de boa gente, e sentira-se, de facto, quando o Sr. Presidente da Câmara disse que ela não conhecia as ruas da sua freguesia, porque essa, na verdade, foi uma das grandes preocupações que teve. A divisão administrativa da cidade não era culpa do Sr. Presidente da Câmara como também não era culpa sua, mas a Freguesia dos Prazeres tinha muitas dificuldades pois havia ruas que pertenciam a três freguesias. -----

----- Mas sobre o Largo João Bosco insistia que pertencia todo à Freguesia de Santo Condestável. À Freguesia dos Prazeres pertencia a Rua Teixeira Júnior que ficava à entrada do cemitério, mas o Largo São João Bosco, imediatamente a seguir, pertencia todo a Santo Condestável. Aliás, também a Rua Espírito Santo, ao contrário do que foi dito, não era sua, e a Rua de São Domingos à Lapa pertencia a três freguesias. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, referiu que se tivesse dito aquilo que o Sr. Presidente da Câmara lhe atribuíra o Sr. Presidente teria razão, mas, efectivamente, não foi isso que disse. De resto, o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa já o tinha dito, incorrectamente, e então entendera que não valia a pena ripostar ou corrigir. -----

----- É que não disse que a Câmara não tinha feito nenhuma obra na área da reabilitação. E porque o que disse estava escrito, lia rapidamente para que fossem esclarecidos: -----

----- “As Grandes Opções do Plano referiam uma aposta forte nas áreas da reabilitação urbana, nas infra-estruturas viárias e na requalificação do espaço público. -----

----- Srs. Deputados Municipais da coligação de direita: -----

----- Citem-me uma obra, uma só obra, com importância nestas áreas que tenha sido realizada em 2002.” -----

----- Portanto, era diferente daquilo que o Sr. Presidente da Câmara referira e do que o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa também dissera. -----

----- Quanto ao livro da coligação em final de mandato, disse que era verdade que foi publicado, mas era um livro de balanço de final de mandato, enquanto que o publicado pela actual maioria não era de balanço mas sim um livro de crítica à anterior gestão camarária e sobre promessas para o futuro. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, disse que ouviu com atenção e registou aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse em relação aos Jogos de Lisboa, se bem que esta não fosse a primeira vez que ali referia que os Jogos de Lisboa eram para manter. -----

----- Só que os Jogos de Lisboa iniciavam-se todos os anos no mês de Setembro e terminavam no mês de Junho do ano seguinte, e no ano de 2002 não foi feito nada em relação ao Jogos de Lisboa. E, mais do que isso, neste momento as associações



estavam já a contactar as Juntas de Freguesia para se organizarem uma ou duas iniciativas em cada modalidade nas Festas da Cidade, mas se para a Câmara isso eram os Jogos de Lisboa para as freguesias não eram. Para as freguesias os Jogos de Lisboa eram uma actividade continuada. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação o Relatório de Gestão do Município de Lisboa do ano de 2002 – proposta 178/2003 – tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM, votos contra do PCP, PEV e BE, e a abstenção do PS. -----

----- Por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Depois, submeteu à votação as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa do ano de 2002 – proposta 178/2003 – tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM, votos contra do PCP, PEV e BE, e a abstenção do PS. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O voto contra do PCP é justificado em face da análise do Relatório de Gestão da coligação de direita neste primeiro ano de mandato, que revela uma actividade negativa conforme espelham os seguintes indicadores: -----

----- Uma baixa taxa de execução, 62,13%; -----

----- Uma diminuição do investimento no Plano de Actividades em relação a 2001, de cerca de 97,5 milhões de euros; -----

----- Um crescimento apreciável do endividamento líquido, mais 175 milhões de euros; -----

----- E a incapacidade revelada de utilização de cerca de 100 milhões de euros que tinha à sua disposição. -----

----- Mas, sobretudo, porque o Executivo da Câmara não realizou obra, tem tido uma prestação deficiente com grave prejuízo para a Cidade de Lisboa e para a qualidade de vida dos lisboetas.” -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria no próximo dia 13 de Maio, em terceira reunião, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, \_\_\_\_\_.

----- O PRESIDENTE -----